

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião/Tempo Presente
Data: 28/02/2021	Página: A2
Assunto: <u>Convênio ICMS 100/1997</u>	

A TARDE

Produtores preocupados

O aumento nos custos de produção com a consequente elevação dos preços dos produtos agropecuários para a população é o possível efeito do fim do Convênio ICMS 100/1997 para culturas irrigadas. A partir de abril, no entanto, o fim do convênio – que reduz o ICMS sobre insumos – tem preocupado os produtores rurais.

– Pedimos a renovação do convênio nos moldes como ele funciona hoje. Se querem discutir tributação sobre insumos, vamos discutir na reforma tributária, que é o fórum qualificado para isso – disse o coordenador do Núcleo Econômico da CNA, Renato Conchon. A declaração foi dada em reunião virtual entre produtores, em recente videoconferência, para debater as implicações tributárias da extinção do convênio.

Veículo: Bocão News	
Data: 28/02/2021	



ECONOMIA E MERCADO

Compras até este domingo (28) concorrem no sorteio de março da Nota Premiada



28 de Fevereiro de 2021 às 09:15 Por:

Cottonbro/Pexels Por: Redação BNews

O prazo para participar do próximo sorteio da Nota Premiada Bahia se encerra neste domingo (28). As compras realizadas com CPF na nota até esta data vão gerar os bilhetes para o sorteio do mês de março, que terá o resultado divulgado no dia 18. Serão distribuídos 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, num total de 91 ganhadores.

Quem não se inscreveu na campanha ainda pode cadastrar-se preenchendo formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br. Recém-chegado ou não, para concorrer o participante precisa informar o CPF cadastrado a cada compra

realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha também realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão, que contemplam um único participante. O próximo sorteio especial está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

PANDEMIA Decreto estadual estendeu o toque de recolher até o dia 8 de março, com validade para todas as cidades

Governo prorroga fechamento do comércio por 48hs

LUÍSA CARVALHO*
E REDAÇÃO

Com 84% dos leitos de UTI ocupados na Bahia, conforme divulgado no boletim epidemiológico de ontem, o governador Rui Costa decidiu prorrogar por 48 horas a suspensão do funcionamento das atividades não essenciais. Válida até 5h de quarta-feira, a extensão da medida não será aplicada aos municípios das regiões Oeste, Norte e Nordeste da Bahia, que têm um número de casos de Covid-19 menor do que o restante do estado. Rui Costa anunciou a decisão em vídeo divulgado nas redes sociais no início da noite de ontem.

O governador também informou que o toque de recolher, que proíbe a permanência na rua e o funcionamento de estabelecimentos das 20h às 5h se estenderá até o dia 8 de março, e será aplicado nos 417 municípios. No vídeo, Rui contou que, ontem, a fila da regulação para uma vaga de UTI chegou a ter 195 pessoas e ressaltou que agora a Bahia enfrenta o pior momento desde o início da pandemia. A decisão foi tomada em conjunto com Bruno Reis, prefeito de Salvador, e demais gestores dos municípios baianos.

De acordo com o Decreto 20.259/2021, os serviços es-

enciais são “as atividades relacionadas a saúde, comercialização de gêneros alimentícios, feiras livres, segurança e ao enfrentamento da pandemia, o transporte e o serviço de entrega de medicamentos e demais insumos necessários para manutenção das atividades de saúde, as obras em hospitais e a construção de unidades de saúde”.

O funcionamento do ferry boat e das lanchinhas também permanece suspenso até 5h de quarta-feira. O fechamento das atividades não essenciais será aplicado em 338 cidades. Válida para todo o estado, a proibição de eventos com qualquer número de participantes será prorrogada até o dia 8. Esse período de suspensão se aplica também a aulas coletivas em academias de dança e ginástica.

Cirurgias eletivas, não urgentes ou emergenciais,

338

municípios terão de manter suspensas as atividades não essenciais até 5h de quarta-feira. Apenas as regiões Nordeste, Oeste e Norte ficaram de fora dessas medidas restritivas

também estão incluídas no decreto, com suspensão até 8 de março. “Os atos religiosos litúrgicos poderão ocorrer, respeitados os protocolos sanitários estabelecidos, especialmente o distanciamento social adequado e o uso de máscaras, bem como com capacidade máxima de lotação de 30%”, define o decreto.

Balanço

Em Salvador, o domingo de fechamento das atividades foi caracterizado por praias vazias. De acordo com a Guarda Civil Municipal (GMC), que tem equipes fixas fiscalizando o cumprimento das medidas sanitárias nas orlas de Itapuã, Piatã e Barra, é nítida a adesão da população às restrições. Nas três praias, onde, geralmente, há aglomerações nos fins de semana, o movimento foi fraco. Movimentação um pouco maior ocorreu na orla da Barra, onde muitos praticavam atividades físicas. Na manhã de domingo, houve nas proximidades do Morro do Cristo uma manifestação pedindo o fim das restrições. Segundo a Polícia Militar, o grupo de manifestantes era pequeno e a movimentação não durou muito.

Na capital baiana, quatro pessoas foram autuadas por descumprimento do decreto entre as 20h do último



As medidas restritivas do final de semana reduziram as circulação de pessoas

sábado e as 5h do domingo. No interior do estado, ocorreram 11 infrações. Também durante o toque de recolher, foram interditados 20 estabelecimentos de Salvador, sobretudo bares, comércios de rua e lojas de materiais de construção. Cinco aglomerações foram dispersadas, a maioria composta por pessoas com fontes sonoras e

consumindo bebida alcoólica em frente da residência.

Leitos

Para reduzir a pressão na rede assistencial que atende pacientes graves com Covid-19, o governo estadual abriu 27 novos leitos neste final de semana, sendo 17 de UTI nos hospitais estaduais

em Santo Antônio de Jesus e Seabra.

No Hospital da Chapada, em Seabra, foram implantados 20 leitos, sendo dez de UTI. Já no Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus foram acrescentados sete leitos de UTI aos três existentes.

*SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

ATENDIMENTO

Gripários recebem cerca de 750 usuários em um único dia



Rafael Martins/ Ag. A TARDE

Na manhã de domingo, os gripários tiveram filas extensas e horas de espera

TAILANA CRUZ*

Com o aumento de casos de Covid-19, o final de semana de fechamento de atividades não essenciais foi marcado por movimento intenso nas unidades de atendimento das síndromes gripais, mais conhecido como gripário. Pacientes precisam esperar mais de duas horas para conseguir atendimento. Apenas no último sábado, cerca de 750 atendimentos foram realizados, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

O número registrado anteontem supera em 32% a média de 567 atendimentos diários computados durante a primeira quinzena de fevereiro. Até o fechamento dessa matéria, nenhum dado sobre o funcionamento do domingo tinha sido divulgado.

Para o coordenador Médico Hospitalar e de Emer-

gência da SMS, Ivan Paiva, um dos motivos para a demora no atendimento é a procura do serviço por pessoas sem sintomas graves, dificultando o atendimento de quem mais precisa. “Meu apelo é que se você está sentindo apenas febre, dor no corpo ou perda de olfato e paladar, vá até uma unidade de atendimento primária mais próxima da sua casa. Precisamos deixar os gripários para as pessoas que precisam de internação e que

32%

é o aumento registrado no último sábado em relação à média diária de atendimentos computada na primeira quinzena de fevereiro nos gripários da cidade

estão em situação grave”.

“É importante que as pessoas saibam seu papel nessa luta. A nova variante infecta muito mais, não são mais só idosos sem nenhuma comorbidade que estão sendo infectados. Tem muitos jovens indo a óbito, idade não é uma garantia, e a melhor forma de evitar é ficando em casa” completou Ivan.

Entre os seis gripários em funcionamento na capital baiana. No sábado, foi o do 16º Centro de Saúde, em Pau Miúdo, que teve a maior procura, com 245 atendimentos realizados e aproximadamente duas horas e meia de espera. “O fluxo de pacientes com dependência de oxigênio tem subido consideravelmente. Temos muita gente chegando com falta de ar”, contou a enfermeira Samanta Medrado.

*SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO




AGRONOMICAMENTE
SIMPLES
INTELIGENTE
DESCOMPLICADO





COVID-19 Ministra Rosa Weber determina que Saúde arque com despesas de UTI também em São Paulo e no Maranhão

STF ordena que União custeie leitos na BA

PMV / Divulgação / 16.7.2020

DA REDAÇÃO

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Ministério da Saúde volte a custear leitos de UTI para pacientes com Covid-19 nos estados da Bahia, Maranhão e São Paulo. As decisões foram tomadas no sábado, em três ações separadas, com teores parecidos, apresentadas por cada estado, e que reclamam que o Ministério da Saúde deixou, progressivamente, de pagar pela manutenção de milhares de leitos pelo país e pedem o retorno do financiamento em cada um dos seus estados.

A Procuradoria Geral do Estado da Bahia protocolou sua ação no dia 18 solicitando a manutenção do repasse que deixou de ser feito pelo Ministério da Saúde. A decisão da ministra Rosa Weber foi comemorada pelo procurador do Estado responsável pela demanda, Marcos Sampaio, que ressaltou ser "mais uma atuação em prol da vida".

"Essa tem sido a rotina da PGE-Bahia, que foi ao STF para garantir a ampliação de leitos de UTI-Covid, obtendo essa importante decisão favorável. Não é constitucionalmente aceitável qualquer retrocesso de políticas de saúde, como esta da União que resultou em decréscimo no número de leitos e UTI. A Bahia se insurgiu contra isso e teve seu pedido acolhido pelo STF", declarou.

Na ação, o Estado da Bahia alega contra a União quanto ao abandono do custeio da manutenção dos leitos de



Estado da Bahia alega abandono do pagamento da manutenção dos leitos de UTI necessários ao enfrentamento da pandemia da Covid-19

UTI necessários ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Vidas em jogo

"Ocorre que as vidas em jogo não podem ficar na dependência da burocracia estatal ou das idiosincrasias políticas, ainda que se reconheça que o decréscimo do financiamento de leitos possa ser circunstancial -, decorrente do próprio dinamismo

e imprevisibilidade da evolução da pandemia -, ou motivado por protocolos orçamentários os quais a União é obrigada a cumprir", afirmou a ministra Rosa Weber.

Ainda segundo o documento, o Estado da Bahia alegou também que, com a alta de número de casos da doença, "o número de leitos de UTI custeados pela União vem sendo reduzido

sem justificativa razoável nos últimos meses" e que solicitou a habilitação imediata de 462 leitos de UTI destinados a pacientes da Covid, entretanto, até o presente momento, não teriam sido tais habilitações aprovadas pelo Ministério da Saúde.

Rosa Weber intimou o Ministério da Saúde para imediato cumprimento da decisão e determinou às par-

tes, para que, no prazo de cinco dias, se manifeste sobre o interesse no encaminhamento dos autos à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), "para tentativa de composição amigável do litígio, ou para a designação de audiência de conciliação/mediação perante esta Suprema Corte, nos termos do artigo do 334 CPC/2015".

Estados reclamam que o Ministério da Saúde deixou de pagar pela manutenção de milhares de leitos pelo país

CORONAVAC

Butantan entrega 600 mil doses

Marcelo Camargo / Agência Brasil

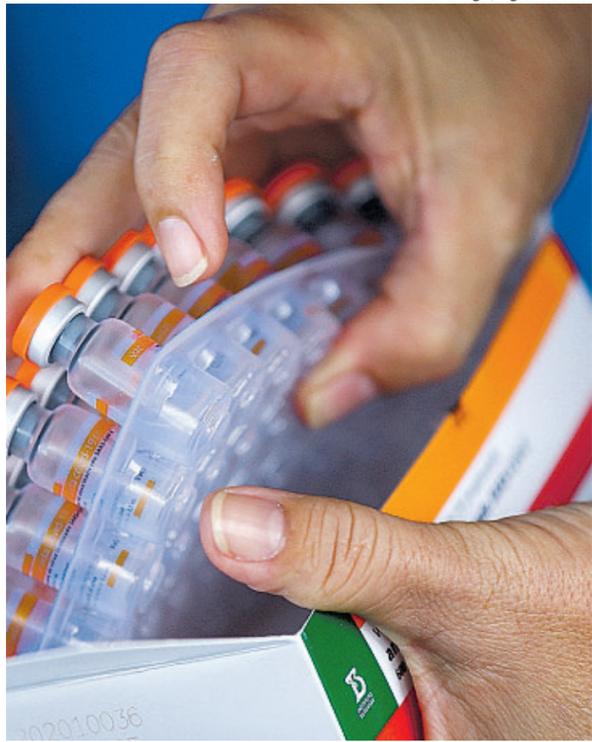
DA REDAÇÃO

O Instituto Butantan entregou ontem uma remessa com 600 mil doses da vacina Coronavac, contra a covid-19, ao Ministério da Saúde. Com esse lote, o instituto totalizará 3,753 milhões de doses entregues ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). Outros lotes serão encaminhados nos próximos dias ao governo federal, mas as quantidades não foram divulgadas.

Na última terça-feira, mais 1,2 milhão de doses da vacina foram enviadas ao governo federal. O diretor do Butantan, Dimas Covas, disse que 8,2 mil litros de insumo da vacina deverão chegar até amanhã - o que equivale a quase 15 milhões de doses.

100 milhões

O Ministério da Saúde oficializou na semana passada



Instituto já entregou 3,753 milhões de doses ao PNI

O diretor do Butantan, Dimas Covas, disse que 8,2 mil litros de insumo da vacina deverão chegar até amanhã

a assinatura do contrato com o Instituto Butantan para o fornecimento de 54 milhões de doses da Coronavac. Somado com as 46 milhões de doses já adquiridas, serão 100 milhões de doses entregues até o próximo mês de setembro.

PETROBRAS

Currículo de general emperra nomeação

DA REDAÇÃO

O escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para chefiar a Petrobras, o general Joaquim Silva e Luna, pode ter sua nomeação recusada pela assembleia geral extraordinária incumbida de avaliar a nomeação por conta de incongruências em seu currículo.

De acordo com o destacamento, para integrar a diretoria executiva o candidato tem de comprovar dez anos de experiência no setor ou em empresa do mesmo porte, o que não é o caso de Silva e Luna, que jamais atuou no mercado de petróleo e possui apenas dois anos à frente da Itaipu Binacional, sua primeira experiência no mercado empresarial.

A data para a realização da assembleia, que definirá se Silva e Luna assume ou não o cargo, ainda não foi definida pelo Conselho de Administração, que aguarda pelo parecer do Comitê de Pessoas da Petrobras. O comitê tem oito dias para examinar o currículo do candidato, prazo este prorrogável por mais oito dias.

Joaquim Silva e Luna pode ter indicação recusada por não atender pré-requisitos

DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

Prazo 10 (Dez) Dias

PROCESSO N.	1006730-20.2020.4.01.3306
AUTOR	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
RÉU	JOSEFA SENHORA DE SOUZA, JOSÉ NEVES DE SOUZA

A Superintendência Regional do DNIT no Estado da Bahia, em atenção ao disposto no caput do art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41, faz saber a quem este ler ou tiver conhecimento de que foi expedido este Edital para:

FINALIDADE: dar amplo e irrestrito conhecimento a quem interessar que foi deferida ao DNIT a imissão provisória na posse do imóvel, nos autos do processo n. 1006730-20.2020.4.01.3306, em quem são partes o DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, JOSEFA SENHORA DE SOUZA E JOSÉ NEVES DE SOUZA.

PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO: 10 (dez) dias.

ADVERTÊNCIA: Após o término do prazo do edital, começará a fluir o prazo de manifestação, findo o qual não mais caberá interposição de requerimento, em razão do instituto da preclusão.

SEDE DO JUÍZO: Rua da Gangorra, Quadra 12, Lote 148-A, Alves de Souza, Paulo Afonso/BA, CEP 48608-240. Telefone: (75) 3281-1214. E-mail: 01vara.paf@trf1.jus.br.

AMAURI SOUSA LIMA
Superintendente Regional no Estado da Bahia

DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

Prazo 10 (Dez) Dias

PROCESSO N.	1006752-78.2020.4.01.3306
AUTOR	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
RÉU	SIMONE BARBOSA SANTANA

A Superintendência Regional do DNIT no Estado da Bahia, em atenção ao disposto no caput do art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41, faz saber a quem este ler ou tiver conhecimento de que foi expedido este Edital para:

FINALIDADE: dar amplo e irrestrito conhecimento a quem interessar, que nos autos da ação de desapropriação nº 1006752-78.2020.4.01.3306, ajuizada pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT em face de SIMONE BARBOSA SANTANA, foi declarada a desapropriação por utilidade pública do imóvel situado no Povoado Lagoa dos Porcos, nº 1090, Pedro Alexandre/BA, pertencente a SIMONE BARBOSA SANTANA, cuja área desapropriada corresponde a faixa de domínio da Rodovia BR 235/BA, para que passe a constar na faixa de domínio da União, CNPJ 00.489.828/0023-60 (Secretaria do Patrimônio da União na Bahia).

PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO: 10 (dez) dias.

ADVERTÊNCIA: Após o término do prazo do edital, começará a fluir o prazo de manifestação, findo o qual não mais caberá interposição de requerimento, em razão do instituto da preclusão.

SEDE DO JUÍZO: Rua da Gangorra, Quadra 12, Lote 148-A, Alves de Souza, Paulo Afonso/BA, CEP 48608-240. Telefone: (75) 3281-1214. E-mail: 01vara.paf@trf1.jus.br.

AMAURI SOUSA LIMA
Superintendente Regional no Estado da Bahia

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

IMPOSTO DE RENDA Prazo para envio da declaração começa hoje

www.atarde.com.br/economia

ENTREVISTA Carlos de Souza Andrade, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da Bahia

“O LOCKDOWN É UM REMÉDIO MUITO AMARGO, MAS NÓS TEMOS QUE TOMAR”

OSVALDO LYRA

O presidente da Fecomércio na Bahia, Carlos de Souza Andrade, diz que medidas de restrição, como o lockdown, são “um remédio muito amargo para o comércio”, mas que não há alternativa nesse momento. “Nós temos que tomar”. Para ele, a abertura planejada é a solução. Além da ampliação da frota de transporte público e a reabertura dos hospitais de campanha, que são imprescindíveis para a fase atual da pandemia. Questionado sobre o assunto, o dirigente diz que “o pouco crédito disponível para o setor é difícil de ser acessado”, e pede atenção do poder público e da própria população para evitar a propagação do novo coronavírus.

Estamos entrando na fase mais crítica da pandemia. Como o senhor avalia o momento?

Nós entendemos que essa fase da pandemia é uma fase crítica. Os números que estão sendo apresentados pelo governo do estado e pela prefeitura são preocupantes. Nós, da Federação, estamos trabalhando muito em conjunto com o CDL [Câmara de Dirigentes Lojistas], a FCDL, bem como a Associação Comercial [da Bahia]. Nós estamos sempre trabalhando, as quatro entidades que representam o comércio juntas. E entendemos que nesse momento, os números não são favoráveis. Nós entendemos que, por precaução, o governador e o prefeito, em comum acordo, fizeram reuniões conosco via web, e, no nosso ponto de vista, nós entendemos que o lockdown não é o caminho. O caminho é fazer o preventivo. Mas, pelos números que estão apresentando, até concordamos em fazer um planejamento, digamos assim. Como fechar 17h, depois 18h, depois 20h [o comércio], como foi esse final de semana. Para o comércio não é nada bom. É complicado. Contudo, eu acho que nesse momento é o único remédio. O lockdown é um remédio muito amargo para o comércio, mas nós temos que tomar.

A Fecomércio prevê um prejuízo diário da ordem de R\$ 70 milhões no varejo baiano com o fechamento das atividades não essenciais só esse final de semana. Esse é um cenário que preocupa, presidente?

São R\$ 70 milhões por dia. O prejuízo que o comércio vai ter diariamente é de R\$ 70 milhões. Nós entendemos que é o preço que nós estamos pagando pela pandemia. Todo mundo tem a cota de sacrifício. Primeiro preservando a vida, que é a coisa mais importante que nós temos. Depois da vida, nós entendemos que são os empregos que nós preservamos, e depois os nossos CNPJs. Nós precisamos preservar as nossas empresas também. Agora, entendo que hoje há pouco investimento na infraestrutura por parte do estado, que fechou algumas unidades, fechou a Fonte Nova [o hospital de campanha]. Nós todos pensávamos que a pande-



Carol Garcia / GOVBA

mia tinha passado, não é? E não foi diferente para o estado. O Wet'n Wild, a Fonte Nova, alguns hospitais. Nós entendemos que a dificuldade é para todos nós. Inclusive, a infraestrutura do interior. Cidades como Feira de Santana, Camaçari podiam ter uma infraestrutura melhor para que todo mundo não viesse para Salvador. Se o estado fosse mapeado e o pessoal de Amargosa, por exemplo, tivesse uma infraestrutura boa, não precisava os pacientes de lá virem para Salvador. Os pacientes de Santo Antônio de Jesus virem pra Salvador. Não precisava disso. Eu acho que nós devíamos ter hospitais regionais que atendessem a população. E lógico que como não tem essa infraestrutura, vem todo mundo para a capital, e a população de Salvador é altamente prejudicada. Em suma, a quantidade que eu soube hoje é que já tem 50 ou 60 pessoas na fila para serem reguladas. Isso é um absurdo. Eu acho que o governador e o prefeito estão trabalhando em cima dos números de hoje, e essa é a nossa dura realidade.

A gente tem como primeira medida o toque de recolher e essa paralisação nesse primeiro final de semana. O senhor teme o fechamento por um prazo maior, como aconteceu na primeira fase da pandemia?

Nós do comércio não queremos nem pensar nisso. Seria um caos. Porque nós estamos vivendo um período de lockdown grande, esperamos chegar janeiro numa condição melhor, fevereiro chegou ao fim e a coisa está piorando. Os números estão piorando. Eu ainda insisto em dizer que faltou pla-

nejamento para que hoje nós tivéssemos uma situação melhor. Não complicar a vida do comércio. Porque, volto a ressaltar, a importância da vida, a importância dos empregos que nós perdemos durante esse ano, e a quantidade de empresas fechadas foi um absurdo. Nós entendemos que, em cima disso tudo, não queremos nunca o comércio fechado. Para nós está sendo difícil, mas nós temos que absorver, porque os números que o governo está apresentando e as prefeituras estão apresentando são realmente preocupantes. Nós estamos preocupados.

Muita empresas já fecharam, outras estão prestes a fechar, além de um aumento no número de desempregados. Essa é uma conta difícil de equacionar?

Com certeza. Eu digo sempre que “nós”, entidades, temos pedido ao governo federal, o Ministério da Economia que liberasse recursos para o comércio. Mas o que chegou de recurso foi muito pouco. Foi um recurso pouco distribuído. E prejudicou por demais a pequena e a micro empresa. Eu acho que o governo concentrou os recursos em todos os bancos e aquele socorro emergencial ocupou muito os bancos, e as empresas praticamente, no caso a Caixa Econômica Federal, tentou ajudar e ajudou muito, esses recursos que irrigaram bastante o mercado, mas não chegaram para o pequeno, micro e médio empresário. Esse foi o feedback que nos foi dado pelo Sebrae Bahia, dizendo dessa dificuldade nossa. O pouco crédito disponível para o comércio é difícil de ser acessado. A demanda por crédito é tão pequeno pa-

ra o micro e pequeno empresário. Apesar de o governo ter liberado algo em torno de R\$ 3 bilhões para a Bahia, eu acho que atendeu somente 30% das empresas. Infelizmente foi assim. As empresas maiores receberam mais e as pequenas, médias e micro, muito menos.

O Fórum Empresarial da Bahia divulgou uma carta manifesto com o posicionamento do setor para essa pandemia, se colocando, inclusive, à disposição para contribuir. Quais são as propostas?

O setor do comércio é

O pouco crédito disponível no mercado para o comércio é difícil de ser acessado

A ampliação da do transporte público e a reabertura dos hospitais são imprescindíveis

São R\$ 70 milhões por dia. O prejuízo que o comércio [fechado] tem diariamente

muito pulverizado. Se você olhar aquela relação, inclusive essas quatro entidades que eu lhe falei, a Federação do Comércio, a Associação Comercial, o CDL e a FCDL, estão naquele documento. E várias outras entidades. O Fórum é uma entidade mais abrangente. A carta que nós fizemos anteriormente à carta do Fórum, no dia 22, é semelhante. O que nós queremos é o seguinte, mostrar que o lockdown não é o problema. Eu acho que a abertura planejada do comércio é a solução. Quero dizer o seguinte: a nossa população, nos shoppings ou nas lojas, está seguindo os protocolos, cumprindo tudo, e isso é muito mais importante. Muito mais segura do que a população que estiver, digamos, em bares, em aglomerações, e no comércio informal.

Que medidas o senhor considera importante de serem colocadas como prioridade nesse momento?

Eu acho que a ampliação da frota de transporte público e a reabertura dos hospitais de campanha são imprescindíveis. O planejamento e a disciplina de horário do transporte coletivo eu acho que é muito importante também. A abertura do comércio, digamos, abrindo 8h, 9h e 10h, para ter um fluxo menor, mais pulverizado do metrô e dos ônibus. E entendemos também que esses hospitais de campanha, se nós tivéssemos 8, 10, 15 hospitais de campanha em uma cidade como Salvador, eu acho que seria providencial. Tanto é que nós estamos vendo o governo já tentando reabrir a Fonte Nova. Eu acho que não deveria nem ter sido fechada, mas já que fechou, o governo agora já está providenciando abrir o mais rápido possível. Agora, a gente tem que levar em consideração que abrir uma unidade com 120, 150 leitos não é de uma hora para outra. Tem que entender que precisa de médicos, de enfermagem, uma infraestrutura que não se faz em 2, 3, 4, 5 dias. Nós temos que ter esse planejamento e eu tenho certeza que o governador e o prefeito estão trabalhando juntos.

O Fórum prevê também a criação de um comitê que envolva tanto o poder público quanto a iniciativa privada. Deve haver mais diálogo?

Eu tenho certeza disso. Eu acho que o caminho melhor é o diálogo entre todas as entidades representativas do comércio e os governos. Quando a gente dialoga, a coisa fica muito mais fácil. O diálogo é a arma do homem. Em qualquer situação. E em uma situação dessa de pandemia deve ser preponderante. Nós somos totalmente contra o radicalismo de A, B ou C. Nós somos a favor do diálogo – com o governador, com o prefeito –, temos tido esse diálogo. Com o prefeito, principalmente.

Quanto ao fim do auxílio emergencial que, por me-

ses, foi a principal fonte de renda de uma parcela considerável da população, preocupa a demora em ter uma solução para o pagamento desse auxílio?

O governo Bolsonaro anunciou que vai liberar 4 parcelas de R\$ 250 no mês de março, abril, maio e junho. E o ministro da Economia, Paulo Guedes, já concordou. É a única saída que tem, e é tímida. Uma saída tímida de R\$ 250 por mês. Mas ajuda. Antes pouco do que nada. Nós entendemos que é muito importante. Se teve uma coisa que sustentou o comércio durante esse ano foi a ajuda que começou com R\$ 600, depois passou para R\$ 300, mas foi o que manteve vivo um grande número de empresas, principalmente as pequenas. Agora, nós não vamos depender. O governo vai ter dinheiro para manter isso? Nós temos que buscar soluções de curto, médio e longo prazos, para que o comércio, o serviço e o turismo não sofram esse lockdown. A gente não está preparado para isso. Por mais um mês, uma semana ou fim de semana, nós não estamos preparados para isso.

O senhor acredita que o governo federal poderia ajudar mais tanto a população quanto o setor produtivo?

A população, se for abrir os cofres, eu acho que precisaria. Agora, a gente tem que ver o lado econômico. Existe caixa para isso? Se gasta dinheiro com tantas outras coisas, principalmente agora na eleição, atendendo A, B ou C, mas eu não quero entrar no mérito da questão. Eu só falo do comércio. Eu não me posiciono politicamente. Eu acho que nós, volto a reforçar, as quatro entidades, estamos alinhadas naquele princípio básico da saúde, de manter o emprego e manter nossas empresas vivas. E para isso tudo nós precisamos ter o mais importante: o diálogo. Agora, a gente não esperava esse lockdown. Infelizmente, não esperávamos. Mas o vírus não avisa que vai chegar, não é? Vai chegando e vai destruindo, infelizmente.

Que pauta o senhor acredita que deva ser colocada como prioridade pelo Planalto e pelo Congresso nesse momento?

Nós precisamos das reformas hoje administrativa, que eu acho que estamos com a administração do país priorizando às vezes muitos setores que ganham muito e produzem pouco; e a reforma tributária. Nós temos esses dois aspectos de suma importância, as duas reformas, que nós que acompanhamos esses dois últimos anos vimos que não evoluíram. Houve uma desavença ideológica entre a Câmara, entre o Congresso, ou seja, entre o Senado e a Câmara e o Legislativo e o Executivo. Cada um interpretando de um jeito. O que nós queremos e pedimos é que haja entendimento entre os três poderes. Porque quando ele não se entendem, quem paga a conta é a sociedade.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Famílias agrícolas são bem vistas pela população do Brasil

Uma coisa é agricultura, agricultores e alimentos. A outra coisa é “agronegócio”. A primeira faz parte da segunda, mas a segunda não é sinônimo da primeira. Ouvimos de forma constante a frase: “o agronegócio é mal visto!”.

Primeiro, qual base estatística têm as pessoas que generalizam essa “assertiva”?

Nas minhas pesquisas e estudos tenho observado não suficiente educação da sociedade para o conceito de “agronegócio”, tradução de

“agribusiness”, criado na universidade de Harvard, nos Estados Unidos, pelos professores John Davis e Ray Goldberg. Também é notório observarmos linhas ideológicas associadas às extremas esquerdas e direitas utilizando pela via da desinformação, da má informação e de fake news as três estratégias neurolinguísticas da generalização, eliminação e distorção na construção de narrativas de ódio ou de idolatrias conforme as intenções de seus irresponsáveis racionais ativistas.

Quando olhamos o complexo do agronegócio temos múltiplos elos, agentes, indústrias, comércios e serviços envolvidos. Desde a ciência que edita o “gene” até a pedagogia que educa o “me-me” dos cidadãos e consumidores finais.

O sistema de alimentos, energia, fibras, meio ambiente, se transforma num sistema de saúde. E, nos meus estudos, quando isolamos a categoria dos agricultores, quando olhamos as famílias agrícolas, eles são admirados. Quando per-

guntamos, nas grandes cidades, quais são as cinco atividades essenciais para sua vida na cidade, agricultores vêm citados dentre os 5, ao lado de professores, bombeiros, médicos e policiais.

É preciso faltar o agronegócio em suas múltiplas faces e facções. Qual a imagem dos supermercados, das indústrias de alimentos e bebidas. Qual a percepção sobre as indústrias de química, genética, fertilizantes, sementes, máquinas, rações.

Da mesma forma, qual a imagem do sistema finan-

ceiro, da logística, dos serviços em torno do complexo agroempresarial? E doravante perguntar também qual a imagem dos orgânicos, biodinâmicos e dos alimentos celulares de laboratório? Depende. É o nome da palavra chave. Confiança será o nome que decifra essa chave.

E sobre meio ambiente, desmatamento, a quem cabe zelar, responder, fiscalizar e punir a ilegalidade presente? Idem para as causas indígenas, assentamentos, quilombolas e regulariza-

ção de terras. Com certeza não são agricultores que têm essa responsabilidade, apesar de serem socialmente conscientes e estarem trabalhando sob as leis vigentes no país.

Deixem os agricultores em paz. Famílias agrícolas são admiradas.

Agricultura é uma coisa, agronegócio é outra coisa. A primeira faz parte da segunda. Mas a segunda não pode sacrificar a primeira.

Agricultores do Brasil são muito bem vistos pela população do Brasil.

AGRICULTURA Com cerca de 180 hectares plantados, a expectativa é chegar a 1.020 hectares até o final deste ano

Tradicional no sul da Bahia, plantio de cacau registra crescimento na região oeste

MIRIAM HERMES

O cacau da Bahia ganha mais um polo produtor que vem crescendo na região oeste do estado. A amêndoa do Cerrado cresce irrigada por microaspersão, com as principais áreas de produção em Riachão das Neves e Barreiras, na bacia do rio Grande, e em Cocos, na bacia do rio Corrente.

Com cerca de 180 hectares implantados em seis propriedades na região, a expectativa é chegar a 1.020 hectares até o final deste ano, na margem esquerda do rio São Francisco. A área em produção ainda é pequena, porque depois do plantio demora cerca de dois anos para começar a produzir.

Nos 13 hectares da Estância Solaris, no Perímetro Irrigado de Riachão Grande, Riachão das Neves, a produtividade está em torno de 170 arrobas por hectare (@/ha). A média da Bahia é de 15@/ha e do Pará 70 @/ha, os dois principais produtores do Brasil.

Outros mercados

Com duas variedades já desenvolvidas na região, outras 26 estão sendo testadas. A meta é chegar ao patamar de 200 @/ha, de acordo com o cacauicultor Antelmo Farias, um dos proprietários da Solaris e da marca Cacau do Cerrado, responsável pela agroindustrialização e venda em forma de nibs (grãos de cacau fermentado, torrado e triturados) para a região oeste e mercados como Brasília e São Paulo.

Radicado no oeste há mais de duas décadas, ele nasceu na região do tradicional cacau baiano. Há cinco anos se dedica ao projeto, depois de localizar uma área com cacau de dois anos, adquirir a roça e fazer do empreendimento um propósito de vida, com ideal de fortalecer a atividade.

“Identificamos um potencial imenso com a cacauicultura na região do vale do rio Grande”, disse, salientando que existe um movimento no sentido de promover a cultura em pequenas áreas de agricultura familiar.

Farias vem desenvolvendo, com o sócio Moisés Schmidt,



Tales Rocha / Divulgação

A média de produtividade de cacau na Bahia é de 15 arrobas por hectare, a segunda maior do Brasil



Estância Solaris / Divulgação

Farias, da Cacau do Cerrado, produz e comercializa

um trabalho de pesquisa com recursos privados para selecionar as variedades mais produtivas, chegar ao melhor manejo para a região e abrir um caminho que outros possam trilhar também.

O empreendimento conta com um viveiro, que está em construção, com previsão de produzir 120 mil mudas este ano e capacidade final de criação de 2 milhões de mudas/ano.

As mudas são cultivares

clonais com processo de enxertia, com variedades que já tem boa resistência à vassoura de bruxa, voltadas para a região do Cerrado, que vai além do oeste baiano, alcançando também estados do Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Piauí e Maranhão.

Especialista na produção de cacau com atuação como consultor em todos estados produtores, o engenheiro agrônomo Tales Rocha é responsável técnico pelas pesquisas na Estância Solaris, e enumerou as principais vantagens da região do bioma Cerrado para a cultura.

“Topografia que facilita mecanização, oferta de água em abundância, bem como o clima, que é ponto crucial, porque tem calor o ano todo e seis meses de seca, o que impede a proliferação dos fungos, como os que provocam a vassoura-de-bruxa”, explicou.

Outros detalhes importantes são a luminosidade alta, que influencia no sabor e grau de doçura da amêndoa. Todas estas características, conforme Rocha, formam um ‘terroir’ propício para a produção de amêndoas diferenciadas, com sabor de cerrado.

Zoneamento Agrícola

Uma das conquistas importantes para alavancar o desenvolvimento da cacauicultura no Cerrado foi a inclusão no Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), que indicou a atividade com potencial econômico no oeste, com necessidade de irrigação, por conta das características climáticas regionais.

Defenderam a inclusão da região no ZARC do cacau a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) e o Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SPRB) em trabalho de parceria com a Secretaria de Agricultura da Bahia (Seagri).

Realizado pela Embrapa e o Mapa, o ZARC facilita o acesso a crédito agrícola pelas financiadoras, que já efetivaram empréstimos nos últimos meses para a implantação de novos empreendimentos de cacau na região.

“É grande a expectativa para a ampliação da área de cacau no estado, com aporte de tecnologia, que representa mais custo, mas também uma produtividade excepcional”, definiu o titular da Superintendência de Política do Agronegócio da Seagri, Eduardo Rodrigues.

Ele destacou que a Bahia deve voltar ao topo isolado na produção nacional, como já foi até a década de 1980, quando a vassoura de bruxa e outros problemas dizimaram a produção no Litoral Sul.

“O cacau tem valor agregado e representou 6% do VBP total da produção baiana em 2020, somando R\$ 1,65 milhões”, disse, apontando para sua importância econômica e ressaltando que a commodity tem mercado garantido, pois o Brasil atualmente importa a amêndoa para abastecer o mercado interno.

“Identificamos um potencial imenso com a cacauicultura na região”

ANTELMO FARIAS, cacauicultor

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Mineradoras optam por frete rodoviário

Cerca de seis milhões de toneladas de minérios foram extraídos na Bahia em áreas situadas a menos de 50 quilômetros da Ferrovia Centro-Atlântica, em 2020, mas as mineradoras têm preferido o transporte por caminhão, em razão do custo considerado alto do frete ferroviário.

Gnaíse, para produção de gesso; calcário, matéria-prima do cimento; magnesita, quartzo e o granito da construção civil são os cinco maiores volumes de carga, mas há também cromo e vanádio (ligas de aço) e cobre, necessário na fabricação de fios e cabos.

Para o atual presidente da Mineração Caraíba, Manoel Valério, a revitalização da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) é fundamental para reduzir os custos de transporte da empresa e viabilizar novos investimentos.

— Antigamente, o nosso concentrado de cobre era escoado pela ferrovia. Mas o custo ficou simplesmente inviável em relação ao transporte rodoviário — disse Valério.

CONTRASSENSE— Seria um contrassenso, segundo Manoel Valério, pois a ferrovia em questão poderia transportar não só produtos de mineradoras, mas também agropecuários e combustíveis, entre outros.

Também poderia escoar pela ferrovia a produção mineral comercializada de Brumado, no sudoeste baiano, calculada em 1,2 milhão de toneladas, em 2020, segundo dados divulgados pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral.

O município detém a terceira maior mina de magnesita a céu aberto do mundo e está em segundo lugar entre as jazidas de talco, além de importante produtora de granito, com possibilidade de ampliação do número de minério extraído este ano.

“Aos políticos que me criticam, sugiro que façam o que eu faço. (...) Dizer a esses políticos do Executivo, o que eu mais ouvi por aqui é: ‘Presidente, eu quero trabalhar’. O povo não consegue ficar mais dentro de casa”

JAIR BOLSONARO, presidente da República, um dia após o Brasil registrar o recorde de mortes por Covid-19



Olga Leiria / Ag. A TARDE

HUMANOS | Reivindicar ajuda é um sinal de humildade ou pretensão? Pedir algo a uma divindade implica tanto em assumir uma precariedade quanto acreditar em merecimento. É justa essa complexidade que nos torna inteiramente humanos.

Digitalização em alta

Em 2020, a Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Saeb) notou um salto no interesse dos órgãos estaduais em fazer com que os processos de suas áreas passassem a tramitar eletronicamente. A implantação deste tipo de processo no SEI (Serviço Eletrônico de Informação) Bahia cresceu 88,4% no ano.

Para o secretário estadual de Administração, Edelvino Góes, o SEI Bahia — juntamente com o software RH Bahia e a plataforma de serviços SAC Digital — tem sido uma “peça-chave na consolidação do processo de transformação digital do Estado, que ganhou ainda mais importância com a pandemia”.

POUCAS & BOAS

- O projeto ‘Salvaguarda do Reisado de Lençóis: saberes e fazeres das reiseiras da Chapada Diamantina’ realiza hoje uma prosa virtual com participação do Reisado da Viola e o Terno de Reis de Zabumba, da cidade. No evento, que será transmitido a partir das 19h pelo canal do YouTube da Rede de Ternos de Reis da Chapada Diamantina, serão abordados os desafios e soluções para a cultura popular da região.

- A Escola Municipal Coração de Jesus, da comunidade de Serra da Madeira, distrito de Itamotinga, em Juazeiro, ganhou ontem uma área de convivência sustentável por meio de uma parceria público-privada (PPP) entre o município e a Mineração Caraíba. O projeto de educação ambiental foi executado na unidade de ensino com a comunidade local nos últimos meses, resultando em trabalhos realizados pelos moradores a partir de materiais recicláveis, para uso das crianças matriculadas na escola.

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO

Os bispos, os gays e a CNBB/Conic

Luiz Mott

Professor titular de antropologia da Ufba
luizmott@oi.com.br

Pela primeira vez na história a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reconhece que os LGBT também são cidadãos e filhos de Deus. “Citando a última edição do Atlas da Violência (2020), segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), 420 brasileiros LGBTQI+ foram assassinados. Esses homicídios são efeitos do discurso de ódio, do fundamentalismo religioso, de vozes contra o reconhecimento dos direitos dessas populações e de outros grupos perseguidos e vulneráveis”. Foi longo caminho de lutas até chegar a esse vital reconhecimento!

Já em 1984 o GGB protestava contra a

campanha da CNBB por ter omitido os homossexuais e travestis dentre as vítimas do machismo. Em 1999 o GGB cutucava a CNBB para que reconhecesse oficialmente ter errado ao queimar milhares de sodomitas nas fogueiras inquisitoriais, seguindo o exemplo de João Paulo II, que pedira perdão aos “hereges protestantes”, aos “pérfidos judeus” e aos “infiéis muçulmanos”. Em 2006 tem início o diálogo: o presidente da CNBB e arcebispo de Sal-

Pela primeira vez na história a CNBB reconhece que os LGBT também são cidadãos e filhos de Deus

vador, D. Geraldo Agnelo, recebe o “Oscar Gay” ao declarar: “É legítima a reivindicação dos homossexuais de viver na sociedade sendo respeitados em suas diferenças, sem discriminações ou perseguições”. O próprio papa Francisco evoluiu miraculosamente em sua opinião: quando cardeal de Buenos Aires, disse que “el matrimonio homosexual es una trampa (cilada) del diablo”. Já em 2013, em visita ao Brasil, declarou: “Quem somos nós para julgar os gays?!” e foi mais além no ano passado ao defender o direito dos LGBT ao reconhecimento de sua união civil e agora abençoa essa inclusiva e polêmica Campanha da Fraternidade copatrocinada pelo Conselho Nacional das Igrejas Cristãs.

Muitos foram os “príncipes da Igreja” no Brasil que condenaram o que hoje a CNBB acertadamente apoia: em 1707 o arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro

da Vide, prescreveu o degredo para África dos praticantes do “abominável e nefando pecado de sodomia”, assim como a quem se travestisse com roupas do sexo oposto. Eis algumas abomináveis opiniões de bispos tupiniquins: D. Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, 1994: “Homossexualismo é uma aberração”; D. Edvaldo Amaral, arcebispo de Maceió, 1997: “A união de homossexuais é uma aberração. Sem querer ofender os cachorros, acho que isso é uma cachorrada! Esta é a opinião de Deus e da Igreja”; D. Lucas Moreira Neves, cardeal da Bahia, 1997: “O Projeto de Parceria Civil Registrada é seducativo e lesivo aos valores humanos e cristãos”; D. Eusebio Oscar Scheid, arcebispo de Florianópolis, 1998: “O homossexualismo é uma tragédia. Gays são gente pela metade. Se é que são gente”.

“Deus é amor e onde há amor, Deus está presente!”. Viva a CNBB e Conic!

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

🐾 Animais abandonados

Até hoje não consigo entender o porquê de nossas autoridades, quer municipais ou estaduais, não demonstrarem qualquer sentimento de piedade para com os animais que vivem ao abandono pelas ruas de nossa capital, principalmente cães e gatos. Se a prefeitura municipal ou o governo do estado têm em seus orçamentos verbas suficientes para a construção de hospitais, complexos policiais, viadutos, transporte moderno para seus habitantes e, ainda, um jardim zoológico para exibição de animais, denominados pelos homens de feras (que ironia), por que não destinam, também, parte modesta de seus recursos para a criação de abrigos para os animais que são abandonados às ruas e vivem à mercê da bondade de algumas pessoas que lhes alimentam? Esses animais vivem e reproduzem nas ruas, onde são acometidos de enfermidades ou são atropelados, visto que poucos se preocupam com o abandono a que foram relegados. Esses abrigos não precisariam de qualquer opulência, como as dos centros de convenção ou estádios (arenas) de futebol, e sim de alimentação e assistência médica de veterinários para com os animais. E ainda temos políticos que se elegem às custas desses animais, mas que não exigem dos seus líderes políticos no poder a adoção de

política humanista no trato com esses animais abandonados. **ARMANDO SÁ DE FARIA, ASFARIA41@GMAIL.COM**

🐮 De olho no gado

Ao tomar conhecimento da existência de aproximadamente 30 fábricas de vacina para gado e apenas duas para animais racionais, evidencia-se a intenção do capataz do Planalto em manter o produto preservado em currais fortificados rumo ao inevitável abate. Ressalte-se que carne de primeira está custando os olhos da cara e virou comida de rico. A má formação política de parte considerável dos eleitores brasileiros favorece a

A má formação política de parte considerável dos eleitores brasileiros favorece a manipulação feita por quem utiliza as fake news em proveito próprio

manipulação daqueles que utilizam as fake news em proveito próprio, resultando na necessidade de aumentar o número das fábricas de vacina para gado para assegurar o status quo, dispensando-se o uso do chicote como era praxe em casos que tais. Tanto é verdade que o comportamento da maioria da população — verdadeira hidra sem cabeça — segue a linha negacionista, dificultando o combate à pandemia. Aglomerações e parades são movidos pela ignorância daqueles que guardam estreita relação com a vida de gado. Para inverter a situação, é imprescindível extirpar o mal maior que insiste em permanecer na Presidência, ou terminar tomando vacina para gado. Fica a opção. **JORGE BRAGA BARRETTO, JBBARRETTO@GMAIL.COM**

🗣️ Negacionistas

O senador Jaques Wagner asseverou que tem atuado para que sejam capazes de superar (sic) a letargia e burocracia imposta pelos negacionistas que governam o Brasil. Ora, esse mesmo senador é contra um possível impeachment do imprevidente Jair Bolsonaro. Ao que parece existe uma meta a ser cumprida, ou seja, o eventual impeachment só após atingirmos a casa dos 500 mil óbitos de pobres compatriotas. Aliás, no Senado Federal, os senadores delatados na Lava Jato

têm comportamento discreto e raramente se manifestam. Enfim, pobre Brasil. Fétido Senado. Quanto infortúnio do pobre povo brasileiro. **MATHEUS VERNECK, MATHEUS-VERNECK@YAHOO.COM.BR**

📖 Leitura da conjuntura

No Brasil cada dia um dia na política, (re)definição de realidades. Há uma contradição (principal) entre a direita neofascista e a neoliberal. Uma, buscando a hegemonia política em 2022, outra, interesses econômicos imediatos. Dois inimigos viscerais do povo trabalhador. Quando Bolsonaro ameaça na economia, neoliberais ameaçam nas investigações criminosas da família. Paulo Guedes permanece, espada na cabeça de Bolsonaro. Só sai com o rompimento. Há impasses. Bolsonaro precisa destravar amarras liberais e destruir adversários para ser viável em 2022. Isso atinge os liberais, estes, tem pretensões políticas, mas priorizam a economia, antes do pleito eleitoral sempre imprevisíveis. Manter teto (controle de gastos), desmonte do Estado, privatizações, reformas liberais. Nessa correlação de forças e narrativas falta a oposição no seu palco principal: a rua, esclarecendo e mobilizando a população. Fora, Bolsonaro; volta, Lula. **ANTONIO NEGRÃO DE SÁ, NEGRAOSA1@UOL.COM.BR**

SALVADOR

salvador@grupotarde.com.br

COVID-19 Fábio Vilas-Boas se recupera bem de inflamação nos pulmões

atarde.uol.com.br/bahia

COVID-19 Anúncio foi feito pelo governador, que disse estar em contato com as duas farmacêuticas

Rui anuncia negociação direta para adquirir vacinas Sputnik V e Pfizer

CÁSSIO SANTANA

O governador Rui Costa (PT) afirmou que o governo do estado tentará comprar diretamente as vacinas contra Covid-19 Sputnik V e Pfizer. Segundo Rui, a Procuradoria Geral do Estado já está em contato com o setor jurídico das duas farmacêuticas para discutir sobre uma possível compra dos imunizantes.

Em postagem em suas redes sociais, ontem, o governador afirmou que se reuniu com o Fundo Soberano Russo para discutir “os termos contratuais” da possível aquisição da Sputnik V.

“Apresentei a demanda da Bahia pela vacina Sputnik V. A recepção foi absolutamente positiva e já colocamos a Procuradoria Geral do Estado em diálogo com a assessoria jurídica do laboratório russo para negociar os termos contratuais”, escreveu o governador no Twitter.

Rui espera adquirir cerca de dois milhões de doses da vacina russa, o suficiente para concluir a primeira fase da vacinação no estado, que reúne idosos e profissionais de saúde. “A meta é receber essa quantidade num prazo de 60 a 90 dias a partir do fechamento do contrato, o que pode acontecer já na semana que vem”, declarou.

De acordo com Rui, a compra dos imunizantes diretamente pelo governo do estado pode ser feita a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que permitiu que estados e municípios adquiram vacinas, desde que o governo federal não cumpra com o Plano Nacional de Imunização.



sputnikvaccine.com / Divulgação

Rui Costa se reuniu com o Fundo Soberano Russo para discutir “termos”

“Eles podem nos fornecer, nós queremos vacinar e entendemos que a decisão do STF nos permite fazer a compra direta e aplicar a Sputnik V. A Pfizer também já nos garantiu que poderá nos atender

se a negociação com o governo federal for frustrada. Continuaremos batalhando pelas vacinas”, completou.

Pfizer

A compra das vacinas da Pfizer por parte do governo do estado está condicionada à assinatura ou não de um contrato entre o Ministério da Saúde e a farmacêutica. A Pfizer espera uma resposta do pasta até o dia 19 de março. Caso o ministério não feche o contrato com a farmacêutica, Rui iniciará o processo de compra dos fármacos diretamente.

“Já coloquei a Procuradoria Geral do Estado para negociar os termos do contrato

com a assessoria jurídica do laboratório [da Pfizer]. Eles me disseram: ‘Temos até o dia 19 de março’. É o prazo que o laboratório Pfizer no mundo inteiro deu ao governo brasileiro para fechar ou não fechar a negociação da compra”, disse o governador.

“Como a definição internacional da Pfizer é vender prioritariamente aos governos nacionais, vamos esperar, e se o governo federal até lá não fechar negociação, aí sentamos como estado da Bahia e fechamos a venda direta”, completou Rui.

Janela de oportunidade
Após o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizar a com-

pra de vacinas por estados e municípios, o governo do estado afirma que o objetivo é adquirir as doses de ambos os imunizantes o mais rápido possível. O governador pretende utilizar a possibilidade aberta pelo Supremo que determina que a Anvisa deve analisar a autorização de vacinas com aval em agências do exterior.

“A decisão do STF abre espaço para que a gente corra atrás da vacina. Desde o final de semana passado, estava buscando articulação para retomar [as negociações]. Ninguém ia ficar com a vacina estocada esperando o Brasil. Em dezembro, anunciei que tinha um pré-contrato com a vacina russa. Ofereci ao governo federal, disse que abria mão e eles poderiam comprar”, afirmou Rui.

Vacinação

Com a possibilidade de adquirir vacinas por conta própria, Rui acredita que, em um cenário otimista, 50% da população do estado poderá ser vacinada até o meio do ano.

“Isso tudo vai depender. Se ficasse dependendo do ritmo apenas do ministério [da Saúde], trabalhando com duas vacinas, poderia dizer que eu não acreditaria, como não acreditei naquele cronograma apresentado [de vacinação do Ministério da Saúde]”, disse o governador.

“Já na primeira entrega cumpriu o cronograma. Agora, com essa possibilidade de utilizar outras vacinas, que já estão aprovadas no mundo inteiro, somente a Anvisa achava que não deviam ser utilizadas, aí sim. A gente abre o leque”, destacou.

Bahia registra 137 mortes por Covid-19 nas últimas 24h

DA REDAÇÃO

Pelo segundo dia consecutivo a Bahia bateu o recorde de óbitos, registrados nas últimas 24h pela Covid-19. Com 137 mortes, o território baiano chega a 11.625 vítimas desde o início da pandemia. As informações foram divulgadas ontem, por meio do novo boletim epidemiológico da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab).

Segundo o balanço, os respectivos óbitos ocorreram em diferentes datas, entre 14 de maio e 25 de fevereiro, mas só puderam ser incluídos no sistema da Sesab a partir desta atualização. Atualmente, a taxa de letalidade do coronavírus corresponde a 1,72% de todos os 674.384 casos confirmados da doença.

Dentro deste montante, quase 643 mil pessoas já conseguiram se recuperar da Covid-19 e cerca de 19,8 mil pacientes ainda seguem como ‘casos ativos’ da doença. O boletim ainda informa que 42.501 profissionais baianos da área de saúde já testaram positivo para o vírus.

O balanço ainda traz que mais de um milhão de suspeitas de coronavírus já foram descartados do sistema da secretaria, e 158.301 ainda seguem sob investigação.

Vacinação

O boletim da Sesab contabilizou 7.838 vacinadas contra o Covid-19, totalizando 430.630 baianos que já receberam a primeira dose. Dentro deste número, cerca de 96.081 já receberam a segunda aplicação prevista.

De acordo com o painel de vacinação, o estado possui 574.230 imunizantes disponíveis para a primeira aplicação e 236.100 disponíveis para a segunda.

Mais leitos de UTI para evitar colapso

RODRIGO AGUIAR

Com 83% de ocupação nas UTIs para pacientes adultos com Covid-19 em Salvador, pelo menos mais 90 leitos de Unidade de Terapia Intensiva serão abertos nos próximos dias na capital. Inicialmente, serão 50 leitos de UTI no hospital de campanha da Arena Fonte Nova, ainda a ser reativado, e 40 no Hospital Salvador.

Ainda assim, o risco de colapso do sistema de saúde é “imminente”, reforçou o prefeito Bruno Reis. Segundo ele, há chances de a taxa de ocupação dos leitos de UTI atingir 100% quando forem transferidos para hospitais pacientes que aguardam em Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

“Esses [novos] leitos aumentam nossa margem de manobra, mas não vão tirar a prefeitura, o governo e a rede privada do risco iminente de colapso”, declarou o gestor municipal, ao anunciar a abertura de 160 leitos para Covid-19 no Hospital Salvador. Serão 40 leitos de UTI e 120 de enfermaria, segundo o gestor. “Esse é o nosso quarto hospital de campanha exclusivo para Covid”, afirmou o prefeito.

Nas últimas 24 horas, foram regulados 72 pacientes diagnosticados com Covid-19, informou o prefeito. No entanto, outros 75 pacientes ainda aguardavam ontem nas UPAs uma transferência para hospitais, segundo o prefeito. Desse 75 pacientes, 30 esperavam vagas em leitos de UTI.

Irmã Dulce

O governador Rui Costa



Olga Leiria / Ag. A TARDE / 12.1.2021

Salvador ganhará, ao todo, mais 90 leitos de UTI

anunciou ontem que as Obras Sociais Irmã Dulce (Osid) serão responsáveis pela gestão do hospital de campanha da Fonte Nova, onde funcionarão inicialmente 50 leitos de UTI e 30 clínicos.

Progressivamente, serão instalados no local até 200 leitos, dos quais 100 de Terapia Intensiva e 100 clínicos, segundo edital da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab).

HOSPITAIS

Na última quarta-feira (24), o Ministério Público da Bahia (MP-BA) encaminhou ofícios à Sesab e SMS para solicitar informações sobre a possibilidade de reativação e abertura de hospitais de campanha

O governo não apresentou uma data para a reativação do hospital de campanha, mas disse que ocorrerá “nos próximos dias”. “Ontem [quinta-feira] fiz apelo às Obras Sociais Irmã Dulce. Hoje [sexta], pela manhã, estiveram na Arena, também se reuniram com a Secretaria da Saúde e aceitaram assumir a gestão”, declarou Rui. “Estamos com os equipamentos já instalados, temos insumos no estoque, mas não podemos abrir sem fechar as escalas das equipes”.

Bruno afirmou que o atual número de leitos da prefeitura já supera o máximo instalado em 2020. “Na primeira onda, tivemos 228 leitos. Neste momento, já temos 226 leitos e mais 10 leitos numa tenda montada na UPA de Valéria. Já são 236 leitos de UTI, tão escassos e preciosos

nesse momento”, disse.

Rui e Bruno reiteraram as dificuldades encontradas para ampliação da rede de atendimento aos pacientes com Covid-19. Segundo os gestores, já faltam, por exemplo, profissionais de saúde à formação de equipes.

“A prefeitura está fazendo mais do que o possível, mas temos limitação de respiradores. Chegaram 30 essa semana e mais 25 estão sendo encaminhados. Da mesma forma, já começa a ter dificuldade em montar as equipes. Não adianta só o esforço da prefeitura, se não houver um esforço conjunto dos cidadãos para evitar aglomerações, usar máscaras e respeitar as medidas”, afirmou o prefeito.

Após publicar na última terça-feira (23) um aviso para contratação de empresa para administrar o hospital de campanha da Fonte Nova, o governador relatou dificuldades em encontrar organizações sociais para gerir o hospital. Rui disse que as organizações apontavam problemas para a formação de equipes de profissionais.

“Nos comprometemos a fazer uma grande mobilização com eles para a contratação de pessoal. A grande dificuldade hoje em dia é montar equipe para fechar escalas de sete dias, 24 horas por dia. Está sendo difícil e por isso muitos relutaram em aceitar. Quero agradecer às Obras Sociais Irmã Dulce que se dispuseram nesse momento tão difícil para a Bahia, como nossa Santa Dulce sempre fez, a estender a mão ao povo baiano”, declarou o governador.

Idosos a partir de 81 anos podem se vacinar hoje

THIAGO CONCEIÇÃO

Em Salvador, a vacinação para idosos a partir de 81 anos começa hoje. Amanhã, as pessoas com 80 anos ou mais também poderão receber a primeira dose da CoronaVac, de acordo com a Secretaria Municipal da Saúde (SMS). As imunizações acontecem das 8h às 17h.

Na Bahia, das 574.230 doses da vacina contra a Covid-19 distribuídas, 430.630 foram aplicadas, um percentual de 75% das primeiras doses utilizadas. No estado, 40,7% das pessoas já receberam a segunda dose. Na capital, 129.035 pessoas foram vacinadas, 13.121 ontem. Do total, 6% são idosos de 90 anos ou mais e 17% têm entre 80 a 89 anos. No caso da segunda dose, 30.159 foram aplicadas, 5.648 nas últimas 24 horas. Os dados são da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) e da SMS.

Ainda segundo a SMS, a vacinação dos idosos de 80 anos ou mais, que será concluída no domingo, está garantida. No entanto, a aplicação das doses para as outras faixas etárias vai depender da avaliação das doses restantes e do recebimento de mais vacinas. Mesmo sem prazo definido para a imunização, a SMS alerta que os idosos que têm de 60 a 79 anos precisam se cadastrar ou recadastrar para entrar na lista de vacinação, no saude.salvador.ba.gov.br.

Após o período de espera causado por interrupções no cronograma de vacinação, o

aposentado Juracy Lima, de 80 anos, não vê a hora de receber a primeira dose do imunizante. “A expectativa é grande. Quero ter o alívio de ficar mais protegido desse vírus terrível”, diz. Ele conta que já preparou o braço para a primeira e segunda dose da vacina, que ocorre após cerca de 28 dias.

Esquema

Em Salvador, as imunizações acontecem das 8h às 17h. A vacinação dos idosos acontece nos drive-thrus localizados no 5º Centro de Saúde Clementino Fraga (Barris), Parque de Exposições (Paralela) e Atakadão Atakarejo de Fazenda Coutos. Além disso, pontos fixos estão localizados no 5º Centro de Saúde, USF Resgate, USF Santa Luzia, USF Federação, USF Plataforma e USF Cajazeiras X.

No caso dos profissionais de saúde, foi retomada a vacinação da primeira dose e continua a aplicação da segunda dose, de acordo com a indicação no cartão de vacinação. A dose inicial pode ser tomada no drive-thru da Arena Fonte Nova e nos postos fixos da USF Vista Alegre, UBS Virgílio de Carvalho, UBS Nelson Piauhy Dourado e USF Currallinho.

Com relação à segunda dose, é possível receber o imunizante no drive-thru do Centro de Convenções, na Boca do Rio, ou nos postos fixos da USF Km17, UBS Pérciles Laranjeiras, UBS Castelo Branco, USF Colinas de Periperi, USF San Martin III e CSU Pernambuco.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br

@satelite

●● Pena que o STF tenha que decidir pelo óbvio: o governo federal tem a obrigação de ajudar estados e municípios a financiarem os leitos de covid. Nada é mais importante que salvar a vida dos brasileiros.
ACM Neto

Ex-prefeito de Salvador e presidente nacional do DEM, ao criticar a gestão Jair Bolsonaro

'Lady Cloroquina'

Conhecida nacionalmente como "Doutora Cloroquina", a secretária de Saúde do Porto Seguro, Raissa Soares, será destaque de um seminário organizado hoje em Salvador para o lançamento do aplicativo Médicos do Brasil, plataforma de teleconsultas desenvolvida na Bahia para estimular o atendimento à distância. Especialista em clínica médica, Raissa ganhou notoriedade ao publicar vídeos nos quais defendia, em tom de exaltação, o uso da hidroxicloroquina para tratar covid. A postura da médica atraiu a atenção do presidente Jair Bolsonaro, porta-voz da utilização massiva do remédio, que enviou em nome dela um carregamento com 40 mil doses da droga para Porto Seguro. Duramente criticada por autoridades sanitárias e médicas, Raissa virou uma das líderes do bolsonarismo no estado.

BLOCO DOS PRECOSES

No evento, que será realizado no Sindicato dos Médicos da Bahia de forma virtual e presencial, Raissa falará sobre a importância do tratamento precoce. Além de pró-cloroquina, ela era contra o uso emergencial da vacina.

Fala que eu te escuto!

Relator da Faroeste no Superior Tribunal de Justiça, o ministro Og Fernandes abriu prazo de 15 dias para que os alvos das duas últimas fases da operação, deflagradas em dezembro passado, respondam às denúncias apresentadas contra eles pelo Ministério Público Federal. Uma das ações penais tem como acusados a desembargadora presa Ligia Ramos Cunha, seus filhos, os advogados Arthur e Rui Barata, e outros três investigados por ligação com a venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia. Na outra, figuram entre os denunciados a desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, também presa, sua filha Amanda Santiago, ex-vocalista da Timbalada, e o falso cônsul da Guiné-Bissau Adailton Maturino.

Pavio aceso

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa decidiu elevar a temperatura dos ataques ao governo Rui Costa (PT) a partir dos próximos dias. A tática de acirrar o confronto com o Palácio de Ondina foi traçada recentemente após articulações de lideranças da minoria na Casa e cardeais do bloco. Até o momento, a ordem é dificultar ao máximo propostas de interesse do governador, ocupar o noticiário e ampliar a presença nas redes. Trêgua, só para projetos de combate à pandemia.

Meia-volta

O novo presidente da Assembleia, Adolfo Menezes (PSD), abortou o processo de retomada das atividades presenciais no Legislativo e reativou o trabalho por home office para a maioria dos funcionários da Casa, sejam eles efetivos ou comissionados. Segundo apurou a Satélite, o recuo de Menezes, que vinha reabrindo aos poucos a Assembleia, tem como pano de fundo a descoberta de que, atualmente, há cerca de 20 servidores diagnosticados com o novo coronavírus.

Linha direta

Os recentes cercos do Ministério Público e da Polícia Civil no Detran devem respingar sobre a cúpula do Podemos. Na mira, há dois ex-chefes do órgão ligados ao deputado federal Bacelar, presidente da sigla na Bahia: o irmão, Maurício Bacelar, e o braço-direito, Lúcio Gomes.

BAHIA

HARA GENTIL

Vacinação para idosos segue hoje em horário especial

IMUNIZAÇÃO Cerca de 3 Km separam o 5º Centro de Saúde de Clementino Fraga, nos Barris, da Avenida Professor Sabino Silva, no Jardim Apí-pema, onde Ananda Cedraz, 24, ingressou na fila do drive-thru da vacinação contra o coronavírus, às 7h40 de ontem. Num dia normal, o trajeto iniciado nas imediações da Cantina Volpi, demoraria menos de 10 minutos, mas ela esperou quase 6h na fila para conseguir vacinar os avós, Ademar Oliveira e Jacira Cedraz. Eles só conseguiram receber a primeira dose do imunizante às 13h30.

Segundo Ananda, a ideia era chegar cedo para evitar filas e também diminuir a ansiedade dos idosos: "Eles não saem de casa desde março do ano passado. Às vezes, entram em pânico e ficam com muita saudade. A espera valeu a pena".

Ao contrário do fim de semana, quando os pontos de vacinação funcionaram das 8h às 16h, hoje, os postos estarão abertos excepcionalmente das 8h às 12h, em oito drive-thrus com 75 baías de vacinação, e 19 postos fixos com 102 salas de vacina dis-

poníveis.

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador (SMS) afirmou que o cronograma de vacinação incorpora novas idades a cada dia e a demanda está aumentando. "A fila é normal, alguns pontos, como 5º Centro, por serem centrais, acabam sendo mais procurados", pontuou a pasta.

Com o passar das horas no domingo, a fila de vacinação no 5º Centro ficou menor. Por volta das 13h, o último carro que esperava para ingressar no drive-thru estava localizado na Avenida Centenário, no sentido oposto ao Shopping Barra. Foi nesse horário que Antônia Nery, 81, entrou na fila e teve que esperar quase 3h para ser vacinada: "Cansa ficar aqui nesse calor. Minha vontade é ir para casa, tomar um banho e descansar um pouco".

Alguns idosos optaram por entrar no posto do 5º Centro a pé para reduzir a espera. Esse foi o caso de Maria Ivone Pinheiro, 83. Para tentar agilizar a espera, a filha Aldenise Sacramento, 53, seguiu para a fila de pedestres, onde a vacina foi aplicada rapidamente.



Vacinação de idosos com mais de 80 anos segue nesta segunda, das 8h às 12h, em oito drive-thrus

•• Eles não saem de casa desde março do ano passado. Às vezes, entram em pânico e ficam com muita saudade. A espera valeu a pena Ananda Cedraz

netas de Ademar Oliveira e Jacira Cedraz, vacinados ontem, no 5º Centro

Segundo a SMS, o 5º Centro foi um dos três locais de vacinação mais procurados neste domingo. Por isso, a pasta estima que o local registrou uma espera média de 1h. O Parque de Exposições também foi bastante escolhido, com uma espera média de 1h, assim como a Arena Fonte Nova, onde a demora para ser atendido foi de 40 minutos.

De acordo com dados da SMS coletados às 18h42 de domingo, foram vacinadas 8.663 pessoas neste dia, das quais, 7.065 receberam a primeira dose. Até o momento, 144.026 moradores de Salvador receberam a vacina contra o coronavírus na capital. Na Bahia, 433.274 foram vacinados.

Além do 5º Centro, do Parque de Exposições e do Atakadão Atakarejo do Subúrbio, os postos de saúde das Unidades de Saúde da Família do Resgate, da Federação, de Plataforma, de Cajazeiras X e Santa Luzia, no Engenho Velho de Brotas, também atenderam aos idosos com mais de 80 anos nos drive-thrus.

IMUNIZADOS

433MIL

vacinados no estado com a primeira dose da vacina contra covid-19

144MIL

idosos com mais de 80 anos já receberam a primeira dose do imunizante

271MIL

profissionais da área de saúde já foram vacinados



O secretário de saúde Fábio Vilas-Boas deixou o hospital ontem

Secretário Fábio Vilas-Boas recebe alta do Aliança

RECUPERAÇÃO O secretário estadual da Saúde (Sesab), Fábio Vilas-Boas, recebeu alta do Hospital Aliança, no início da tarde deste domingo (28). Ele estava internado há mais de uma semana, tratando os sintomas da covid-19.

Vilas-Boas contou que vai continuar o tratamento em casa, para onde seguiu ainda com oxigênio suplementar. "Meus amigos, graças às orações de todos, obtive hoje (28) alta do hospital e já estou a caminho de casa, para

seguir a recuperação, fazendo fisioterapia intensa e desmame de oxigênio", escreveu eu seu perfil no Twitter.

O secretário ainda fez um apelo para que a população da Bahia continue seguindo as medidas sanitárias. "Precisamos combater os negacionistas irresponsáveis e proteger aqueles que amamos", completou.

Fábio Vilas-Boas divulgou que tinha testado positivo para o coronavírus no dia 16 de fevereiro e começou o tratamento em casa. No dia

18, ele postou um exame de imagem que apontava 25% de comprometimento dos pulmões.

No dia seguinte, ele foi internado no Hospital Aliança porque começou a apresentar dessaturação de oxigênio no sangue.

Ele teve uma piora no quadro e foi levado para a UTI duas vezes, já usando cateter de oxigênio e fazendo fisioterapia respiratória. Neste sábado, ele foi transferido para uma unidade semi-intensiva.

SESAB ABRE MAIS 27 LEITOS EXCLUSIVOS

INTERIOR Mais 27 novos leitos exclusivos para a covid-19 foram abertos neste final de semana, sendo 17 de UTI nos hospitais estaduais em Santo Antônio de Jesus e Seabra. Segundo a Secretaria estadual da Saúde (Sesab), a medida é para reduzir a pressão na rede assistencial que atende pacientes graves.

No Hospital da Chapada, em Seabra, foram implantados 20 leitos, sendo dez de terapia intensiva e dez clínicos. Com esta ampliação, a unidade passa a contar com 40 leitos dedicados à covid-19, sendo 20 de UTI e 20 de enfermagem. Já no Hospital Regional de Santo Antô-

nio de Jesus foram acrescentados sete leitos de UTI aos três existentes. Assim, estão disponíveis dez leitos de terapia intensiva para a região.

De acordo com a subsecretária da Saúde da Bahia, Tereza Paim, "nos próximos dias será inaugurado o Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, com 80 leitos, sendo 50 de UTI, ampliando ainda mais a oferta para a população".

Até este domingo, a Bahia conta com 2.240 leitos ativos dedicados ao atendimento de pacientes com o diagnóstico de coronavírus. Destes, 1.171 são de UTI adulto e pediátrica.

Brasileiros querem poupar, mas falta dinheiro

FINANÇAS PESSOAIS O trauma provocado pela pandemia, que aumentou o desemprego no país e deixou milhões de pessoas dependentes de ajuda do governo já provocou uma mudança na relação do brasileiro com o dinheiro. Pesquisa da consultoria Oliver Wyman aponta que 69% dos cerca de 4 mil entrevistados querem economizar mais depois que a crise sanitária passar. Historicamente, os brasileiros não são acostumados a poupar e a investir seus recursos.

No entanto, o mesmo levantamento revela que a mudança no comportamento é, no momento, muito mais uma intenção que a realidade porque as pessoas ainda não têm dinheiro para guardar, dado que perderam

“A pandemia afetou a economia real. As pessoas ficaram trancadas em casa e perderam seus empregos”
Claudia Yoshinaga

da FGV

renda nos últimos meses.

A pesquisa mostra que a renda de 46% dos entrevistados diminuiu neste período. O número é próximo ao do total de pessoas que reduziram suas economias: 47%. Ainda segundo a Oliver Wyman, apenas 16% dos brasileiros conseguiram aumentar o volume economizado no último ano.

Para a coordenadora do Centro de Estudos em Finanças da Escola de Administração da FGV, Claudia Yoshinaga, ainda que a pandemia tenha reduzido a renda dos brasileiros – o que dificulta a possibilidade de se economizar e investir –, ela tem potencial para transformar o hábito das pessoas. Isso porque a crise da covid chegou de uma maneira muito inesperada e dura.

“Se é que a gente pode dizer que houve um reflexo positivo dessa pandemia em

relação às finanças, talvez tenha sido o alerta criado com relação à necessidade de se ter uma reserva de emergência para sobreviver a períodos inesperados”, disse Claudia.

Ao contrário de outras crises – como a de 2008/2009, que afetou principalmente os mercados financeiro e imobiliário –, a atual atingiu todo mundo. E isso aumenta a possibilidade de as pessoas mudarem seu comportamento. “A pandemia afetou a economia real. As pessoas ficaram trancadas em casa e perderam seus empregos, não foi apenas um grupo que trabalhava no mercado financeiro que perdeu o emprego”, observa.

Planejadora financeira, Eliane Tanabe também afirma que a proporção da crise da covid trouxe um maior nível de conscientização em relação ao uso do dinheiro.

Ford tenta manter 120 concessionárias no Brasil

AUTOMÓVEIS A decisão da Ford de deixar de produzir carros no Brasil e passar a ser apenas importadora de modelos premium, anunciada em janeiro, vai despejar no mercado ao menos 160 concessionárias que fecharão as portas ou vão tentar migrar para outras marcas. A rede Ford tem 283 pontos de venda nas mãos de 138 empresários. A empresa quer manter cerca de 120 delas,

consideradas viáveis para o novo negócio. Esse mesmo grupo, porém, é alvo de outras montadoras que veem a chance de ampliar sua representação no País.

Ao mesmo tempo em que descarta as revendas “sem condições adequadas de continuidade” – como disse em carta aos distribuidores –, a Ford hoje disputa com concorrentes suas melhores lojas. “Vencerá quem fizer a

melhor oferta”, diz um executivo envolvido na discussão. “Várias marcas estão em conversações íntensas para atrair as melhores revendas Ford”, confirma um empresário, que pede anonimato. “Tem muita gente convidando concessionárias a mudar de bandeira, oferecendo pacotes atraentes, com linhas de crédito, carência e carros de segmentos que a Ford não terá mais”, completa.

DECISÃO DO STF FACILITA REVISÃO DE APOSENTADORIAS

AFASTAMENTO POR DOENÇA

Recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) - tomada em 19/2 - confirmou a constitucionalidade da contagem do período em que o trabalhador recebeu esteve afastado e recebendo o auxílio-doença no tempo para a aposentadoria. A decisão abre espaço para que aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que tiveram esse direito negado possam revisar seus benefícios em ações na Justiça Federal.

A revisão já tinha um sólido conjunto de decisões judiciais favoráveis e ganhou mais força com o julgamento do STF. A Corte Constitucional, no entanto, estabeleceu como condicionante que o afastamento tenha ocorrido entre dois períodos em que foram realizadas contribuições previdenciárias.

Nas aposentadorias do INSS, a carência é o período de 15 anos de contribuição necessários para que o segurado da Previdência possa se aposentar ao completar a idade mínima vigente no ano em que ele cumpriu essa exigência. Por isso, a decisão do Supremo beneficia principalmente quem se aposentou por idade.

HOME OFFICE AVANÇA NO SETOR PÚBLICO

GOVERNO FEDERAL Um em cada quatro servidores do Executivo federal (25%) terminou o ano de 2020 trabalhando em home office integral, a mesma modalidade adotada pelo presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, acusado pelo presidente Jair Bolsonaro na semana passada de ficar "11 meses sem trabalhar".

Além disso, 35 órgãos do governo já aderiram ao programa que vai colocar o teletrabalho como opção permanente na administração pública. Quatro deles estão dentro do Palácio do Planalto: Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Secretaria-Geral da Presidência e Secretaria de Governo.

Um em cada
quatro
servidores
federais
terminou
2020
trabalhando
de casa

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@redebahia.com.br

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Ministério da Saúde volte a custear leitos de UTI para pacientes com covid-19 nos estados da Bahia, Maranhão e São Paulo. As decisões foram tomadas anteontem, em três ações separadas, com teores parecidos, apresentadas por cada estado, e que reclamam que o Ministério da Saúde deixou, progressivamente, de pagar pela manutenção de milhares de leitos pelo país e pedem o retorno do financiamento em cada um dos seus estados. A multa estabelecida para a União pelo descumprimento da liminar é de R\$ 1 milhão por dia.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) da Bahia protocolou sua ação no dia 18 de fevereiro solicitando a manutenção do repasse que deixou de ser feito pelo Ministério da Saúde. Na ação, o estado alega contra a União sobre o abandono do custeio da manutenção dos leitos de UTI necessários ao enfrentamento da pandemia da covid-19.

O estado da Bahia alegou que, com a alta de número de casos da doença, o número de leitos de UTI custeados pela União "vem sendo reduzido sem justificativa razoável nos últimos meses, e que solicitou a habilitação imediata de 462 leitos de UTI destinados a pacientes da covid, entretanto, até o presente momento, não teriam sido tais habilitações aprovadas pelo ministério".

Na decisão favorável ao governo baiano, a ministra Rosa Weber diz que "não é lógico nem coerente, ou cientificamente defensável, a diminuição do número de leitos de UTI em um momento desafiador da pandemia, justamente quando constatado um incremento das mortes e das internações hospitalares".

A ministra Rosa Weber ainda lembrou que o Brasil contabiliza mais de 250 mil mortes por covid-19. Ela disse que a demora na aplicação de recursos públicos contra a doença pode multiplicar o número de óbitos.

"Figura-se, ainda, o perigo da demora, que se revela intuitivo frente aos abalos mundiais causados pela pandemia e, particularmente no Brasil, diante das mais de 250 mil vidas vitimadas pelo vírus espúrio. O não endereçamento ágil e racional do problema pode multiplicar esse número de óbitos e potencializar a tragédia humanitária. Não há nada mais urgente do que o desejo de viver", concluiu.

A decisão de Rosa Weber foi comemorada pelo procurador do Estado responsável pela demanda, Marcos Sampaio que ressaltou ser mais uma atuação em prol da vida. "Essa tem sido a rotina da PGE-Bahia que foi ao STF para garantir a ampliação

•• E não é lógico nem coerente, ou cientificamente defensável, a diminuição do número de leitos em um momento desafiador da pandemia Rosa Weber
Ministra do STF

•• Fica evidenciado que não se cuida de um 'favor', e sim de um direito dos estados e um dever do governo federal, segundo a Constituição Flávio Dino
Governador do Maranhão

•• Não é aceitável qualquer retrocesso de políticas de saúde, como esta da União que resultou em decréscimo no número de leitos e UTI Marcos Sampaio
Procurador do Estado



O governo do estado abriu, nos últimos dias, novos leitos clínicos e de UTI para pacientes com covid

STF determina que União pague por leitos de UTI na Bahia

Covid-19
Na ação, o governo baiano solicita a habilitação imediata de 462 leitos

ção de leitos de UTI-Covid, obtendo essa importante decisão favorável. Não é constitucionalmente aceitável qualquer retrocesso de políticas de saúde, como esta da União que resultou em decréscimo no número de leitos e UTI. A Bahia se insurgiu contra isso e teve seu pedido acolhido pelo STF", declarou o procurador.

SÃO PAULO E MARANHÃO

A pedido do governador de São Paulo, João Dória (PSDB), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) havia ingressado com ação no dia 10 de fevereiro solicitando a manutenção do repasse que deixou de ser feito pelo Ministério da Saúde a partir de 2021. A PGE ingressou com a ação com base no argumento principal de que "compete à União promover e planejar em caráter permanente e zelar pela saúde de todos os brasileiros".

De acordo com nota divulgada pelo governo paulista, em dezembro, o Ministério da Saúde pagava 3.822 leitos de UTI em São Paulo, mas passou a subsidiar o funcionamento de somente 564 leitos neste ano. O custo diário de uma UTI covid é de R\$ 1,6 mil. Para a Procuradoria Geral do Estado, a decisão do STF "é uma grande vitória para o Estado de São Paulo porque traz luz à gestão sanitária em um mo-

Ministério da Saúde diz que ações são 'injustas'

O Ministério da Saúde classificou as ações no STF (Supremo Tribunal Federal) de governos estaduais para reativação de leitos de UTI como "injustas" e "desnecessárias". Segundo a pasta, não teria havido, "em nenhum momento, desabilitação ou suspensão de pagamentos de leitos de UTI para tratamento de pacientes da Covid-19".

"O Ministério da Saúde informa que não houve, em nenhum momento, desabilitação ou suspensão de pagamentos de leitos de UTI para tratamento de pacientes da covid-19. Os pagamentos têm sido feitos conforme demanda e credenciamento dos governos dos estados. Ressalta-se que conforme pactuação tripartite do Sistema Único de Saúde, a abertura e viabilização física dos leitos cabe aos gestores estaduais e municipais, cabendo ao Governo Federal o custeio das estruturas - no caso dos leitos covid-19, com valor de diária dobrada, no valor de R\$ 1.600", diz a nota do ministério.

Ainda segundo a pasta, o ministério solicitou, em janeiro, crédito extraordinário no valor de R\$ 2,8 bilhões à União a fim de custear ações de enfrentamento ao vírus, sobretudo a continuidade do custeio de leitos. "O recurso, liberado por meio de Medida Provisória será repassado aos estados demandantes para pagamento de leitos em uso desde o mês de janeiro pelas unidades federadas", afirma a nota.

mento de severo aumento de internações".

Já o pedido do governo do Maranhão foi realizado dois dias antes, em 8 de fevereiro. De acordo com a ação cível originária encaminhada pelo Maranhão ao STF, em dezembro de 2020, dos 20.770 leitos em uso no Brasil, 12 mil estavam habilitados, ou seja, contavam com o financiamento do Ministério da Saúde para sua manutenção.

Especificamente no estado, em 2020, o Ministério da Saúde havia habilitado 216 leitos exclusivos para pacientes do coronavírus. Todos foram desabilitados em dezembro passado.

O Maranhão, então, solicitou ao Ministério da Saúde a habilitação imediata de 119 leitos, o que foi recusado. Depois, em janeiro, a solicitação foi feita novamente, sem receber resposta.

1 milhão de reais por dia é multa esta-belecida pela ministra Rosa Weber caso a decisão não seja cumprida pela União

1.600 reais é o custo diário, médio, de uma UTI covid, segundo o governo de São Paulo

OSID VÃO ASSUMIR HOSPITAL NA FONTE NOVA

CONTRATO As Obras Sociais Irmã Dulce (Osid) vão gerir o hospital de campanha da Arena Fonte Nova, que será reaberto por conta da piora da pandemia em Salvador. O governador Rui Costa explicou que houve dificuldades para contratar uma organização porque todas alegaram que não conseguiriam formar uma equipe para atender no local. O apelo foi feito, então, às Osid, que de-

vem assumir a unidade nos próximos dias. A data ainda não está marcada. “Quero agradecer às Obras Sociais Irmã Dulce que se dispuseram nesse momento tão difícil”, destacou Rui. O hospital terá 200 leitos, sendo 100 de Terapia Intensiva (UTI) e 100 clínicos, que serão abertos progressivamente. De imediato estarão disponíveis 50 leitos de UTI e 30 clínicos.

Desemprego no país é o maior desde 2012

PESQUISA DO IBGE Meses depois do choque inicial provocado na economia pela pandemia de covid-19, o mercado de trabalho permanece como um grande desafio para a recuperação da atividade econômica em 2021. Houve ligeira melhora na reta final de 2020, em linha com a tradicional geração de vagas temporárias para as festas de fim de ano, mas ainda insuficiente para absorver toda a população em busca de renda e oportunidade. A taxa de desemprego média anual saltou de 11,9% em 2019 para um ápice de 13,5% em 2020.

Os maiores baques foram no comércio (-1,702 milhão de vagas, em média), serviços domésticos (-1,198 milhão de trabalhadores) e alojamento e alimentação (-1,172 milhão). Todos os três setores bateram recordes de demissões. A indústria também demitiu em massa, alcançando quase um milhão de vagas extintas, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados sexta-feira (26) pelo IBGE.

A taxa de desemprego encerrou o quarto trimestre aos 13,9%, o pior resultado para o período desde o início da série histórica em 2012. Em relação à mesma época de 2019, fo-

Devemos ter uma recuperação extremamente lenta no primeiro semestre deste ano e no segundo semestre ainda estaremos às voltas com o processo de vacinação
Sérgio Vale
economista-chefe da consultoria MB Associados

ram perdidos 8,4 milhões de postos de trabalho. O país tem, agora, quase 14 milhões de desempregados. Se considerados todos os subutilizados, que incluem desalentados e subempregados, está faltando trabalho para mais de 32 milhões de brasileiros.

Houve melhora, porém, ante a taxa de desemprego de 14,1% registrada no trimestre encerrado em novembro. “A taxa é para ser celebrada diante dos números anteriores, mas o cenário ainda é complicado. Devemos ter uma recuperação extremamente lenta no primeiro semestre deste ano e no segundo semestre ainda estaremos às voltas com o processo de vacinação”, projeta Sérgio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados.

A recuperação do mercado de trabalho demandará tem-

po e dependerá da evolução da pandemia do novo coronavírus, avalia Adriana Beringuy, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE. “Foram perdas muito profundas. Reverter esse quadro vai demandar não só tempo, mas o que vai acontecer ao longo desse tempo: como as atividades econômicas vão operar e as questões do controle sanitário”, afirmou.

A crise afetou mais fortemente o mercado informal, falou Cimar Azeredo, diretor adjunto de Pesquisas do IBGE. Ele lembra que houve redução no total de vagas com carteira assinada no setor privado, mas os primeiros trabalhadores a ficarem sem ocupação foram os informais, prejudicados pela pandemia e pelas medidas necessárias para conter a disseminação da covid-19.

Contas de luz seguem com bandeira amarela em março

CUSTO EXTRA A bandeira tarifária paga pelos consumidores nas contas de luz vai permanecer amarela em março, representando um custo extra de R\$ 1,343 para cada 100 kWh consumidos. A decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foi divulgada na noite de sexta-feira (26).

Segundo a agência, em fe-

vereiro houve registros significativos de chuvas nas principais bacias do Sistema Interligado Nacional (SIN). Março ainda é um mês típico do período úmido nessas regiões. Todavia, os principais reservatórios de hidrelétricas do SIN ainda apresentam estoques reduzidos para essa época do ano, em função do volume de chuvas muito

abaixo do padrão histórico registrado entre os meses de setembro e janeiro.

Essa realidade sinaliza patamar desfavorável de produção pelas hidrelétricas, pressionando os custos relacionados ao risco hidrológico (GSF), a variável mais importante na definição da cor da bandeira tarifária a ser acionada.

Presidente do Banco do Brasil coloca cargo à disposição; ações caem

CARGO EM DISPUTA Há apenas cinco meses no cargo, o presidente do Banco do Brasil, André Brandão, colocou o cargo à disposição do ministro da Economia Paulo Guedes. Segundo fontes anônimas citadas pelo jornal O Globo, Brandão manifestou o desconforto em permanecer no cargo depois dos rumores de que Bolsonaro queria substituí-lo. A notícia da possível saída de Brandão pesaram nas ações da estatal, que recuaram mais de 3% na sexta-feira (26). Ao final do pregão, o Banco do Brasil divulgou nota em que desmente que Brandão tenha renunciado ao cargo.

De acordo com o jornal, Guedes tenta segurar Brandão no cargo, que aceitou permanecer à frente do Banco do Brasil até a nomeação do substituto. Bolsonaro já pretendia mudar o comando da instituição financeira, mas não nesse momento em que ainda repercute negativamente a substituição na presidência da Petrobras. Ele e Brandão entraram em rota de colisão em janeiro, quando o banco anunciou demissão de funcionários e fechamento de agências

André Brandão e Jair Bolsonaro entraram em rota de colisão após o BB anunciar desligamento de funcionários e fechamento de agências em todo o país



Executivo está há cinco meses no posto cobiçado pelo Centrão

em momento de baixa popularidade do governo.

Partidos do Centrão já se articulam para ocupar a vaga, mas Bolsonaro tem preferência por um nome com experiência no setor bancário. Até aqui, os favoritos

para o posto são o presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, o secretário-executivo do Ministério da Cidadania, Antônio Barreto, e o presidente do BNDES, Gustavo Montezano.

SUPERÁVIT NOMINAL DO SETOR PÚBLICO SOMA R\$ 17,928 BI EM JANEIRO, MOSTRA BC

CONTAS PÚBLICAS O setor público consolidado (Governo Central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) registrou um superávit nominal de R\$ 17,928 bilhões em janeiro. Em dezembro, o resultado nominal havia sido deficitário em R\$ 75,808 bilhões. Os dados foram divulgados sexta-feira (26) pelo Banco Central. No mês passado, o governo central registrou superávit nominal de R\$ 4,797 bilhões. Os governos regionais tiveram saldo positivo de R\$ 13,160 bilhões, enquanto as empresas estatais registraram déficit nominal de R\$ 29 milhões. Em 12 meses até janeiro, há déficit nominal de R\$ 1,017 trilhão, ou 13,67% do PIB.

CLIMA ECONÔMICO MELHORA NO BRASIL NO PRIMEIRO TRIMESTRE, DIZ FGV

AUMENTO DE 5,1 PONTOS O Indicador de Clima Econômico do Brasil subiu 5,1 pontos do último trimestre de 2020 para o primeiro trimestre deste ano e chegou a 72,3 pontos, em uma escala de zero a 200 pontos. O dado, que reflete a opinião de especialistas em economia do país, é da Fundação Getúlio Vargas (FGV). No primeiro trimestre, o clima econômico chegou ao maior patamar desde o primeiro trimestre de 2020 (98 pontos), mas ainda assim está abaixo da média dos últimos dez anos (77,8 pontos). A alta foi puxada pelo Indicador da Situação Atual, que subiu 11,7 pontos. Apesar disso, tal avaliação continua em patamar baixo, de 25 pontos.

ARQUIVO CORREIO

As saídas para a maior crise de saúde

Próximos passos do combate à pandemia no estado serão definidos a partir dos resultados do fim de semana

Mesmo com tantas estratégias, a Bahia chegou a essa semana dramática. Mas se a avaliação de alguns cientistas é de que as tentativas não foram suficientes, os próximos passos dependem do resultado deste fim de semana, com o fechamento parcial e o toque de recolher até segunda (7^o).

De acordo com a subsecretária estadual da Saúde, Tereza Paim, o impacto das abordagens vai ser avaliado e os dados serão levados para o governador Rui Costa decidir o que será feito.

Tereza já tinha adiantado, em entrevista na última quarta-feira (24), que, em alguns aspectos, as autoridades poderiam ser "repetitivas" neste momento. Isso porque, como lembrou, há três frentes principais que conseguem enfrentar o vírus, de forma cientificamente comprovada: usar máscaras, higienizar as mãos e garantir o distanciamento físico e social.

"Se a população consegue entender isso, a gente consegue ter um alcance enorme. Mas se a gente não alcançar (a redução de casos), precisaremos de mais medidas e a população vai ter que esperar mais para voltar ao normal".

Além do reforço dessa mensagem, alguns especialistas ouvidos pela reportagem defendem saídas que incluam desde uma nova estratégia para o transporte público e campanhas de comunicação que envolvam líderes da sociedade civil até que o já adotado lockdown de fim de semana seja uma política mais frequente.

PROIBIÇÕES

Uma possibilidade é determinar proibições específicas com foco em grupos que se arriscam mais. É por isso que ações como o toque de recolher podem ter resultado, já que restringe a movimentação nos bares. "E também fechando alguns trechos mais críticos, como o prefeito de Salvador (Bruno Reis) fez com os bairros com uma infectividade maior", aponta o médico Washington Abreu, professor da UnifTC e da Ufba.

Quando ele conversou com o CORREIO, o lockdown parcial ainda não tinha sido anunciado pelo governo. No entanto, essa já era a sugestão do professor. "No meu ponto de vista, a gente não suporta o lockdown total. Mas poderia ser no fim de semana e à noite".

Além disso, ele sugere reduzir de forma obrigatória a quantidade de pessoas em certos lo-



CORREIO VEM ALERTANDO UM ANO SOBRE A PANDEMIA E COMO PODEMOS NOS PROTEGER

cais, como no transporte público. O número máximo de pessoas por coletivo seria definido previamente.

Atualmente, a frota média em Salvador é de 85% e, pelos cálculos da Secretaria Municipal de Mobilidade (Semob), 64% dos usuários do sistema têm pegado ônibus. Nos horários de pico, a frota chega a 100% nas estações.

PACTO SOCIAL

Neste momento, a vacina também deve ser prioridade. E, como ressalta a epidemiologista Ethel Maciel, da Ufes, a compra de vacinas deve ser direcionada aos imunizantes que já tiveram sua eficácia e segurança comprovada.

Mas, até lá, ela defende um grande "pacto social" - uma parceria entre os gestores públicos e setores da sociedade civil e empresas privadas para garantir a redução da circulação de pessoas.

"A gente precisa de um esforço conjunto também com igrejas, congregações e setores que influenciam muitas pessoas para que ajudem a fazer com que todos entendam a gravidade desse momento. Ao invés de convencer indivíduos, o governo convenceria segmentos", completa.

A RESPONSABILIDADE É DIVIDIDA NA PANDEMIA

Um pedido à população tem sido recorrente: se puder, fique em casa. É verdade - se as pessoas ficarem em casa, certamente a transmissão do vírus vai diminuir. Mas, por mais contraditório que possa parecer, garantir que a população fique em casa não é só uma decisão de cada um.

"Isso é colocar toda a culpa do fracasso das estratégias governamentais no indivíduo que está indo trabalhar no ônibus lotado", pondera a epidemiologista Ethel Maciel.

Ao governo federal, cabe garantir o auxílio emergencial e a vacinação. Além disso, precisa se comprometer com o pagamento das UTIs. Se houvesse uma coordenação nacional, deveria gerenciar o sequenciamento em massa.

Com o governo estadual, ficam as normas como lockdown, fechamentos parciais, e abertura de novos leitos e insumos. Este mês, o Supremo Tribunal Federal ainda autorizou os estados a comprar as vacinas.

Já as administrações municipais são responsáveis por garantir o transporte sem aglomeração e fiscalizar as áreas públicas. Assim como o estado, as prefeituras podem também ter decretos próprios proibindo a circulação nas praias, por exemplo.

Tribuna

Renda

Nisso o presidente Jair Bolsonaro ouviu o ministro Paulo Guedes, adiando mais uma vez o cumprimento de sua promessa de campanha de corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. O "buraco do orçamento não permite". Assim, a cada ano, mais brasileiros são obrigados a pagar IR. E quem já paga, sofre um pouco mais no bolso. O cálculo é que 10,5 milhões de brasileiros estariam isentos do imposto se houvesse a correção da tabela. A isenção do imposto hoje só vale para quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês (menos de dois salários mínimos). Mas, se a tabela fosse corrigida ao menos pela inflação, a isenção deveria valer para todos que ganham até R\$ 4.022,89, enquanto Bolsonaro prometera isentar todos aqueles que ganhassem até 5 salários mínimos.



Jair Bolsonaro

Sacrificados

Pegos de surpresa com a prorrogação do lockdown, empresários reagiram mal à medida, sentindo que o pior está por vir. Conscientes de suas responsabilidades em pagar impostos, salários, encargos sociais, matéria-prima e outros insumos, os que se aventuram investir no setor privado questionam porque nunca são ouvidos, antes da implementação das medidas. Esperam, assim, que governo e prefeituras se disponham a sentar à mesa para discutir ações emergenciais que os salvem da falência.

Tribuna

Bahia avança nas negociações para comprar Sputnik V

REDAÇÃO

A Bahia negocia com o Fundo Soberano Russo a compra de cerca de 2 milhões de doses da vacina Sputnik V, o suficiente para concluir a primeira fase da vacinação que reúne idosos e profissionais de saúde. "A meta é receber essa quantidade num prazo de 60 a 90 dias a partir do fechamento do contrato, o que pode acontecer já na semana que vem", afirmou o governador Rui Costa, que participou de uma

reunião virtual com os russos nesta sexta-feira (26).

De acordo com Rui, além dessas doses, a Bahia negocia um volume maior que seria dividido com os estados do Nordeste. "Eles ficaram de avaliar e responder na semana que vem sobre a quantidade que conseguem enviar para a Bahia e o Nordeste. Vamos querer o máximo possível. Inicialmente, contamos com esses 2 milhões que fecham a fase 1 da vacinação", informou o governador.

A autorização para que Estados e Municípios adqui-

ram as próprias doses de vacina foi dada esta semana por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A partir da autorização, a Bahia passou a buscar alternativas para imunizar a população, como a vacina desenvolvida na Índia e a terceira a ser aprovada na China, cujos laboratórios também estão sendo contactados.

"Estamos na luta buscando todas as opções de vacina possíveis, mas, até termos um número maior de doses, peço a ajuda dos baianos para que usem máscara e respeitem o iso-



DE ACORDO com Rui, além dessas doses, a Bahia negocia um volume maior que seria dividido com os estados do Nordeste

lamento social", acrescentou Rui.

Aulas - O Governo do Estado decidiu prorrogar o decreto que suspende as aulas presenciais nas unidades de ensino das redes pública e privada em toda a Bahia. O decreto nº 19.586, que venceria no próximo do-

mingo (28), passa a valer até 14 de março de 2021. A prorrogação será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) deste sábado (27).

O decreto também suspende as atividades de recadastramento de servidores inativos e pensionistas que fazem aniversário nos meses de janeiro, fevereiro

e março. A suspensão do recadastramento tem como principal objetivo preservar idosos e pessoas em grupos de risco, mais vulneráveis ao novo coronavírus, evitando o deslocamento a uma unidade da Rede SAC para validar seus dados cadastrais junto à Previdência Estadual.

VIVO-D70

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 27 e 28/02/2021	Página: 07

Tribuna

Obras Sociais Irmã Dulce vão gerir hospital de campanha da Fonte Nova

As Obras Sociais Irmã Dulce (Osid) vão gerir o hospital de campanha na Arena Fonte Nova. A informação foi dada pelo governador ontem (26). Segundo Rui Costa, houve dificuldades em contratar organizações sociais para gerir a unidade. Elas alegaram não conseguir formar equipas de profissionais para realizar o serviço. "Ontem [última quinta-feira,25] fiz apelo às Obras Sociais Irmã Dulce. Hoje [sexta,26], pela manhã, estiveram na Arena, também se reuniram com a Secretaria da Saúde e aceitaram assumir a gestão", revelou Rui.

De acordo com o governador, o processo de contratação já está avançado e a Osid deve, nos próximos dias, assumir o hospital. "Nos comprometemos a fazer uma grande mobilização com eles para a contratação de pessoal. A grande dificuldade hoje em dia é montar equipa para fechar escalas de sete dias, 24 horas por dia. Está sendo difícil e por isso muitos relutaram em aceitar. Quero agradecer às Obras Sociais Irmã Dulce que se dispuseram nesse momento tão difícil para a Bahia, como nossa Santa Dulce sempre fez, a esten-

der a mão ao povo baiano".

Segundo o edital da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), o hospital contempla 200 leitos, sendo 100 de Terapia Intensiva (UTI) e 100 clínicos, que serão abertos progressivamente. De imediato estarão disponíveis 50 leitos de UTI e 30 clínicos. As equipas já estão sendo formadas e a expectativa é que o hospital comece a funcionar o mais breve possível. "Estamos com os equipamentos já instalados, temos insumos no estoque, mas não podemos abrir sem fechar as escalas das equipas".

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 26/02/2021	



ESTADOS E MUNICÍPIOS PODERÃO PEGAR MAIS R\$ 20 BI EM EMPRÉSTIMOS



admin 26 Fevereiro, 2021

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou hoje (26) o limite de crédito dos governos locais para 2021, no valor de R\$ 20 bilhões. O limite para estados e municípios é o mesmo que vigorou no ano passado.

A medida não tem impacto fiscal para a União, porque os limites valem para os entes públicos locais. Todo ano, o CMN fixa valores máximos que a União, os estados e os municípios podem pegar emprestado no sistema financeiro. A utilização desse limite poderá ser acompanhada pelas instituições que integram o sistema financeiro e pela sociedade, por meio do site do Banco Central.

O teto das operações com garantia da União, quando o Tesouro Nacional cobre eventuais inadimplências, corresponderá a R\$ 9 bilhões, o mesmo valor em vigor no ano passado. O limite das operações sem garantia do governo federal foi mantido em R\$ 11 bilhões.

A União tem um limite de contratação de crédito de R\$ 500 milhões, valor R\$ 100 milhões maior que o de 2020. Dessa forma, o teto total de operações de crédito pelos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – subiu de R\$ 20,4 bilhões em 2020 para R\$ 20,5 bilhões em 2021.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/02/2021	Caderno: Notícias



Domingo, 28 de Fevereiro de 2021 - 19:00

Falta de produtos em supermercados retoma o maior nível de 2020

por Joana Cunha, Filipe Oliveira e Mariana Grazini | Folhapress



O índice que mede a falta de variedade de produtos nas prateleiras dos supermercados subiu em janeiro, voltando aos maiores níveis registrados na pandemia, segundo a Neogrid, empresa de software para o varejo que faz o monitoramento.

O indicador, que é conhecido como ruptura, ficou em torno de 12,5% em janeiro, acima dos 12,1% do mês anterior. Desde o início da pandemia, os maiores números foram registrado em maio e junho, com 12,6% e 12,5% respectivamente.

Segundo a Neogrid, a ruptura em alta é resultado da escassez de itens para embalagem na indústria, como papel e alumínio. Outro fator é a queda do poder de compra após o fim do auxílio emergencial, que leva os consumidores a se concentrarem nas marcas mais baratas, esgotando esse tipo de produto antes da reposição.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/02/2021	Caderno: Notícias



Domingo, 28 de Fevereiro de 2021 - 17:00

Bahia vai aplicar R\$ 54,4 milhões enviados pelo governo federal no combate à pandemia



A Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) vai aplicar R\$ 54,4 milhões enviados pelo governo federal em ações de combate à pandemia. Deste valor, R\$ 10.512.579,33 serão repassados ao Fundo Municipal de Saúde da prefeitura de Salvador para compra de insumos usados no enfrentamento à Covid-19.

A destinação dos recursos foi aprovada em reunião da Comissão Intergestores Bipartite da Bahia (CIB), segundo resolução publicada na edição deste sábado do Diário Oficial do Estado (DOE).

De acordo com o documento, a quantia restante, de R\$ 43.921.743,94, será destinada ao "custeio de ações e serviços de saúde para o enfrentamento da Epidemia COVID-19 e das diversas necessidades assistenciais geradas em razão da emergência de saúde pública para todos os municípios da Bahia."

O cálculo do valor que será recebido pela capital baiana, em parcela única, foi feito com base na população residente município, de 2.872.347 habitantes em 2019, versus o valor per capita pactuado (R\$ 3,659926648) para aquisição de insumos para enfrentamento à Covid-19.

A resolução, que entra em vigor a partir da data de publicação no DOE, tem efeitos financeiros retroativos a 28 de janeiro de 2021.

ECONOMIA

Publicado em 01/03/2021 às 10h23.

Petrobras anuncia nova alta nos preços da gasolina, diesel e gás

Reajuste será nas refinarias e entra em vigor nesta terça-feira (2)

Redação



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

A Petrobras anunciou nesta segunda-feira (1º) um novo aumento nos preços da gasolina, do óleo diesel e do gás de botijão vendidos nas refinarias. A partir de desta terça (2), a gasolina ficará 4,8% mais cara, ou seja, R\$ 0,12 por litro. Com isso, o combustível será vendido às distribuidoras por R\$ 2,60 por litro.

O óleo diesel terá um aumento de 5%: R\$ 0,13 por litro. Com o reajuste, o preço para as distribuidoras passará a ser de R\$ 2,71 por litro a partir de amanhã.

Já o gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como gás de botijão ou gás de cozinha, ficará 5,2% mais caro também a partir de amanhã. O preço para as distribuidoras será de R\$ 3,05 por quilo (R\$ 0,15 mais caro), ou seja R\$ 36,69 por 13 kg (ou R\$ 1,90 mais caro).



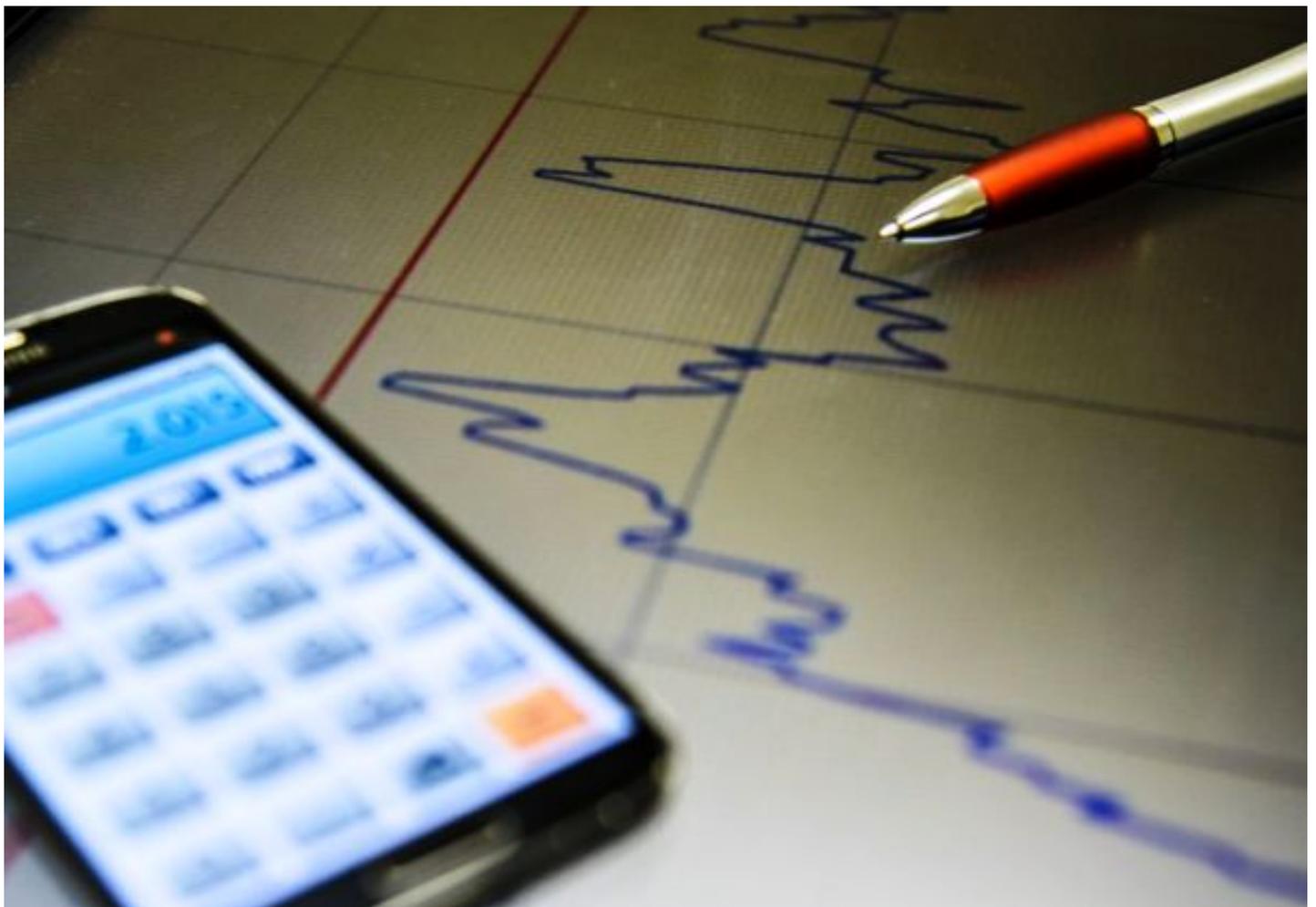
“Importante ressaltar também que os valores praticados nas refinarias pela Petrobras são diferentes dos percebidos pelo consumidor final no varejo. Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis pelas distribuidoras, no caso da gasolina e do diesel, além dos custos e margens das companhias distribuidoras e dos revendedores de combustíveis”, diz nota divulgada pela empresa.

(Com Agência Brasil)



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 09h47 de 01/03/2021



Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/02/2021	



STF atende pedido do Estado da Bahia e determina que União volte a custear leitos de UTI na Bahia

28 fevereiro 2021



A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Ministério da Saúde volte a custear leitos de UTI para pacientes com Covid-19 nos estados da Bahia, Maranhão e São Paulo. As decisões foram tomadas no sábado (27), em três ações separadas, com teores parecidos, apresentadas por cada estado, e que reclamam que o Ministério da Saúde deixou, progressivamente, de pagar pela manutenção de milhares de leitos pelo país e pedem o retorno do financiamento em cada um dos seus estados. A Procuradoria Geral do Estado da Bahia protocolou sua ação no dia 18 solicitando a manutenção do repasse que deixou de ser feito pelo Ministério da Saúde.

A decisão da ministra Rosa Weber foi comemorada pelo procurador do Estado responsável pela demanda, Marcos Sampaio que ressaltou ser “mais uma atuação em prol da vida. Essa tem sido a rotina da PGE-Bahia que foi ao STF para garantir a ampliação de leitos de UTI-Covid, obtendo essa importante decisão favorável. Não é constitucionalmente aceitável qualquer retrocesso de políticas de saúde, como esta da União que resultou em decréscimo no número de leitos e UTI. A Bahia se insurgiu contra isso e teve seu pedido acolhido pelo STF”, declarou.

Na ação, o Estado da Bahia alega contra a União sobre o abandono do custeio da manutenção dos leitos de UTI necessários ao enfrentamento da pandemia da Covid-19. “Ocorre que as vidas em jogo não podem ficar na dependência da burocracia estatal ou das idiosincrasias políticas, ainda que se reconheça que o decréscimo do financiamento de leitos possa ser circunstancial -, decorrente do próprio dinamismo e imprevisibilidade da evolução da pandemia-, ou motivado por protocolos orçamentários os quais a União é obrigada a cumprir”, afirmou a ministra Rosa Weber.

Ainda segundo o documento, o Estado da Bahia alegou também que, com a alta de número de casos da doença, “o número de leitos de UTI custeados pela União vem sendo reduzido sem justificativa razoável nos últimos meses” e que solicitou a habilitação imediata de 462 leitos de UTI destinados a pacientes da Covid, entretanto, até o presente momento, não teriam sido tais habilitações aprovadas pelo Ministério da Saúde.

Rosa Weber intimou o Ministério da Saúde para imediato cumprimento da decisão e determinou às partes, para que, no prazo de cinco dias, se manifeste sobre o interesse no encaminhamento dos autos à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), “para tentativa de composição amigável do litígio, ou para a designação de audiência de conciliação/mediação perante esta Suprema Corte, nos termos do artigo do 334 CPC/2015”.

Fonte: Ascom/ PGE

Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/02/2021	



Governo da Bahia abriu 27 novos leitos de Covid-19 neste final de semana

28 fevereiro 2021



Em um esforço para reduzir a pressão na rede assistencial que atende pacientes graves com o diagnóstico de coronavírus (Covid-19), o Governo da Bahia abriu 27 novos leitos neste final de semana, sendo 17 de UTI nos hospitais estaduais em Santo Antônio de Jesus e Seabra.

No Hospital da Chapada, em Seabra, foram implantados 20 leitos, sendo dez de terapia intensiva e dez clínicos. Com esta ampliação, a unidade passa a contar com 40 leitos dedicados a Covid-19, sendo 20 de UTI e 20 de enfermaria.

Já no Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus (HRSAJ) foram acrescentados sete leitos de UTI ao três existentes. Assim, estão disponíveis dez leitos de terapia intensiva para a região.

De acordo com a subsecretária da Saúde da Bahia, Tereza Paim, “nos próximos dias será inaugurado o Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, com 80 leitos, sendo 50 de UTI, ampliando ainda mais a oferta para a população”, afirma a subsecretária.

Neste domingo (28) a Bahia conta com 2.240 leitos ativos dedicados ao atendimento de pacientes com o diagnóstico de coronavírus. Destes, 1.171 são de UTI adulto e pediátrica.

Vacinação

Com 433.274 vacinados contra o coronavírus (Covid-19), dos quais 98.673 receberam também a segunda dose, até as 15 horas de ontem (27), a Bahia é um dos estados do País com o maior número de imunizados.

A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) realiza o contato diário com as equipes de cada município a fim de aferir o quantitativo de doses aplicadas e disponibiliza as informações detalhadas no painel <https://bi.saude.ba.gov.br/vacinacao/>.

Fonte: Ascom/ Sesab

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/02/2021	



Bahia avança nas negociações para comprar vacina Sputnik V

26 fevereiro 2021



Foto: Divulgação

A Bahia negocia com o Fundo Soberano Russo a compra de cerca de 2 milhões de doses da vacina Sputnik V, o suficiente para concluir a primeira fase da vacinação que reúne idosos e profissionais de saúde. “A meta é receber essa quantidade num prazo de 60 a 90 dias a partir do fechamento do contrato, o que pode acontecer já na semana que vem”, afirmou o governador Rui Costa, que participou de uma reunião virtual com os russos nesta sexta-feira (26).

De acordo com Rui, além dessas doses, a Bahia negocia um volume maior que seria dividido com os estados do Nordeste. “Eles ficaram de avaliar e responder na semana que vem sobre a quantidade que conseguem enviar para a Bahia e o Nordeste. Vamos querer o máximo possível. Inicialmente, contamos com esses 2 milhões que fecham a fase 1 da vacinação”, informou o governador.

A autorização para que Estados e Municípios adquiram as próprias doses de vacina foi dada esta semana por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A partir da autorização, a Bahia passou a buscar alternativas para imunizar a população, como a vacina desenvolvida na Índia e a terceira a ser aprovada na China, cujos laboratórios também estão sendo contactados.

“Estamos na luta buscando todas as opções de vacina possíveis, mas, até termos um número maior de doses, peço a ajuda dos baianos para que usem máscara e respeitem o isolamento social”, acrescentou Rui.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 26/02/2021	



Obras Sociais Irmã Dulce vão assumir gestão do hospital de campanha na Arena Fonte Nova

26 fevereiro 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

As Obras Sociais Irmã Dulce (Osid) vão gerir o hospital de campanha na Arena Fonte Nova. A informação foi dada pelo governador nesta sexta-feira (26). Segundo Rui Costa, houve dificuldades em contratar organizações sociais para gerir a unidade. Elas alegaram não conseguir formar equipas de profissionais para realizar o serviço. “Ontem [quinta-feira,25] fiz apelo às Obras Sociais Irmã Dulce. Hoje [sexta,26], pela manhã, estiveram na Arena, também se reuniram com a Secretaria da Saúde e aceitaram assumir a gestão”, revelou Rui.

De acordo com o governador, o processo de contratação já está avançado e a Osid deve, nos próximos dias, assumir o hospital. “Nos comprometemos a fazer uma grande mobilização com eles para a contratação de pessoal. A grande dificuldade hoje em dia é montar equipa para fechar escalas de sete dias, 24 horas por dia. Está sendo difícil e por isso muitos relutaram em aceitar. Quero agradecer às Obras Sociais Irmã Dulce que se dispuseram nesse momento tão difícil para a Bahia, como nossa Santa Dulce sempre fez, a estender a mão ao povo baiano”.

Segundo o edital da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), o hospital contempla 200 leitos, sendo 100 de Terapia Intensiva (UTI) e 100 clínicos, que serão abertos progressivamente. De imediato estarão disponíveis 50 leitos de UTI e 30 clínicos. As equipas já estão sendo formadas e a expectativa é que o hospital comece a funcionar o mais breve possível. “Estamos com os equipamentos já instalados, temos insumos no estoque, mas não podemos abrir sem fechar as escalas das equipas”.

Veículo: Metro 1	
Data: 28.02 a 01.03.2021	Caderno: Economia



Rui se emociona ao vivo e questiona: 'O que é mais importante: 48h de uma loja funcionando ou vidas humanas?'

Governador foi aos prantos após citar o caso de um pai que perdeu a filha de 16 anos para a Covid-19; gestor estadual cobrou maior empenho para garantir que as medidas sejam respeitadas

Foto : TV Bahia

Por **Matheus Simoni** no dia 01 de Março de 2021 · 08:16

O governador Rui Costa (PT) se emocionou ao falar do impacto da Covid-19 na Bahia em meio à vigência do decreto de suspensão das atividades não-essenciais no estado. Em entrevista à TV Bahia, Rui chorou ao citar o caso de um pai que perdeu a filha de 16 anos para o coronavírus. Ele lamentou que parte da população ainda faça campanha para reabertura do comércio em meio à alta de mortes. "Não é fácil. É duro receber mensagem das pessoas falando 'e o meu negócio?' e 'minha loja?'. O que é mais importante: 48h de uma loja funcionando ou vidas humanas?", disse Rui.

Rui Costa ainda lamentou a ausência de critérios por parte do governo federal para lidar com a pandemia e voltou a cobrar mais empenho da população. "Há emoção, de fato. Não é fácil tomar a decisão e não gostaríamos de tomar decisões com essas. Gostaria sim que todas as pessoas tivessem usando máscara, mesmo aquelas que se consideram super-homem ou se consideram jovens. Se não é por ele, pela mãe, pelo pai, pelo avó e pelo vizinho. Eu fico me perguntando, essas pessoas sozinhas decretaram o fim da pandemia. Estão indo a bares e festas tirando as máscaras. A ciência já comprovou que a máscara reduz mortes. Infelizmente e definitivamente, o Brasil vai entrar para a história da pandemia como o país que pior tratou da doença", afirmou o gestor estadual.

"É uma doença coletiva, não é individual. Não adianta cada um perguntar se vai ter leito de UTI. É como se tivesse que conter uma enchente de um rio com um balde", acrescentou.

Veículo: Política Livre	
Data: 28.02 a 01.03.2021 - .02.2021	Caderno: Economia



Governo da Bahia abriu 27 novos leitos de Covid-19 neste final de semana

BAHIA

Em um esforço para reduzir a pressão na rede assistencial que atende pacientes graves com o diagnóstico de coronavírus (Covid-19), o Governo da Bahia abriu 27 novos leitos neste final de semana, sendo 17 de UTI nos hospitais estaduais em Santo Antônio de Jesus e Seabra.

No Hospital da Chapada, em Seabra, foram implantados 20 leitos, sendo dez de terapia intensiva e dez clínicos. Com esta ampliação, a unidade passa a contar com 40 leitos dedicados a Covid-19, sendo 20 de UTI e 20 de enfermagem.

Já no Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus (HRSAJ) foram acrescentados sete leitos de UTI aos três existentes. Assim, estão disponíveis dez leitos de terapia intensiva para a região.

De acordo com a subsecretária da Saúde da Bahia, Tereza Paim, “nos próximos dias será inaugurado o Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, com 80 leitos, sendo 50 de UTI, ampliando ainda mais a oferta para a população”, afirma a subsecretária.

Neste domingo (28) a Bahia conta com 2.240 leitos ativos dedicados ao atendimento de pacientes com o diagnóstico de coronavírus. Destes, 1.171 são de UTI adulto e pediátrica.



Bolsonaro diz que governador que 'fechar seu Estado' bancará auxílio emergencial

Apesar de País ter quase 253 mil mortos, presidente afirmou que o Estado que adotar medidas de restrições para evitar a propagação do coronavírus, como recomendam autoridades sanitárias, deverá bancar novas rodadas do benefício

Emilly Behnke, O Estado de S.Paulo

26 de fevereiro de 2021 | 18h57

Atualizado 26 de fevereiro de 2021 | 20h51

BRASÍLIA - No pior momento da **pandemia de covid-19** no País, o presidente **Jair Bolsonaro** disse nesta sexta-feira, 26, que o governador que adotar medidas de restrições para evitar a propagação da doença, como recomendam autoridades sanitárias, deverá bancar novas rodadas do **auxílio emergencial**. A fala ocorre no momento em que governantes locais estudam e adotam medidas de fechamento para combater a disseminação do vírus, **que matou quase 253 mil brasileiros desde o início da pandemia**.

"O auxílio emergencial vem por mais alguns meses e daqui para frente o governador que fechar seu Estado, o governador que destrói emprego, ele é que deve bancar o auxílio emergencial. Não pode continuar fazendo política e jogar para o colo do presidente da República essa responsabilidade", declarou Bolsonaro durante visita às obras de duplicação da BR-222, em Caucaia (CE).

Na quinta-feira, 25, durante live semanal, Bolsonaro disse que a proposta estudada pelo governo é pagar o **auxílio a partir de março, por quatro meses e no valor de R\$ 250**. O pagamento da nova rodada do benefício, segundo o chefe do Executivo, é "para ver se a economia pega de vez, pega para valer". Contrário a medidas de restrição

e incomodado com a pressão em cima do governo, Bolsonaro tem sugerido que a população cobre de prefeitos e governadores o pagamento do auxílio.

"A pandemia nos atrapalhou bastante, mas nós venceremos este mal, pode ter certeza", disse no evento. "O que o povo mais pede e eu tenho visto, em especial no Ceará, é (para) trabalhar. Essa politicalha do 'fica em casa a economia a gente vê depois' não deu certo e não vai dar certo."

Ele visitou obras da duplicação de trecho da BR-222 e o anel viário de Fortaleza. O trecho em duplicação liga o município de Caucaia ao Porto de Pecém. De acordo com o ministro da Infraestrutura, **Tarcísio de Freitas**, até março o governo deve entregar seis quilômetros da duplicação. Outros seis quilômetros devem ser entregues até junho.

No evento, Bolsonaro agradeceu o apoio da população para sua eleição em 2018 e enalteceu as entregas do governo. "Nós sabíamos que não seria fácil, mas os inimigos podem ter certeza de uma coisa: nós não nos entregaremos. Estamos aqui hoje apresentando uma parte do serviço feito pelo nosso ministro Tarcísio, da Infraestrutura. Como vocês podem notar, é um serviço de qualidade, coisa que nunca teve aqui no Ceará", disse.

Com o presidente da **Caixa Econômica**, **Pedro Guimarães**, Bolsonaro também fez a entrega simbólica de três unidades habitacionais, de um total de 240 apartamentos que serão entregues. Mais cedo, o chefe do Executivo, acompanhado de ministros, esteve no município de Tianguá (CE), onde assinou ordem de serviço para a retomada de três obras rodoviárias. O presidente deve retornar a Brasília nesta noite com previsão de chegada às 20h30.



Governo vai reabrir renegociação de dívidas tributárias

Medida será tomada para dar alívio às empresas diante de mais medidas de restrição de circulação de pessoas

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

28 de fevereiro de 2021 | 22h36

BRASÍLIA - Com o endurecimento de medidas restritivas para tentar conter o avanço da covid-19 no Brasil, o **governo federal** vai reabrir o programa que permite aos contribuintes renegociar **dívidas tributárias**. A ideia é proporcionar um alívio no caixa das empresas no momento em que governadores decretam o fechamento de estabelecimentos não essenciais devido ao colapso em seus sistemas de saúde.

A nova rodada de negociação será mais ampla e poderá ter descontos em multas e juros para contribuintes que comprovarem baixa capacidade de pagamento.

A portaria que reabre o chamado Programa de Retomada Fiscal deve ser publicada na edição de hoje, 1º de março, do *Diário Oficial* da União. Segundo apurou o **Estadão/Broadcast**, a expectativa é negociar de R\$ 70 bilhões a R\$ 90 bilhões em débitos. O valor, porém, é tido como conservador porque será possível incluir um rol bem maior de dívidas, o que deve atrair mais adesões.

Na última edição do programa, encerrada no fim de dezembro, só era possível incluir os débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) entre março e dezembro de 2020, período da calamidade pública pela covid-19. Nesse formato, os acordos envolveram R\$ 81,9 bilhões em dívidas, e os descontos somaram R\$ 25,6 bilhões. Os prazos de pagamento ficaram entre 84 e 145 meses.

Agora, a negociação será mais abrangente e **poderá incluir débitos anteriores a março de 2020**, além dos que vierem a ser inscritos na Dívida Ativa até 31 de agosto

deste ano. Ao estender o horizonte dos débitos para incluir até mesmo aqueles que ainda serão inscritos nos próximos meses, o governo tacitamente reconhece que as empresas começarão a enfrentar dificuldades severas. A **adesão vai até 30 de setembro.**

Limite no valor

A negociação alcança apenas débitos de até R\$ 150 milhões inscritos na Dívida Ativa, cuja cobrança é de responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Quem deve acima disso precisa partir para um acordo individual.

Segundo apurou o **Estadão/Broadcast**, há dois motivos principais para a reabertura do programa de renegociação: o risco elevado da nova onda de contaminações e o fato de que muitas dívidas vencidas no ano passado estão chegando só agora para à PGFN, uma vez que a pandemia suspendeu algumas cobranças e atrasou procedimentos adotados pela Receita Federal para encaminhar esses débitos para inscrição em Dívida Ativa. Cobrá-las seguindo o rito normal poderia estrangular as companhias num momento já delicado.

No ano passado, o governo garantiu uma **arrecadação** de R\$ 1,7 bilhão com o programa. Em 2021, a previsão é de R\$ 4 bilhões, somados os pagamentos dos acordos antigos e a previsão de novas adesões.

De acordo com uma fonte que participa das discussões, a **Receita Federal** também prepara uma negociação especial para débitos em fase administrativa de cobrança e que envolvem “teses tributárias”, quando há dúvida jurídica sobre a incidência do tributo. Nesses casos, a lei permite a oferta de um acordo para encerrar a disputa.

mercado



Paulo Guedes abraça o colega Bento Albuquerque (Minas e Energia) na terça-feira (23) Adriano Machado - 23/fev.21/Reuters

Resistência a fim de piso atrasa votação que destravaria auxílio

Insistência de Guedes em acabar com gasto mínimo em saúde e educação adia PEC

Renato Machado e Thiago Resende

BRASÍLIA A insistência do governo federal em manter a proposta de extinção dos mínimos constitucionais para saúde e educação resultou em um grande revés nesta quinta-feira (25), atrasando a votação que destravaria o auxílio emergencial.

Parlamentares governistas se depararam com o risco de atrasar em pelo menos duas semanas a tramitação da proposta e, por isso, agora sinalizam recuo na desvinculação.

A equipe econômica já admite uma derrota nessa disputa, mas prioriza a aprovação de outras medidas relacionadas ao ajuste das contas públicas.

Nesta terça-feira (23), após reunião de líderes, o Senado decidiu adiar a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, considerada fundamental pela equipe econômica para a concessão do benefício para a população.

O governo ainda precisou

recuar da tentativa de apenas ler o relatório durante a sessão desta quinta-feira, pois havia o risco de a PEC ser retirada do plenário e passar a tramitar na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o que atrasaria ainda mais a aprovação.

Os líderes acordaram adiar a votação para quarta-feira (3), deixando a sessão da tarde desta quinta apenas para a leitura do relatório da PEC, elaborado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC). A sessão da próxima terça-feira (2) também será usada para debates sobre a proposta.

A leitura do relatório marcará o início da tramitação da proposta na Casa, mas acabou adiada em razão da grande resistência dos senadores, tanto da oposição como governistas.

Ainda não há definição se os dois turnos da votação — para aprovar uma PEC são necessários dois turnos em cada casa legislativa e três quintos no quarto ou se será respeitado o interstício regimental, de cinco dias entre as votações.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que esperava um entendimento para votar os dois turnos na quarta.

Pacheco afirmou que não se tratou de um "adiamento" e que a votação na próxima quarta vai se dar no "tempo mais curto que emergamos para poder compatibilizar a importância de votar a PEC com a necessidade de amadurecer o debate".

"Na verdade, o que eu vi foi uma grande reação à questão da desvinculação dos mínimos de educação e saúde, mas há aspectos remanescentes do parecer do relator Márcio Bittar que não houve tanta polêmica. Então vamos aguardar a leitura do parecer".

A PEC Emergencial prevê o acionamento de medidas em caso de crise nas contas públicas. O governo considera fundamental a sua aprovação antes de encaminhar ao Congresso a proposta para uma nova rodada de auxílio emergencial.

Os primeiros estudos do Ministério da Economia indicam

Excluir mínimo é cavalo de pau em transatlântico, diz secretário do Tesouro

Apesar de reconhecer dificuldades no debate da regra que extingue os valores mínimos a serem aplicados em saúde e educação, o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, afirmou que a proposta é como "dar cavalo de pau em transatlântico". Funchal defende a proposta, mas afirma que é uma mudança difícil. "Se você está em um estado ou em um município, sofre esse tipo de problema, tem uma amarra muito grande. Mas é difícil dar cavalo de pau em transatlântico. É sair do 0 para 100 quilômetros por hora rapidinho, é difícil. Mas se a gente conseguir avançar nessa direção, trazer os governadores e prefeitos para o debate, acho que tem um grande ganho", disse.

que a nova rodada do auxílio emergencial deva atingir cerca de 40 milhões de pessoas, em situação de vulnerabilidade em razão da pandemia.

Em seu relatório apresentado nesta semana, Bittar manteve no texto pontos polêmicos do projeto original de 2019, sendo o principal deles a extinção dos mínimos constitucionais para saúde e educação.

Líderes apontaram durante a reunião que havia o risco de não aprovação da PEC na sessão desta quinta-feira, por causa justamente da desvinculação dos gastos com saúde e educação.

A tensão aumentou ainda mais durante a sessão plenária, marcada por uma série de tentativas da oposição de barrar a leitura do relatório, fazendo uso de instrumentos regimentais.

"A população aguarda o auxílio emergencial e vacinas e o governo vem aqui fazer balões de ensaios. O governo está fazendo a versão 1.0, versão 2.0, versão 3.0 e versões não oficiais. Não podemos brincar com isso e fazer factóides aqui dentro", disse o líder da minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN).

O governo esteve perto de sofrer uma grande derrota, com a provável aprovação do requerimento para tirar a proposta da pauta e encaminhá-la para a principal comissão da Casa. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), então, negociou um acordo com a oposição para adiar a leitura do relatório, em troca da retirada do requerimento.

Por fim a PEC foi retirada da pauta desta quinta-feira, encerrando a sessão.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, aposta na aprovação da PEC Emergencial para destravar a pauta liberal apresentada ao Congresso e aliados indicou que esse projeto pode definir sua permanência ou não no governo.

A proposta, no entanto, vem sendo desidratada pelo Congresso, o que vem sendo apontado como uma derrota do ministro da Economia.

Além disso, a questão dos prazos é vista como um entrave para a equipe econômica.

O governo mantém a pretensão de começar a pagar a nova rodada do auxílio emergencial em março, mas diz que se encaminha a proposta com a aprovação da PEC Emergencial nas duas Casas.

No entanto, caso não haja acordo para a votação na nova data programada ou para a retirada do interstício,

parlamentares governistas veem o risco de que a PEC não seja aprovada em tempo hábil no Senado e na Câmara dos Deputados.

Inicialmente, a equipe econômica queria autorização para cortar temporariamente a jornada e os salários de servidores públicos, o que provoca uma redução imediata nos gastos. Guedes já cedeu nesse ponto e a versão mais atual do relatório de Bittar não prevê esse dispositivo.

O texto atualmente debatido no Senado prevê medidas como barreiras à criação de novas despesas obrigatórias, a reajustes a servidores e a concursos públicos.

Bolsonaro diz que benefício deve ser de R\$ 250, em 4 parcelas

Daniel Carvalho

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta quinta-feira (25) que o governo deve fechar em R\$ 250 o valor da nova rodada do auxílio emergencial que será pago a partir de março por um período máximo de quatro meses.

"Estive hoje com o Paulo Guedes [Economia]. A princípio, o que deve ser feito? A partir de março, por quatro meses, R\$250 de auxílio emergencial. Então, é isso que está sendo disponibilizado. Está sendo conversado ainda, em especial com os presidentes da Câmara [Arthur Lira (PP-AL)] e do Senado [Rodrigo Pacheco (DEM-MG)] porque a gente tem que ter certeza de que o que nós acertamos, vai ser em conjunto, não vai ser só eu e a equipe econômica, vai ser junto com o Legislativo também, na ponta da linha, aquilo seja honrado por todos nós", disse Bolsonaro em sua live semanal.

Inicialmente, Guedes defendia que o valor fosse de R\$ 200, mas parlamentares queriam mais. No ano passado, foram pagas cinco parcelas de R\$ 600 e outras quatro de R\$ 300.

"Então, mais quatro meses para ver se a economia pega de vez, pega para valer", prosseguiu Bolsonaro, sem informar se a nova rodada respeitará o teto de gastos.

Ele disse que, ao final deste período, espera ter uma proposta para o novo Bolsa Família a ser paga a partir de julho, segundo o presidente.

Arrecadação federal começa 2021 em queda e aponta perda de força da atividade com Covid

Fábio Pupo

BRASÍLIA A Receita Federal registrou uma arrecadação de R\$ 180,2 bilhões em janeiro, uma queda real de 1,5% na comparação com o mesmo mês de 2020. Os dados mostram que a atividade econômica segue prejudicada pelos efeitos da Covid, que chegou ao Brasil no fim de fevereiro.

O resultado interrompe a sequência de cinco meses de recuperação no fim de 2020 e pressiona as perspectivas para as contas públicas neste começo de ano.

Em 2020, a pandemia havia afetado os dados com mais força de abril a julho. Nesse período, o percentual de queda na receita chegou a dois dígitos (na comparação com os respectivos meses do ano anterior). De agosto a dezembro, no entanto, os dados tinham mostrado crescimento.

Mesmo com a melhora no fim de 2020, a arrecadação terminou o ano passado com queda de quase 7% e o resultado o mais baixo em dez anos (já considerando a série histórica atualizada pela inflação).

De acordo com a Receita, o resultado de janeiro foi em

parte influenciado por indicadores macroeconômicos em nível inferior ao do início do ano passado — como o valor em dólar de importações.

De acordo com dados monitorados pela equipe econômica, houve recuo em indicadores do comércio e queda da confiança do consumidor em janeiro. "Esse comportamento é esperado pois, com a perspectiva de aumento das medidas de restrição, empresários e consumidores se mostram mais cautelosos", disse Sérgio Gadelha, coordenador de

modelos e projeções da Secretaria de Política Econômica.

Segundo ele, a desaceleração foi observada já em dezembro em função da redução do auxílio emergencial e do aumento das restrições.

Por outro lado, a produção industrial e a venda de bens dão sinais de recuperação. A análise detalhada da arrecadação mostra que a queda foi observada no grupo das chamadas receitas administradas por outros órgãos — o que representa principalmente royalties obtidos com a produção de

petróleo no país. Elas caíram 27% na comparação com um ano antes, para R\$ 8,4 bilhões. Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, diz que a queda é decorrente da menor atividade em campo no país. "Alguns campos de petróleo tiveram redução, o que interfere na apuração dos royalties que são pagos à União", disse.

Balanco da Petrobras divulgado nesta semana corroborou a análise ao informar que a produção média de óleo e gás natural nos últimos três meses de 2020 ficou 0,1% abaixo do trimestre anterior.

Já o grupo das chamadas receitas administradas pelo Fisco, onde está o recolhimento com tributos, teve aumento real de 0,2% na comparação com um ano atrás — para R\$ 17,7 bilhões. Ainda assim, esse foi o terceiro mês seguido de desaceleração e o menor avanço em seis meses.

Na análise por tributo, o aumento foi verificado principalmente em IRPJ/CSLL (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido), que cresceu 5,7% — para R\$ 57,5 bilhões.

Sem gasto emergencial, governo têm superávit de R\$ 43,2 bilhões

BRASÍLIA Após registrar o maior rombo da história em 2020, as contas do governo federal iniciaram o ano com resultado positivo. Em janeiro, houve superávit primário de R\$ 43,2 bilhões, informou o Tesouro Nacional nesta quinta-feira (25).

O saldo é ligeiramente pior do que observado em janeiro de 2020, quando ficou positivo em R\$ 44,1 bilhões. Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve um recuo de 6,3%, considerando a inflação.

Segundo o Tesouro, o resultado é melhor do que as

expectativas de mercado e foi influenciado pela interrupção dos gastos emergenciais relacionados à pandemia do novo coronavírus. Enquanto essas despesas somaram R\$ 33,5 bilhões em dezembro, o valor foi de R\$ 2 bilhões em janeiro.

Em 2020, em razão da pandemia, que provocou uma disparada dos gastos públicos e derrubou a arrecadação de impostos, as contas do governo federal registraram um rombo fiscal de R\$ 743,1 bilhões. O resultado foi o pior da série histórica, iniciada há 24 anos. **Bernardo Caram**

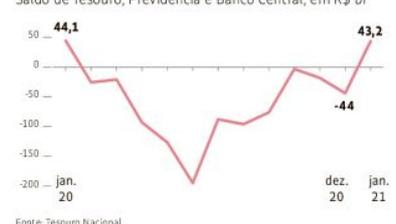
Variação real da arrecadação

Comparação com igual mês do ano anterior, em %



Resultado primário mensal do governo volta ao azul após 11 meses

Saldo de Tesouro, Previdência e Banco Central, em R\$ bi



opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O pós-Lava Jato

Gravações impõem revisão do caso Lula, mas STF deve fazê-lo sem abrir espaço à impunidade

Desde que vieram a público, em junho de 2019, os primeiros vazamentos de conversas entre investigadores da Lava Jato e o então juiz Sergio Moro, ficou evidente que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não teve um julgamento imparcial no caso do famigerado apartamento de Guarujá (SP).

As gravações mostraram uma proximidade inaceitável entre magistrado e acusadores, o que é razão suficiente para a suspeição. O site The Intercept Brasil e parte da imprensa haviam tido acesso às mensagens. Em julho de aquele ano, a Polícia Federal deteve o hacker responsável pela invasão dos celulares de integrantes da Lava Jato, apreendendo o arquivo completo.

Por decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, colocou-se o material à disposição dos advogados de Lula. A medida que mais mensagens vão sendo examinadas, mais heterodoxias vão sendo descobertas. É particularmente chocante o diálogo entre dois procuradores debatendo o que devem fazer diante da informação de que uma delegada da Polícia Federal havia lavrado termo de depoimento de testemunha que não fora ouvida. Há não poucas evidências de que a Lava Jato em várias ocasiões extrapolou. Cumpre lembrar, porém, que as gravações resultam de uma invasão ilegal a celulares. Não podem ser empregadas como prova

para incriminar ninguém; podem, contudo, ser usadas pelas defesas de réus para pleitear nulidades.

Aqui as coisas se complicam. Não resta dúvida de que o devido processo constitui uma das mais importantes garantias do Estado de Direito. Entretanto cabe a tribunais e particularmente ao STF ser criteriosos na decretação de nulidades. Não parece inevitável estender automaticamente as nulidades a todas as provas produzidas e a outros processos envolvendo o ex-presidente — como o do sítio de Atibaia (SP), que já rendeu condenação ao TRF-4 — e outros réus. “Pas de nullité sans grief” (não há nulidade sem que se prove o prejuízo), diz o velho brocardo jurídico.

Se a Lava Jato nem sempre se comportou como deveria, há ainda mais evidências de que os esquemas de corrupção por ela investigados eram terrivelmente reais. Bilhões de reais desviados foram recuperados, dezenas de envolvidos confessaram seus crimes e grande parte das condenações foi confirmada por instâncias superiores.

Isso também vale para Lula — o caso do apartamento merece, claramente, o escrutínio da Justiça. Infelizmente, surgem no momento sinais inquietantes de que o Brasil pós-Lava Jato corre o risco de retornar ao velho padrão de impunidade, no qual vistosas operações contra a corrupção se perdem nos escaninhos do Judiciário.

Punição a Cury

Deputado que apalpou colega na Alesp cometeu quebra de decoro que justificaria cassação

Na quarta (24), o deputado estadual Fernando Cury (Cidadania) reafirmou ao Conselho de Ética da Assembleia Legislativa de São Paulo a versão fantasiosa que divulgou logo após ter sido flagrado num gesto de importunação sexual contra sua colega Isa Penna (PSOL).

Em sua defesa, Cury declarou que apenas abraçou a parlamentar num “gesto de gentileza” — um tipo de afago que faria parte de seu modo habitual de tratar mulheres. “Vocês conhecem minha índole e esse meu jeito de abraçar, beijar e demonstrar carinho”, disse, reconhecendo, contudo, que esse comportamento peculiar “não é tolerado por parte das pessoas”.

O principal problema da versão apresentada ao conselho é que ela não corresponde ao que se constata na gravação em vídeo do episódio. O que se vê não é um alegado abraço fraternal, mas uma abordagem insidiosa por trás da deputada, com um afago na altura da base de seu seio direito — contato que é por ela prontamente repellido.

Trata-se de flagrante quebra de decoro parlamentar que merece ser punida, no âmbito da Alesp, com a cassação do mandato de Cury. Não é esse o desfecho, contudo, o que se desenha no horizonte. Apesar das evidências e das ma-

nifestações públicas favoráveis à cassação, a tendência do Conselho de Ética é propor uma suspensão. O relator do caso, Emídio de Souza (PT), considera improvável que se formem as maiorias necessárias no colegiado e no plenário para impor a medida.

Diante do risco de a derrota da proposta dar margem a uma punição irrisória, a alternativa seria suspender Cury do exercício do mandato por um período de tempo.

A própria deputada, embora insistente na tese da cassação, parece perceber que sua demanda irá esbarrar no conservadorismo e no corporativismo da Alesp. Tanto é assim que, em nota emitida por sua assessoria, considera que a suspensão, caso “seja o caminho escolhido”, precisaria corresponder à gravidade do ocorrido.

Penna avalia que Cury, nessa hipótese, deveria ser suspenso por um ano — ao passo que os sinais no conselho apontam para 120 dias.

Paralelamente, a Justiça de São Paulo já autorizou investigações contra o deputado, atendendo a denúncia do Ministério Público. Já é hora de homens entenderem que há leis sobre importunação e assédio sexual e que não podem tratar mulheres simplesmente seguindo o “seu jeito” de ser.



Na contramão da lógica

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Sempre branco que o jeito mais fácil de salvar vidas é baixar um decreto reduzindo a velocidade máxima permitida para veículos. Reportagem da Folha corroborou meu chiste, mostrando que após uma década de reduções, os óbitos em acidentes caíram 44% na cidade de São Paulo. É claro que a diminuição da velocidade não foi a única medida adotada, mas é uma das variáveis-chaves, a julgar pela literatura internacional.

Outras fórmulas eficazes para evitar mortes no atacado, como o saneamento básico, demoram a apresentar resultados e envolvem custos altos, mas, no caso da velocidade, o efeito é imediato e não gera despesa. Considerando as multas, pode até ser lucrativa para o poder público.

Assim, num mundo racional, todo novo prefeito deveria baixar mais a velocidade máxima na cidade, de modo a poder dizer, na campanha para a reeleição, que salvou x vidas no trânsito. Nossa preocupação deveria ser com o risco cumulativo, que nos levaria ao imobilismo.

O que vemos no mundo real, porém, é que autoridades têm enormes dificuldades para fazer o óbvio. Em São Paulo, João Doria, que hoje proclama seguir a ciência, fez campanha à prefeitura (2016) prometendo aumentar a velocidade nas marginais.

Mais recentemente, o presidente Jair Bolsonaro mandou tirar os radares de rodovias federais e bancou um pacote de leis que promove a irresponsabilidade dos motoristas. O que está acontecendo?

Minha hipótese é que, da mesma forma que o público não resiste ao imediatismo econômico, não consegue contrapor-se ao populismo viário. O motivo é matemático. Na esmagadora maioria dos deslocamentos que as pessoas fazem acima da velocidade permitida, nada de grave acontece. É só numa pequena fração deles que ocorre um óbito ou acidente grave. Com isso, o perigo da velocidade passa ao largo de nossas consciências. O conceito de vida estatística poupada tem baixíssimo apelo emocional.

helio@uol.com.br

O ‘clube dos cafajestes’

Cristina Serra

BRASÍLIA Um ano depois do primeiro caso de Covid no Brasil, vivemos o momento mais grave da pandemia. Um ano inteiro de sacrifícios, dor e morte não serviram para nada. Caso único no mundo. Estaca zero. Andamos em círculos. Falta vacinar. Falta leitar. Falta ar. E vai piorar.

Mas nada disso tira o sono do dinheiro grosso no Brasil, que só chiou com a intervenção militar na Petrobras. Para compensar a corda esticada, Bolsonaro oferece a Eletrobras e os Correios na banca das almas.

No campeonato de canalhice da República, é difícil superar Paulo Guedes e a pressão pela aprovação da PEC emergencial, tentativa de assalto aos direitos sociais inscritos na Constituição.

A lógica da negociação é perversa: o governo só voltaria a pagar o auxílio emergencial em troca do fim dos gastos públicos obrigatórios com saúde e educação. A chantagem faz todo sentido para essa gente oculta sob a alcincha de “mercado”: onde já se viu pobre receber auxílio e ainda ter saúde e educação gratuitas?

Odorico ou Bolsonaro?

Alvaro Costa e Silva

RIO DE JANEIRO O personagem Odorico Paraguaçu, imortalizado por Paulo Gracindo, desfruta hoje de tanta popularidade quanto na época em que a novela “O Bem-Amado” foi exibida, em 1973. Coisas de memórias: internautas recuperaram a cena em que o prefeito da fictícia cidade de Sucupira desvia vacinas que poderiam conter uma epidemia e, alertado para sua desumidade, dá de ombros “E daí?”.

Chega a ser assombrosa a coincidência com o Brasil sob Bolsonaro. Mas injusta com Odorico. Populista, corrupto e inculco, o político de Dias Gomes tinha lá seu charme baiano. Sobre tudo no uso da linguagem, inspirada nos sermões tonitruantes de Carlos Lacerda em estilo cômico de José Cândido de Carvalho no romance “O Coronel e o Lobisomem”. Bolsonaro, chefe de uma Sucupira profunda, não sabe o que é um discurso elaborado; o negócio dele é cuspir palavras e palavrões.

A obra está de volta no streaming. Assistir a ela de novo ou pela primei-

re investimento obrigatório em educação só foi eliminado no auge de duas ditaduras, a do Estado Novo e no regime militar de 1964. Os gastos foram sacramentados na Constituição de 1988 e, ao que parece, serão mantidos em virtude das reações à PEC. Mas os cães hidrófobos a serviço do extremismo liberal não irão descansar.

A Câmara deu mais uma contribuição ao festival de tapas na cara da sociedade ao articular a tal PEC da impunidade, digo, da imunidade de suas excelências. Confundem exercício do mandato e liberdade de expressão com licença para cometer crimes. O Judiciário não poderia ficar de fora desse “e daí?” geral, com o benevolente acolhimento dispensado ao senador e primeiro filho.

Nos anos 1950, um grupo de ricos boêmios do Rio de Janeiro ficou conhecido como o “Clube dos Cafajestes”. A crônica carioca de então registra que eles aprontavam em festas de arromba com muita bebida e mulheres. Cafajestes??? Que justiça com os playboys de outrora.

Sem piso, sem futuro

Tabata Amaral

Ativista pela educação e deputada federal (PDT-SP), formada em ciência política e astrofísica pela Universidade Harvard

Nossa Constituição determina que estados e municípios devem investir pelo menos 25% de suas receitas correntes líquidas em educação, enquanto esse valor é de 18% para a União. A educação não é apenas um direito básico e universal. Ela é também determinante para o nosso desenvolvimento social e econômico e, portanto, deve ser priorizada no Orçamento. Por isso, a proposta do governo de desvincular 100% das receitas do Orçamento público é absurda e irresponsável.

O relatório da PEC Emergencial que foi apresentado nesta semana no Senado, entre outras coisas, atrela a extensão do auxílio emergencial ao fim do percentual mínimo de investimento em educação e saúde, os chamados “pisos”.

Na prática, a desvinculação de recursos da educação representa uma redução expressiva do seu orçamento. Significa também o fim do Fundeb, fundo que hoje é responsável por cerca de metade do financiamento da educação básica e permitiu que, nas últimas décadas, dobrássemos o valor gasto por aluno no país, reduzindo as desigualdades regionais no investimento.

Há um mito de que o Brasil investe muito na educação, mito esse que é alimentado pelo fato de o país gastar, como porcentagem de seu PIB, mais do que a média da OCDE. No entanto, quando comparamos o investimento por aluno vemos que a realidade é outra.

Em 2016, por exemplo, o Brasil investiu uma média de US\$ 3,800 por aluno matriculado no ensino fundamental, enquanto nos países da OCDE o valor foi de US\$ 8.600, de acordo com o relatório Education at a Glance 2019. Já passou da hora de superarmos essa antiga — e falsa — dicotomia da educação brasileira: a construção de uma escola pública de qualidade passa tanto por um maior investimento quanto por uma melhor gestão dos recursos investidos.

Nos últimos dois anos, o governo federal demonstrou diversas vezes não ter nenhuma compreensão de quão estratégico é o investimento educacional para o país. A combinação de motivações ideológicas com incompetência e falta de visão fez com que em 2020, apesar de todos os desafios trazidos pela pandemia, tivéssemos o menor investimento em educação básica da década, segundo um relatório do Todos pela Educação.

É no Orçamento que vemos as prioridades de um governo. Para 2021, as despesas primárias com o Ministério da Defesa crescerão 4,7%, enquanto as do Ministério da Educação terão um aumento de apenas 2% — com a possibilidade de sofrer contingenciamentos. Só deixaremos de ser o eterno “pós do futuro” quando a educação for, de fato, prioridade. É investindo em livros, não em armas, que seremos um país justo, desenvolvido e ético.

Trarteris Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2020					Total
		2020	2021	2022	2023	2024 em diante	
Capital de giro	17,19%	7.323	-	-	-	-	7.323
Arandamento mercantil							
a pagar	8,42%	8.216	4.356	4.112	4.112	3.427	22.223
Débitos – CDI	8,29%	1.034	87.467	82.423	119.843	107.575	704.886
Débitos – IPCA	9,02%	122.276	68.360	61.865	102.402	3.003.810	3.378.513
Fornecedores e caução contratuais	-	31.385	-	-	-	-	31.385
Fornecedores partes relacionadas	-	4.739	-	-	-	-	4.739
Outras contas a pagar	-	8.121	-	-	-	-	8.121
		229.304	180.183	178.398	226.463	3.422.712	4.217.120

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2020					Total
		2020	2021	2022	2023	2024 em diante	
Capital de giro	17,19%	7.323	-	-	-	-	7.323
Arandamento mercantil							
a pagar	8,42%	1.554	1.554	1.554	1.554	1.554	6.236
Débitos – CDI	8,29%	1.554	-	-	-	-	1.554
Débitos – IPCA	9,02%	-	-	-	-	-	122.276
Fornecedores e caução contratuais	-	31.385	-	-	-	-	31.385
Fornecedores partes relacionadas	-	4.739	-	-	-	-	4.739
Outras contas a pagar	-	8.121	-	-	-	-	8.121
		53.122	1.554	1.554	1.554	174.134	229.304

Conselho de Administração

Andre Dorf, Presidente; Marco Antonio Guast, Vice-Presidente; Flávia Lúcia Mattioli Tâmega, Contadora; Sérgio Monte Barreto Garcia, Diretor Executivo de Operações; Antonio Cesar Ribas Saus, Diretor de Operações; Juan Gabriel Lopez Moreno, Diretor Administrativo e Financeiro; Gláucia Luza Zimmer Freitas, Diretora de Assuntos Regulatórios; Luiz Marcelo de Souza, Diretor de Marketing; Danilo Iankovski, CRC SC-027386-0.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

As Administradas e Administradas da Autopista Régis Bittencourt S.A. Registro SP 091610.

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nosso opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção "Responsabilidades dos auditores" das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os critérios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com os demais requisitos éticos de acordo com essas normas. Acredizamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Não há assuntos de auditoria que tenham sido tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução do valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão: Veja as notas explicativas 4 e 7.10 das demonstrações contábeis.

Principais assuntos de auditoria: A Sociedade adotou a existência de indicador de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros, utilizado o cálculo do valor em risco para mensuração do valor recuperável. A determinação do valor em risco da unidade geradora de caixa (UGC) é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, decorrente do valor presente cujo cálculo envolve premissas tais como: taxa de inflação esperada, período produtivo da concessão, preço de tarifa, quantidade de frotas, taxa de desconto e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBIT). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas para estimar o valor em risco da unidade geradora de caixa que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis.

Como a auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliar o desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orientamentos e a estimativa do lucro tributável futuro disponibilizada pela Sociedade; • Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas; (ii) Avaliar as principais premissas utilizadas pela Sociedade para o lucro tributável futuro para os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados; (iii) Simularizar essas premissas com base em informações externas, tais como dados disponíveis de mercado e dados históricos; e (iv) Recalcular as projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização dos prejuízos fiscais e base negativa. Consideramos também as suas divulgações nas demonstrações contábeis, quanto ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente da prestação fiscal e base negativa de contribuição social consideramos as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos adequadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior: O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados com valores correspondentes nas demonstrações contábeis, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por equipes auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, se necessário, emitir um relatório escrito de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento sobre a administração ou, de outra forma, apontar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato, não apenas para a administração, mas também para o usuário das demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de

Divida pública vai a 89,70% do PIB mesmo que o gasto emergencial

Incorporação de juros pagos pelo governo para financiar endividamento e dólar alto contribuem para alta em janeiro

Larissa Garcia

BRASÍLIA Mesmo com a interrupção dos gastos emergenciais, a dívida pública sofre impacto da crise gerada pela pandemia do novo coronavírus. O endividamento do governo cresceu 5,0 ponto percentual em janeiro ante dezembro, indo a 89,7% do PIB (Produto Interno Bruto).

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (26) pelo BC (Banco Central). Esse é o maior percentual da série histórica, iniciada em dezembro de 2006. Ao todo, a dívida bruta soma R\$ 6,67 trilhões.

A dívida vem crescendo do mês desde o início da pandemia, mas já vinha em trajetória de alta. Com a crise, o governo gastou mais em programas emergenciais, como auxílio emergencial e linhas de crédito para empresas.

"A dívida bruta não responde imediatamente a resultados positivos no mês [superávits fiscais] porque é influenciada por emissões líquidas de títulos para seu financiamento. No longo prazo, sucessivos superávits resultam em resgates e diminuem a dívida", explicou o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha.

A principal causa do crescimento, segundo o BC, é a incorporação de juros pagos pelo governo para financiamentos da dívida ao montante responsável por 0,5 ponto.

A alta do dólar de 5,4% no mês contribuiu em 0,3 ponto e a redução do PIB nominal em 0,2 ponto.

Já a dívida líquida, que desconta os ativos do governo, caiu 1,3 ponto percentual em janeiro e ficou em 61,6% do PIB (RS 4,58 trilhões).

"A alta do dólar contribuiu com queda de 1 ponto percentual na dívida líquida. Além disso, pela metodologia do BC, o governo teve superávit primário de R\$ 58,4 bilhões no mês, o que contribuiu para reduzir a dívida líquida em 0,8 ponto.

"O maior resultado para o mês da série histórica, iniciada em 2001. Em janeiro, sempre há superávits porque o governo segura os gastos. Não se espera que os próximos meses tenham o mesmo resultado", ressaltou Rocha.

Nos 12 meses encerrados em janeiro, o resultado primário foi deficitário em R\$ 700,9 bilhões, ou 9,43% do PIB. As despesas com juros pagos pelo governo para financiar sua dívida somaram R\$ 40,4 bilhões no mês.

O resultado nominal, que inclui encargos da dívida, foi superavitário em R\$ 17,9 bilhões. No acumulado de 12 meses, a rubrica se manteve deficitária em pouco mais de R\$ 1 trilhão (13,67% do PIB).

"O resultado de janeiro foi positivo, mas a situação fiscal ainda é delicada e ainda precisa de atenção", disse Rocha.



Com medo de desabastecimento, motoristas fazem fila em postos. Duda Macedo/Fotosretra/Agência O Globo

Motorista lota postos em BH em meio a greve no transporte de combustíveis

Fernanda Canofre

BELO HORIZONTE Transportadores de combustível entram em greve nesta semana pedindo redução da alíquota de ICMS sobre o diesel em Minas Gerais. O valor final aumenta a partir de segunda-feira (26) com a atualização dos preços de combustíveis.

Em postos da região metropolitana de Belo Horizonte, a cena era de filas de carros buscando garantir abastecimento, nesta sexta-feira (26).

A estimativa do Sindtan (Sindicato das Empresas Transportadoras de Combustíveis e Derivados de Petróleo) é que 300 carretas estivessem paradas no primeiro dia – o equivalente a cerca de 60% da categoria.

A greve foi definida na terça e teve como primeira manifestação uma carreta que seguiu de Betim, cidade na região metropolitana que concentra a refinaria da Petrobras, as distribuidoras de combustíveis e transportadoras, até a Cidade Administrativa, sede do governo mineiro.

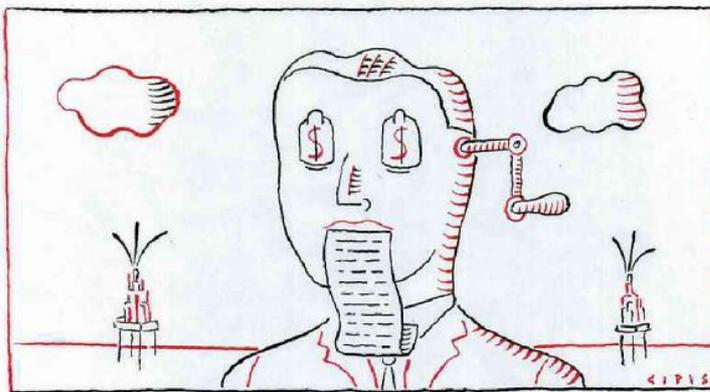
A decisão, segundo o sindicato, é de greve por tempo indeterminado até que o governador Romeu Zema (Novo) aceite negociar a redução do ICMS do diesel – o que querem que passe da alíquota atual de 15%, estabelecida em 2011, para 12%.

O sindicato diz que fez três reuniões com o governador Zema desde o ano passado, uma delas com a participação do próprio governador, que era dono de uma rede de postos de combustível, mas nenhuma trouxe uma solução. A última conversa foi na segunda-feira.

Ainda segundo o Sindtan, entre 60% e 70% do frete é gasto em diesel e a situação da categoria que já era precária se agravou com a pandemia. O sindicato acrescenta que, caso a greve siga, haverá falta de combustível.

"Preocupado com a situação que levou os transportadores de combustíveis a promover uma manifestação e com a corrida da população aos postos, pedi a equipe que se reunisse com os envolvidos e reafirmasse nossa disposição para o diálogo", postou Zema no Twitter, na noite de sexta.

poder



Cipi

Reestatizar o Estado e privatizar as estatais

O Estado empresário falha como Estado e como empresa

Arminio Fraga

Sócio-fundador da Gávea Investimentos, presidente dos conselhos do IEP5 e do IMDS e ex-presidente do Banco Central

Em função da substituição do presidente da Petrobras, várias perguntas têm vindo à tona. Faz sentido o Estado ter empresas? Ter sócios? Subsidiar o preço dos combustíveis?

Reina no Brasil enorme confusão sobre o papel do Estado e das empresas na organização da sociedade. Ao Estado o cidadão delega responsabilidades que incluem da definição de regras de convivência social à provisão de bens e serviços.

Para cumprir seu papel, o Estado tem várias opções: contratar pessoas e atuar diretamente; contratar empresas privadas; criar empresas, com ou sem sócios privados, com ou sem controle acionário

e contratar organizações privadas sem fins lucrativos.

Algumas funções são indelegáveis: administrar o Estado, fazer leis, julgar, ter Exército e polícia me parecem casos claros.

Em muitas áreas, a contratação de empresas privadas pelo Estado faz todo sentido. Empresas são organizações que visam maximizar o seu valor, através da geração de lucros ao longo do tempo. Para tanto, buscam minimizar custos e inovar.

Um bom exemplo é o saneamento, um setor regulado. Um governo pode licitar o serviço de saneamento de um território ao menor preço. O se-

tor é particularmente adequado ao modelo em função da facilidade de se desenhar e monitorar o contrato. O que se deseja basicamente é entregar água limpa bem como recolher e tratar o esgoto.

Privatizações nas áreas das telecomunicações, energia e bancos mostraram que empresas privadas são superiores ao Estado por serem mais eficientes, sem, no entanto, comprometer a qualidade (o que requer monitoramento). Coleta de lixo e correios exibem o mesmo potencial. Em setores não regulados, como petróleo, mineração, aço e fertilizantes o argumento a favor da privatização é ainda mais forte,

pois há plena transparência do binômio preço/qualidade.

Existem razões adicionais para que o Estado não seja dono de empresas. A propriedade cria a tentação da oferta de vantagens a seus clientes, funcionários e fornecedores, não raro em troca de propinas, de motivação política ou meramente patrimonial. Pensem no caso de um banco: empréstimos baratos para aliados, contratos de propaganda com amigos, salários acima de mercado...

Visto por outro ângulo, empresas públicas podem praticar formas disfarçadas de gasto público, que não constam de orçamento, um atentado

à democracia e à boa prática econômica. Não deve causar surpresa que os beneficiários dessas benesses sejam contra a privatização.

Em alguns casos, por razões genuinamente estratégicas ou mesmo políticas, o Estado pode querer algum grau de controle sobre os destinos de uma empresa privatizada. Por exemplo, eu não venderia uma das grandes estatais restantes para uma estatal de outro país ou mesmo para uma única empresa privada. Neste caso, é possível a adoção de um modelo de capital pulverizado, sujeito à criação de uma ação especial (uma "golden share") que impediria a concentração exagerada do controle da empresa e daria ao governo veto sobre certas matérias.

Minha conclusão, amplamente amparada pela história do Brasil, é de que apenas sob condições muito raras o Estado deve ser dono de empresa. A perda de eficiência e os riscos de desvios de objetivos são muito grandes e desnecessários. O Estado empresário falha como Estado e como empresa.

Em tese, a existência de acionistas minoritários poderia inibir alguns dos desvios e problemas apontados acima. Na prática não tem sido o caso, como se viu no extraordinário caso do petróleo e no ruinoso uso da Petrobras para reduzir os preços dos combustíveis. O artigo 238 da Lei das SA dá alguma cobertura ao uso de empresas estatais para objetivos não econômicos (a função social). No entanto, com a Lei das Estatais, o Estado passou a ser obrigado a ressarcir os gastos não econômicos de suas empresas, que agora disputam espaço no orçamento. A transparência aumenta as chances de que as prioridades públicas serão respeitadas e ajuda a minimizar as chances de corrupção. Esta lei representa um avanço, mas blindagem plena, só com venda de controle.

De qualquer forma, subsidiar o preço de commodities parece fazer pouco sentido. Por que não subsidiar outros preços na economia? No caso, em função das notórias externalidades negativas do uso de combustíveis fósseis, parece ainda menos recomendável o subsídio. Essa tentativa seria bem menor não fosse o Estado o controlador da Petrobras.

Há casos em que a contratação de empresa privada pode não atingir seus objetivos. Em artigo de 1998, o professor Andrei Shleifer, de Harvard, lista condições para tal, com destaque para as dificuldades de se monitorar o impacto das economias de custos sobre a qualidade do serviço.

Nesse caso, existe um espaço a se explorar pela via das organizações privadas sem fins lucrativos (OSs aqui no Brasil, por exemplo). As OSs podem equilibrar custos e benefícios dos modelos estatal e privado. Evidências preliminares no setor de saúde no Brasil mostram resultados bastante díspares, mas os casos de sucesso sugerem que essa pode ser uma boa alternativa. Outras áreas merecem experimentos privados, com ou sem fins lucrativos, como por exemplo a educação, onde também há problemas de avaliação de desempenho. Cabe estudar melhor o assunto, o que requer maior acesso a dados, para monitoramento e avaliação adequados.

Muitos, inclusive eu, defendem que parte do nosso frustrante ritmo de desenvolvimento decorre de mecanismos políticos que levam à captura do Estado por grupos de interesse — uma "privatização do Estado". Defendi aqui a desestatização de empresas públicas e mistas e de algumas atividades de interesse público (que fique claro que o financiamento de áreas cruciais como educação e saúde devem seguir na conta do Estado).

Ou seja, é hora de reestatizar o Estado e privatizar as empresas públicas.

Sem liberdade de imprensa não há democracia



ASSINE A
FOLHA
folha.com/assine

Veículo: G1	
Data: 01/03/2021	



Petrobras sobe preços da gasolina e do diesel mais uma vez

Litro da gasolina nas refinarias acumula alta de 41% desde o início do ano. Já o diesel subiu 34% no mesmo período.

Por G1

01/03/2021 09h55 Atualizado em 9 horas

A **Petrobras** vai elevar mais uma vez os preços da gasolina e do diesel nas refinarias a partir de terça-feira (2), informou a companhia nesta segunda-feira, por meio da assessoria de imprensa. A nova alta vem pouco mais de uma semana após o presidente Jair Bolsonaro pedir a substituição do presidente da petroleira.

- **Como são formados os preços da gasolina e diesel?**
- **Troca de comando na Petrobras: veja perguntas e respostas**
- **Após crítica de Bolsonaro, Petrobras afirma que presidente e diretores não recebem reajuste desde 2016**

O preço médio de venda da gasolina passará a ser de R\$ 2,60 por litro, alta de R\$ 0,12 por litro, enquanto o diesel passará a média de R\$ 2,71 por litro, aumento de R\$ 0,13 por litro.

É a quinta alta do ano nos preços da gasolina, e a quarta no valor do litro do diesel. **Em dezembro, o litro da gasolina custava em média R\$ 1,84.** Já o do diesel saía a R\$ 2,02.

Com os novos reajustes, o litro da gasolina nas refinarias acumula alta de 41,3% desde o início do ano. Já o diesel subiu 34,16% no mesmo período.

Preços dos combustíveis nas refinarias

Em R\$ por litro

— Gasolina — Diesel



Fonte: Petrobras

Alta preços Petrobras — Foto: Economia G1

Troca de comando

As sucessivas altas nos combustíveis este ano irritaram o presidente Jair Bolsonaro, que **indicou o general Joaquim Silva e Luna** para substituir o atual presidente Roberto Castello Branco do comando da estatal. O mandato de Castello Branco, no entanto, termina em 20 de março, e ele segue no cargo.

A troca provocou um forte abalo nas ações da companhia, que chegou a **perder R\$ 75 bilhões em valor de mercado em um só dia.**

Lucro recorde

A Petrobras encerrou o quarto trimestre de 2020 com **lucro recorde de R\$ 7 bilhões**, apesar do momento de crise. Segundo a Economatica, o resultado é tanto recorde nominal entre as empresas

brasileiras como também quando se ajusta os valores dos maiores lucros da história pela inflação.

Veículo: G1	
Data: 01/03/2021	



Prorrogada suspensão de recadastramento de aposentados e pensionistas do Estado

Com isso, procedimento está está suspenso no estado até o fim do mês de março. Mesmo com recadastramento pendente, beneficiários receberão pagamentos.

Por G1 BA

01/03/2021 10h24 Atualizado em 9 horas

A suspensão do recadastramento de aposentados e pensionistas do Estado foi prorrogada mais uma vez e, com isso, o procedimento não precisará ser feito neste mês de março. Segundo informações da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (Saeb), mesmo com recadastramento pendente, beneficiários receberão os pagamentos normalmente.

O texto original do decreto de suspensão do recadastramento previa a não realização do procedimento de março a maio de 2020, foi prorrogado até dezembro, posteriormente para fevereiro de 2021 e novamente para março.

O recadastramento de inativos e pensionistas do Estado acontece anualmente para assegurar a manutenção dos benefícios previdenciários.

Mais informações podem ser obtidas pelo call center da Suprev, por meio dos telefones 0800 71 5353 (para chamadas de telefone fixo) ou (71) 4020-5353 (para ligações originadas do interior do estado e de celular) ou ainda no **Portal do Servidor**.

Incerteza turva cenário e “retarda” retomada

Interferência na Petrobras e 2ª onda de covid farão atividade piorar antes de melhorar, dizem economistas

Por **Arícia Martins e Anaís Fernandes** — De São Paulo

01/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O aumento da incerteza política após as mudanças na Petrobras, o recrudescimento da evolução da pandemia no país e a lentidão no início da vacinação não colocaram o cenário de retomada econômica em 2021 em xeque, mas é consenso entre especialistas que a atividade vai piorar antes de melhorar.

Segundo a mediana de estimativas de 35 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, o Produto Interno Bruto (PIB) deve recuar 0,4% de janeiro a março sobre o último trimestre de 2020, feitos os ajustes sazonais. E, levando em conta o atraso na imunização num momento em que uma nova variante do coronavírus eleva o número de casos e mortes, alguns economistas já dão como certa uma nova retração da atividade no segundo trimestre, o que configuraria uma recessão técnica.

O desempenho da economia no quarto trimestre do ano passado e na média de 2020, para os quais espera-se crescimento de 2,8% e retração de 4,2%, respectivamente, será divulgado nesta quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (*ver reportagem abaixo*).

O Bradesco diz esperar queda de 0,5% no PIB na abertura do ano, mas, segundo relatório da equipe econômica chefiada por Fernando Honorato, dados proprietários do banco indicam que a contração pode chegar a 1%, principalmente pelo recuo na indústria. “A dinâmica dentro do trimestre até vinha mostrando melhora em fevereiro, uma vez que, apesar das restrições, a mobilidade vinha se recuperando. Mas as novas restrições lançam certa cautela com as próximas semanas”, diz o Bradesco.

Entre as instituições que participaram da pesquisa do Valor Data, o J.P. Morgan tem a previsão negativa mais acentuada para o PIB do primeiro trimestre, de -1,3%. As únicas casas que esperam expansão da atividade no período, de 0,3%, são os bancos BV e o Itaú Unibanco, que também estão na ponta mais otimista das expectativas para o crescimento em 2021, com avanço de 4%. De acordo com a

mediana de 40 analistas, a alta será de 3,4% - em boa parte já “contratada” pela herança estatística deixada pelo final de 2020.

A recuperação, contudo, deve ser concentrada no segundo semestre e está totalmente condicionada à perspectiva de que a distribuição e aplicação de vacinas ganhem velocidade, após um início bastante truncado. Neste quadro, a volta do auxílio emergencial em valor e duração menores do que em 2020 já foi incluída nos cenários dos analistas, mas é considerada uma pequena ajuda à atividade, que seguirá afetada pela menor circulação de pessoas, ao menos na primeira metade do ano.

“Há dois ou três meses, sabíamos que não haveria auxílio no início do ano, mas a esperança era que a reabertura das atividades já estaria mais avançada, o que compensaria e poderia deixar o PIB do primeiro trimestre próximo de zero”, diz Werther Vervloet, economista da ACE Capital. Desde então, porém, o que se viu foi a piora da pandemia, com governos retomando medidas mais restritivas, observa ele, que projeta queda de 0,5% para o PIB de janeiro a março, feitos os ajustes.

Além dos sinais de que o ritmo da atividade se enfraqueceu em dezembro, afirmam os economistas Leonardo Porto e Paulo Lopes, do Citi Brasil, o indicador de mobilidade da instituição caiu no primeiro trimestre. A menor movimentação dá suporte à estimativa de que o PIB deve diminuir cerca de 0,5% no período, apontam Porto e Lopes, assim como à projeção de crescimento de 3% em 2021, abaixo do consenso de mercado do boletim Focus, atualmente em 3,3%.

Em meio à lentidão no cronograma de vacinação, dizem os economistas do Citi, a perspectiva é de estabilidade do PIB no segundo trimestre, seguida de retomada de julho em diante. “Em resumo, estamos cada vez mais confortáveis com a nossa projeção abaixo do consenso para 2021, com a taxa de desemprego ficando praticamente estável em relação à média elevada do ano passado”, avaliam Porto e Lopes.

Ao que tudo indica, o Brasil vai terminar o primeiro trimestre com apenas 25 milhões a 30 milhões de vacinas administradas, o que implicaria a necessidade de “fortíssima aceleração” para que os grupos de risco recebessem as duas doses até junho, apontam os economistas do ASA Investments. Devido à morosidade na

vacinação e à maior incerteza política e seu efeito nas condições financeiras, a instituição passou a prever recessão técnica no primeiro semestre e revisou sua projeção de PIB no ano de 2,4% para 2%.

Antes mesmo do recrudescimento adicional da pandemia, o “abismo fiscal” após o fim dos estímulos já sinalizava que a atividade poderia começar 2021 em queda, lembra Roberto Secemski, economista-chefe do Barclays para Brasil. Em suas estimativas, o PIB vai diminuir 0,3% nos primeiros três meses do ano. Por ora, a projeção de expansão de 3,5% para 2021 está mantida em função do elevado “carry over” de 2020, mas os riscos em relação a esse número são de baixa.

“Esperamos que uma nova e modesta rodada do auxílio emergencial forneça algum suporte à atividade nos próximos meses, mas uma recuperação mais forte só deve se materializar no segundo semestre”, diz Secemski.

Apesar da expectativa de contração da atividade no primeiro trimestre, a ACE Capital considera que a situação é temporária. “Acreditamos que o processo de vacinação deve acelerar no segundo trimestre, apesar do começo muito ruim. A partir daí, no segundo semestre, com a economia aberta e dado o nível de estímulo, o crescimento deve dar uma engrenada”, diz Vervloet, para quem o PIB vai avançar 4% na média de 2021.

É a mesma previsão do Itaú. Mas o banco não trabalha, por ora, com PIB negativo em nenhum trimestre deste ano. “Dados públicos e proprietários indicam crescimento no primeiro trimestre - positivo de verdade, não próximo a zero. Hoje, acho o risco de PIB negativo no primeiro trimestre muito baixo”, afirma o economista Luka Barbosa.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Já pensou? Você + 4 amigos em uma ilha ba-ba-do?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

Insegurança tributária na extinção de offshore

Apesar de não se tratar de ganho de capital, tributa-se como ganho de capital, mas sob a tabela progressiva

Por **Rodrigo G. N. Massud**

01/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Hibridismo é fenômeno existente em diversos campos do conhecimento. Na gramática, corresponde à palavra resultante da mistura dos vocábulos de duas ou mais línguas.

Na biologia, está presente na junção de dois seres de espécies diferentes, os quais cruzados entre si formam um novo ser, chamado de híbrido, e que devido à incompatibilidade de genes é estéril. É o caso da mula (cruzamento entre cavalo e jumenta).

Apesar de não se tratar de ganho de capital, tributa-se como ganho de capital, mas sob a tabela progressiva

No campo tributário, encontramos típico caso de hibridismo em recentes autuações federais fundamentadas na Solução de Consulta Cosit nº 678, de 2017, resultando numa nova espécie de tributação nos casos decorrentes de liquidação de participação societária no exterior, qual seja: ganho de capital (GCAP) sujeito ao carnê-leão (27,5%).

Colocando em termos bastante práticos, um contribuinte que detém participação em sociedade off shore deve declarar o custo de aquisição em sua DIRPF, em reais (BRL), nos termos do artigo 25, parágrafo 3º, da Lei nº 9.250, de 1995.

No momento em que tal participação societária é alienada, tributa-se a diferença recebida a maior como ganho de capital (15% a 22,5%), sendo relevante verificar a origem dos recursos que geraram o ganho, na medida em que: (i) se a origem for moeda estrangeira, a variação cambial é isenta; e (ii) se a origem for moeda nacional, a variação cambial é tributada (artigo 10, VII, da IN RFB nº 1.500, de 2014, e artigos 4º e 14, II, da IN SRF nº 118, de 2000).

Ocorre que, a partir de caso envolvendo o Regime de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), a Receita Federal entendeu que na liquidação de empresa off shore, com a devolução do capital ao sócio em dinheiro, não haveria que se falar em alienação e, portanto, regime de tributação pelo GCAP.

Ou seja, entendeu-se que o dinheiro integralizado pelo sócio na empresa nunca mudou de titularidade, por isso que sua devolução não se enquadraria como espécie de alienação. Nos termos da Cosit 678/17, “na devolução do capital em dinheiro não existe alienação, pois o capital devolvido não havia deixado de ser propriedade do acionista/quotista/titular”.

Assim, ausente o conceito de alienação, não haveria que se falar em tributação pelo ganho de capital (Lei nº 7.713, de 1988, artigo 3º, parágrafos 2º e 3º).

Nessa perspectiva, o dinheiro então deixou de ser uma espécie de bem fungível, para se tornar um terceiro gênero, não compreendido nem na categoria de bens nem de direitos: talvez uma novidade no direito brasileiro, uma ficção jurídica criada apenas para a interpretação de regras tributárias mais onerosas!

Com isso, nos casos de liquidação de participação societária com devolução do capital em dinheiro, não se aplicaria o regime jurídico do ganho de capital (15% a 22,5%), passando-se para o regime de rendimento sujeito ao carnê-leão (27,5%).

E nos termos da indigitada Cosit 678/17, a base de cálculo desse rendimento seria a “diferença positiva entre o valor devolvido do capital em dinheiro de pessoa jurídica situada no exterior e respectivo valor da participação acionária”.

Ou seja, a Cosit acabou criando um regime jurídico híbrido em que, apesar de não se tratar de hipótese de ganho de capital, mas rendimento submetido ao carnê-leão, considera o custo de aquisição e toma por base de cálculo o ganho de capital.

Eis aí a nossa mula tributária: apesar de não se tratar de ganho de capital (15% a 22,5%), tributa-se como ganho de capital, mas sob a tabela progressiva (27,5%)!

E pior, nas autuações fiscais que se sucedem a partir daí, tributa-se à 27,5% toda a variação cambial apurada pela diferença do custo de aquisição da participação em reais e o montante devolvido ao sócio em reais, sem sequer se preocupar quanto à origem dos recursos, o que revela grave impropriedade, sobretudo nos casos regularizados no âmbito do RERCT, onde sequer se questiona a origem nacional ou estrangeira.

Portanto, diferentemente da biologia, nossa mula tributária parece não ser estéril, gerando filhotes interpretativos como a Solução de Consulta Disit nº 3.008, de 2019, e as diversas autuações que se sucedem, a ver pelo acórdão nº 2202-004.849, da 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção do Carf, ainda pendente de julgamento final na CSRF.

Dois últimos pontos, enfim, merecem destaque: (i) a Cosit 678/17 em nenhum momento determinou a tributação do próprio capital, ou da variação cambial sobre o capital devolvido no âmbito do RERCT; e (ii) é irrelevante e absolutamente desnecessário o debate instaurado em torno da isenção contida no parágrafo 4º do artigo 22 da Lei nº 9.249, de 1995, pois não se aplica à liquidação e devolução de participação off shore.

A distribuição de lucros acumulados em empresa off shore para o sócio pessoa física no Brasil, não há dúvidas, é tributada a 27,5%.

Rodrigo G. N. Massud é sócio do Choib, Paiva e Justo Advogados Associados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Justiça reduz Imposto de Renda sobre ganho com ações em IPO

Liminares afastam tabela progressiva e aplicam alíquota fixa de 15%

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

01/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



Ricardo Maitto: liminares causaram surpresa porque venda de ações por sócio tecnicamente não é uma operação de bolsa — Foto: Divulgação

Uma tese tributária surgiu com a nova onda de ofertas públicas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês). Empresários têm recorrido à Justiça Federal para a

aplicação de alíquota fixa de 15% de Imposto de Renda sobre ganhos obtidos em processos de abertura de capital. Há pelo menos duas liminares a favor dos contribuintes, que impedem a Receita Federal de tributar por meio de uma tabela progressiva, que vai de 15% a 22,5%.

A discussão, que envolve uma mudança na legislação em 2016, é importante devido ao crescimento no número de ofertas públicas iniciais de ações. Em 2020, segundo a B3, foram realizadas 28. No ano anterior, apenas 5. E só nos dois primeiros meses do ano, 18. “Com o aquecimento do mercado, a discussão começou a interessar”, diz o advogado Filipe Richter, sócio do Veirano Advogados.

Na Justiça, os contribuintes alegam que deve prevalecer a Lei nº 11.033, de 2004. O parágrafo 2º da norma estabelece a aplicação da alíquota fixa de 15% “aos ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e assemelhadas”.

Eles levaram a questão à Justiça com receio de que a Receita Federal, entendendo que não seria efetivamente uma operação em bolsa de valores, aplicasse a tabela progressiva. Isso porque o órgão já se manifestou sobre outras operações, como oferta pública de fechamento de capital, com o entendimento de que não se enquadram no conceito de alienação realizada em bolsa.

A Receita entende que deveria ser aplicada a Lei nº 13.259, de março de 2016, que alterou o artigo 1º da Lei nº 8.981, de 1995, e determinou o uso da tabela progressiva ao “ganho de capital percebido por pessoa física em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza”. As alíquotas variam entre 15% (até R\$ 5 milhões) e 22,5% (mais de R\$ 30 milhões).

De acordo com o advogado tributarista Maurício Faro, do BMA Advogados, a discussão é importante, em meio ao crescimento no número de aberturas de capitais, e pode gerar uma grande economia para o contribuinte.

Uma das decisões liminares favoráveis ao contribuinte veio da 22ª Vara Cível Federal de São Paulo. O juiz entendeu que as ações foram alienadas pelo empresário em bolsa de valores e, portanto, deve ser aplicada a alíquota de 15%, com base na Lei nº 11.033, de 2004.

Diante do perigo do dano, “considerando a possibilidade de exigência de valores de multa e juros em razão do pagamento do tributo considerando alíquota diversa”, o magistrado suspendeu a exigibilidade do valor correspondente à diferença entre as duas formas de tributação.

Outra decisão muito semelhante foi concedida pelo juiz da 2ª Vara Cível Federal de Campinas (SP). Os processos correm em segredo judicial. Porém, a íntegra das liminares circulam entre advogados tributaristas.

Apesar das decisões favoráveis, a tese, segundo tributaristas, tem um grande desafio, que seria demonstrar que essas operações estão relacionadas à bolsa de valores. Isso porque as ofertas públicas iniciais, explicam, são realizadas em um momento anterior, em um balcão organizado. “A discussão é interessante, mas é polêmica”, diz Filipe Richter.

Como a tese é nova, vale a pena entrar com ações semelhantes, na opinião do advogado. Para garantir o direito, ele acrescenta, no caso de a discussão chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF) e os ministros definirem que uma eventual decisão a favor dos contribuintes só valeria para quem tem processo em curso. “As diferenças de valores são muito relevantes”, afirma.

O advogado Ricardo Maitto, sócio de TozziniFreire Advogados, também tem a mesma opinião. Para ele, as liminares causaram surpresa, uma vez que, em um IPO, a venda das ações pelo sócio acontece um pouco antes da listagem dos papéis na bolsa. “O grande desafio da tese está aí, porque tecnicamente não é uma operação que ocorre na bolsa”, diz.

Porém, afirma, a discussão ainda tem que amadurecer no Judiciário. Mas com esses precedentes, o advogado diz que pretende recomendar aos seus clientes que entrem com ações. “A modulação amedronta muito as empresas.”.

Em discussão semelhante, que também trata de operação fora da bolsa, lembra Maitto, existe posicionamento desfavorável da Receita Federal, o que também foi citado nas recentes liminares. O caso trata de isenção de Imposto de Renda na venda realizada por acionistas estrangeiros em oferta pública de fechamento de

capital. Sobre esse assunto, o órgão já se manifestou contra a isenção na Solução de Consulta nº 389, de 2010.

Procurado pelo **Valor**, o escritório Pinheiro Guimarães, que assessora os empresários, preferiu não se manifestar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Já pensou? Você + 4 amigos em uma ilha ba-ba-do?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Moradora de Salvador! emagrece rapidamente e vira notícia na cidade!

KETO EMAGTRAMINA

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Após Bolsonaro questionar, Petrobras se pronuncia sobre salário de Castello Branco

VALOR INVESTE

'O petróleo é nosso? Ou é de um pequeno grupo no Brasil?', questiona Bolsonaro

Magistrados mobilizam-se para barrar mudanças contidas na PEC emergencial

Para presidente da AMB, ofensiva deve-se à derrota da ação que liberava a recondução dos presidentes das Mesas

Por **Maria Cristina Fernandes** — De São Paulo

01/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



A votação da PEC emergencial, marcada para amanhã no Senado, acirrou os ânimos na elite do funcionalismo público. O substitutivo do relator Márcio Bittar (MDB-AC) manteve artigos do texto original que reduzem a margem de manobra orçamentária do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Tribunal de Contas e Legislativo para além do congelamento de salários previsto para todo o funcionalismo.

As dotações orçamentárias desses órgãos são liberadas em 12 parcelas ao longo do ano, os chamados duodécimos. Quando os gestores não gastam a totalidade dos recursos, as sobras são destinadas a fundos financeiros que custeiam despesas extras desses órgãos ao longo do ano. Com a nova PEC, essas sobras serão devolvidas ao Tesouro.

A não devolução implicará a dedução na transferência do mês subsequente (duodécimo). A determinação está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal mas nunca foi cumprida. Por isso, o Executivo resolveu abrigá-la na Constituição. As mudanças acolhidas pelo relator estão contidas no artigo 168.

A outra mudança alvo da pressão é aquela que prevê um contingenciamento de despesas naqueles órgãos correspondente ao aplicado às despesas do Executivo. Hoje, mesmo na ocorrência de frustração de receita, os duodécimos da dotação orçamentária dos órgãos são mantidos incólumes, sendo o contingenciamento arcado unicamente pelo Poder Executivo.

Esta é uma velha demanda dos técnicos do Tesouro que já havia sido tentada pelo chamado “Plano Mansueto”, como se chamou a proposta do ex-secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, e só agora foi consubstanciada na proposta ora em tramitação.

As corporações mobilizaram os parlamentares até o fim da quinta-feira, 25, quando se concluiu o prazo para emendas à PEC. A Associação dos Magistrados do Brasil,

por exemplo, negociou duas emendas, com os senadores Lucas Barreto (PSD-AP) e Major Olímpio (PSL-SP), para reverter a mudança.

Renata Gil, presidente da AMB, atribui a ofensiva contra o Judiciário às rusgas decorrentes da derrota da ação que liberava a recondução dos presidentes das Mesas Legislativas dentro da mesma legislatura. “A disposição de mexer já existia, mas a animosidade cresceu com a derrota da não recondução dos presidentes das Casas”, diz Renata.

Seu argumento parte do pressuposto de que se trata de uma ofensiva contra o Poder Judiciário que hoje tem, na presidência do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux. Único juiz de carreira da Corte, Fux tem sido um aliado das pautas da corporação e é por ela defendido. Fux foi um dos ministros que votaram contra a recondução nas Mesas, uma guinada nas negociações entabuladas em torno do tema. Ao atingir a corporação da qual é egresso, ainda que seja a justiça estadual a mais afetada, o texto atingiria, por tabela, seu principal representante na Corte máxima do país.

Ao argumento contrapõe-se o fato de que a mudança veio no texto original do Executivo, não foi alterado no Congresso. Considere-se ainda que a dupla Arthur Lira-Rodrigo Pacheco no comando das Casas é fruto da posição à qual se alinhou o presidente do STF e não o inverso.

De toda forma, há, de fato, um movimento em curso para desidratar instituições que, em maior ou menor grau, contribuíram para a Lava-Jato. Além do Ministério Público e do Judiciário, a Receita também terá recursos desvinculados. O presidente da União Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Mauro Silva, disse ao **Valor**, na edição de 25 de fevereiro, que acredita na motivação política da desvinculação. A Receita é o órgão de origem de Roberto Leonel, o auditor que colaborou com a operação e foi escolhido pelo ex-ministro Sergio Moro para a presidência do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

Maioria de Estados e prefeituras cortou gasto com Educação em 2020

Redução real é de 6,3% nos municípios e de 9,3% nos Estados

Por **Marta Watanabe e Hugo Passarelli** — De São Paulo

01/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Sete em cada dez municípios brasileiros reduziram os gastos com educação em 2020. Dados de 3.408 cidades - o país tem 5.570 - mostram que os gastos totais com educação, incluindo custeio, pessoal e investimentos, somaram no ano passado R\$ 127,1 bilhões, 1,9% a menos em termos nominais que as despesas de 2019 no mesmo grupo de municípios. A queda real foi de 6,3%.

Com gastos totais em educação de R\$ 113,2 bilhões em 2020, o agregado dos 26 Estados e o Distrito Federal também reduziu em 5% nominais - 9,3% reais - as despesas na área. A queda nos governos estaduais também não foi exceção. O recuo aconteceu em 20 deles.

Em geral os Estados cuidam mais do ensino médio, enquanto as prefeituras se concentram no infantil e fundamental. A queda do valor aplicado se deve à pandemia, que praticamente eliminou aulas presenciais em 2020 e cortou gastos com manutenção, segurança, água e luz e contratos emergenciais de professores.

Para especialistas, a redução generalizada da despesa total com educação ainda indica que a implementação do ensino remoto e a reforma de escolas para evitar contato social ficaram em ritmo aquém do desejado. A preocupação é que a situação se prolongue em 2021 e as perdas de aprendizagem se tornem mais difíceis de reverter.

“A maior parte das escolas não foi preparada e isso dialoga com relatos de secretários municipais de Educação. Em meio ao suposto debate sobre a volta das aulas presenciais, a maior parte das cidades não fez nada”, diz João Marcelo Borges, pesquisador do centro de desenvolvimento da gestão pública e políticas educacionais da Fundação Getulio Vargas.

Para ele, a queda indica dois entraves. “Não houve aumento de gastos para ofertar educação remota abrangente a todos e parece não ter havido esforço efetivo para preparar o retorno das escolas, em parte porque não havia intenção de voltar.”

Os **Valor** levantou os gastos com educação nos relatórios fiscais entregues à Secretaria do Tesouro Nacional. Consideraram-se as despesas executadas de Estado e prefeituras que informaram o gasto com educação em 2019 e 2020. O levantamento mostra que Estados e municípios priorizaram gastos na saúde. Nos total dos 26 Estados e Distrito Federal a alta de despesa total na saúde foi de 16% e nos 3.408 municípios, de 18%.

O cenário ganha incerteza, prossegue Borges, à medida que fica claro que a pandemia não sairá de cena tão cedo. “Vale lembrar que, até hoje, nenhuma das vacinas está aprovada para menores de 16 anos, o que é quase todo o público das escolas.”

Gilberto Perre, secretário executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), lembra que levantamentos parciais ao longo de 2020 já apontavam queda nos gastos com educação. Documento divulgado pela FNP mostrou que no primeiro semestre os municípios gastaram 3,8% reais a menos ante igual período de 2019.

A pandemia, diz Perre, trouxe situação excepcional e despesas deixaram de ser realizadas na educação, principalmente no custeio. Ele exemplifica com gastos de manutenção das escolas, segurança, combustível e energia.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta outro levantamento. Com base no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) e em pesquisas com prefeituras, estima que a fatia de municípios que não cumpriram o gasto mínimo com educação subiu de 1,1% em 2019 para 30% em 2020. A

Constituição estabelece que Estados e municípios destinem à educação ao menos 25% da receita com arrecadação própria e transferências constitucionais.

Eduardo Stranz, consultor da CNM, diz que em 2020, com a demora na definição do socorro da União, o aumento dos gastos com saúde e a repercussão do isolamento social sobre as receitas dos primeiros meses da pandemia, os prefeitos - em último ano de mandato, suspenderem os contratos emergenciais de professores, reduzindo gastos na educação, em que as despesas de pessoal são as mais relevantes.

Com isso, parte das prefeituras não cumpriu o piso constitucional. A CNM, diz, debate no Congresso solução para que os relatórios fiscais de 2020 dos municípios sejam aprovados nos tribunais de contas.

A expectativa, diz ele, é que o que deixou de ser gasto em educação em 2020 seja executado neste ano. Mas o cenário de 2021 será difícil, reconhece. Com a segunda onda da covid-19, os gastos com saúde continuam pressionando. Ao mesmo tempo ainda não estão definidos recursos extras da União.

Na educação, a maior parte do país se prepara para a volta das aulas presenciais ou adota sistema híbrido. A evolução da segunda onda e recentes medidas restringindo a circulação de pessoas em vias públicas, porém, gera incerteza.

Há também resistências para a retomada, como a coordenada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). A entidade tem divulgado boletins com número de contaminações por covid-19 de professores, alunos e familiares, situação que classifica como “quadro grave”.

Um caminhão de som da Apeoesp tem circulado por São Paulo e informa que a categoria se encontra em estado de greve contra a volta às aulas presenciais.

O secretário-adjunto de Educação de Mogi das Cruzes, Caio Callegari, diz ter notado que a maior parte dos municípios adotou cautela. “O ano passado foi de muita incerteza sobre a arrecadação, então todos os municípios contingenciaram gastos e muitos liberaram recursos só nos últimos meses de 2020.”

Segundo Callegari, a nova gestão identificou que, nas creches conveniadas (parceria com o setor o privado) de Mogi das Cruzes, os valores repassados foram 10% a menos do que a previsão orçamentária para 2020. Também caiu o dinheiro enviado diretamente às escolas para benfeitorias dentro do Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF). No lugar de quatro parcelas anuais, só uma foi liberada.

A cidade ainda enfrenta carência de professores neste início do ano. Ao longo da pandemia, muitos pediram afastamento por problemas de saúde, o que exigiu a realização de processo de seleção simplificada. Sem as reformas necessárias e com falta de pessoal, ainda não há data certa para o retorno.

Para Josué Modesto, secretário de Educação de Sergipe, a queda de arrecadação explica em boa parte a execução menor do orçamento com educação. Além disso, ele cita as regras dos repasses emergenciais da União em 2020 aos entes. “Como não havia vinculação de gasto no socorro, a redução de gasto com educação estava contratada”, diz ele.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Já pensou? Você + 4 amigos em uma ilha ba-ba-do?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Cozinha Completa Madesa Agata 290002 com Armário e Balcão (Sem Tampo e Pia) Rustic/Cinza

R\$ 1.749,99

MADESA BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

Municípios seriam os mais prejudicados

Relator da PEC tem sido criticado dentro do governo, apesar do apoio que tem dado à equipe econômica

Por **Fabio Graner** — De Brasília

01/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Bittar: relator da PEC tem sido criticado dentro do governo, apesar do apoio que tem dado à equipe econômica — Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

A equipe econômica vê os municípios como maiores prejudicados com a retirada da desvinculação dos pisos de gastos com saúde e educação. Por isso, embora

desejasse a medida, a sua saída do relatório do senador Márcio Bittar (MDB-AC) não chega a ser um incômodo. A questão é se o governo conseguirá aprovar o restante do seu pacote fiscal que está na PEC emergencial.

Uma fonte graduada explica que a vinculação atualmente acaba tirando a flexibilidade dos gestores, provocando ineficiências por conta do perfil etário dos municípios, que em alguns casos demandam mais gastos em saúde e outros em educação.

Outro exemplo, segundo um interlocutor, é o caso do Acre (Estado de Bittar na Região Norte), que tem enchentes recorrentes, com escolas fechadas, mas não pode alocar parte dos seus recursos para outras finalidades, pois há um mínimo constitucional a ser observado.

Há no governo quem critique a articulação de Bittar na construção do relatório, apesar do apoio incondicional que ele tem mostrado à equipe econômica. A leitura é que o texto, sem uma costura política eficiente, acabou estressando o debate para além do que seria desejável dentro do conceito de “bode na sala” e que o erro teria sido do senador.

Apesar disso, o Ministério da Economia ainda acredita na aprovação da PEC com seu núcleo fiscal e a retomada do auxílio emergencial fora do teto e das demais regras fiscais. A intenção é fazer um corpo a corpo nos próximos dias até a próxima semana para convencer os senadores da necessidade de aprovar o pacote todo, tirando a pressão dos preços dos ativos, especialmente dos títulos públicos.

A incógnita nesse processo tem sido o papel do presidente Jair Bolsonaro. Ele era refratário às medidas impopulares da PEC Emergencial, em suas versões mais radicais dos 3 D (desvincular, desindexar e desobrigar), mas fontes relatam que ele deu aval ao texto mais recente nos bastidores. Publicamente, contudo, ele ainda não se posicionou claramente (apenas defendeu genericamente a responsabilidade fiscal) e há quem avalie que ele só vai defender a PEC se perceber que há consenso para seu avanço, para não ficar com o ônus de uma derrota política em tema impopular.

Em meio às dúvidas sobre o andamento do processo, o Tesouro Nacional usou números para mostrar que a incerteza fiscal voltou a custar caro para o país. A ideia é pressionar o Congresso a aprovar o pacote completo (auxílio e ajuste), para conter os riscos de uma deterioração ainda maior nos preços dos títulos.

Ontem à noite, o presidente Jair Bolsonaro reuniu-se com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Também participaram do encontro os ministros Paulo Guedes (Economia), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Eduardo Pazuello (Saúde) e Walter Souza Braga Netto (Casa Civil). A reunião aconteceu no Palácio da Alvorada e não constava na agenda oficial de nenhuma das autoridades.

Em suas redes sociais, Bolsonaro postou uma foto ao lado dos ministros e dos chefes do Poder Legislativo. Na imagem, apenas Guedes, Pacheco e Lira aparecem usando máscara.

De acordo com Bolsonaro, os assuntos tratados durante o encontro foram a vacina, a retomada do auxílio emergencial e a PEC emergencial. Emprego e situação da pandemia também foram temas da conversa. **(Colaborou Marcelo Ribeiro)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Já pensou? Você + 4 amigos em uma ilha ba-ba-do?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

Urgência no auxílio e na responsabilidade fiscal

Mesmo com a aprovação da PEC, as necessidades sociais e fiscais só serão atendidas se o governo acelerar o processo de vacinação

01/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O recuo do senador Márcio Bittar (MDB-AC) na desvinculação dos pisos de saúde e educação em seu relatório da PEC Emergencial marcou o fim de uma semana cheia de altos e baixos para a equipe econômica na questão fiscal. A promessa do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) era votar na última quinta-feira o texto que autoriza a volta do auxílio emergencial ao mesmo tempo em que promove um ajuste de longo prazo nas contas e viabiliza o teto de despesas pelo menos até o fim do próximo ano. Mas a Casa da Federação sequer permitiu a leitura do substitutivo de Bittar, tal o clima de conflagração que estava instalado.

Retirado o “bode da sala” (a desvinculação), a promessa de Pacheco agora é que o tema seja examinado na semana que hoje se inicia. A expectativa é que Bittar, que ficou bastante irritado com a derrota imposta nos minutos iniciais da partida, apresente um novo relatório entre hoje e amanhã. A intenção do comando da Casa é que as discussões formalmente se iniciem nessa terça-feira e a matéria possa ser votada na próxima quarta pelo Plenário.

Ainda há dúvidas, porém, se a equipe econômica conseguirá seu intento de aprovar o pacote fiscal. O texto já está bem desidratado. É o caso de lembrar que inicialmente o governo também queria ter a possibilidade de cortar em 25% a jornada e os salários dos servidores públicos, medida que infelizmente caiu na versão protocolada por Bittar.

Não há dúvidas que o Brasil há muito tempo precisa de um arcabouço fiscal robusto, que dê conta da necessidade de se dar sustentabilidade à dívida pública no longo prazo. Essa necessidade se tornou mais evidente após o esforço de guerra imposto pela covid-19, que levou ao maior déficit público da história e empurrou as dívidas bruta e líquida para níveis de fato inquietantes (89,7% no dado de janeiro para a bruta e 61,6% para a líquida), ainda que por ora administráveis.

Além do problema do endividamento, tão ou mais grave é a dificuldade de manejo do orçamento público, que tem transformado o gasto público no Brasil em algo extremamente ineficiente. Penaliza-se cada vez mais o investimento público com um desenho fiscal que acaba reforçando o pífio desempenho da economia verificado na última década.

A estratégia do governo de vincular a necessária volta do auxílio emergencial à aprovação dessa PEC, mesmo desfigurada, vai no sentido de zelar pela responsabilidade fiscal. O país vive um drama inédito com a explosão de casos da segunda onda da covid-19 e é urgente que o benefício para aqueles que o ministro da Economia já chamou de “invisíveis” seja retomado, permitindo que haja um maior distanciamento e isolamento social que contenha a dramática expansão do vírus.

Não cabe dizer que as medidas fiscais propostas na PEC tiveram pouco tempo de discussão. Elas estão aí desde o fim de 2019 e o assunto é tema recorrente na sociedade. Alguns penduricalhos extras, que tradicionalmente são colocados em matérias desse gênero, podem ser retirados, mas a versão mais enxuta da PEC já é praticamente o mínimo possível que se deve fazer para recriar o auxílio (e eventualmente dar recursos extras para a saúde) com responsabilidade fiscal.

Tampouco cabem reclamações sobre a extensão do congelamento de salários de servidores. O ideal era que a medida que permitia reduzir em 25% as jornadas e os vencimentos tivesse sido mantida, como foi autorizado ao setor privado no ano passado e que o governo estuda retomar para as empresas neste ano. Por que os servidores não poderiam passar por isso dada a gravidade da situação sanitária e fiscal do país?

Mas já que esse capítulo ficou para trás nas negociações, que ao menos a retirada das desvinculações seja considerado o último passo para que essa PEC seja aprovada pelos congressistas. Assim, o auxílio emergencial poderá ser retomado, permitindo proteção para os mais vulneráveis desse país em meio a essa grave crise, sem abrir mão do zelo pelas contas públicas.

Em tempo, mesmo com a aprovação da PEC, as necessidades sociais e fiscais só serão atendidas de forma eficaz se o governo tomar rumo e acelerar o processo de vacinação. É imperioso que o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, comece a se preocupar de fato com o ritmo de expansão da covid-19 e acelere o ritmo de imunização em todo o país. As UTIs lotadas na maioria dos Estados e os recordes de mortos mostram que os governos, em especial a administração Bolsonaro, estão errando feio e precisam urgentemente corrigir o rumo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Já pensou? Você + 4 amigos em uma ilha ba-ba-do?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Moradora de Salvador! emagrece rapidamente e vira notícia na cidade!

KETO EMAGTRAMINA

À BEIRA DO COLAPSO

Ocupação de UTIs supera 80% em mais da metade dos estados

DIAGRAMA: GUSTAVO SCHMITT

Levantamento feito pelo GLOBO com as secretarias estaduais de Saúde mostra o colapso na saúde em mais da metade dos estados brasileiros diante do aumento de casos de Covid-19. Ontem, dia em que o país registrou um novo recorde de mortes segundo a média móvel dos últimos sete dias, com 1.208 óbitos, pelo menos 781 pessoas aguardavam leitos de UTI em seis estados e no Distrito Federal, e a ocupação nas unidades intensivas da rede pública superava os 80% em 17 estados e no DF.

A situação em três estados foi determinante para que a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidisse que o Ministério da Saúde deve voltar a custear leitos de UTI para pacientes com Covid na Bahia, no Maranhão e em São Paulo — estados que estão, respectivamente, com 84%, 80% e 72% de ocupação nas unidades intensivas na rede pública.

Os pedidos foram apresentados pelos governos estaduais, e as decisões ainda precisam ser confirmadas pelo plenário. O ministério diz que o pedido é “desnecessário” porque “vem cumprindo com suas obrigações”.

As decisões abrem espaço para que outros estados façam pedidos semelhantes. De acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o número de leitos habilitados pelo Ministério passou de 12.003, em dezembro, para 7.117 em janeiro e 3.187 em fevereiro.

Pela manhã, o presidente Jair Bolsonaro minimizou a falta de vagas, escrevendo, em rede social, que “a saúde no Brasil sempre teve seus problemas”. “A falta de UTIs era um deles e certamente um dos piores”, escreveu em sua conta no Facebook, compartilhando uma repor-

tagem do site G1 de 2015 sobre falta de leitos no Brasil.

A noite, ele se reuniu no Alvorada com quatro ministros, entre eles o da Saúde, Eduardo Pazuello, e os presidentes da Câmara e do Senado para tratar de temas como “vacina” e “situação da pandemia”.

Ontem, foram notificados 755 óbitos por Covid-19 nas últimas 24h, totalizando 255.018 vidas perdidas por causa do novo coronavírus. A média móvel está 11% maior do que o cálculo de duas semanas atrás. Os registros seguintes, que foram registrados em três dias da última semana, indicam tendência consolidada de aumento dos óbitos provocados pelo vírus no Brasil.

FILAS NOS HOSPITAIS

São seis os estados, mais o DF, com pacientes esperando por UTIs. A maior fila foi registrada na Bahia: 263 pessoas. O estado chegou ao pico de pacientes internados em leitos de UTI desde o início da pandemia: 969. Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Santa Catarina fecham a lista. Neste último, a informação de 95 pessoas à espera de leito é do site G1, com base em informações sigilosas do governo catarinense, que até o fechamento desta edição não negou ou forneceu dado mais atualizado.

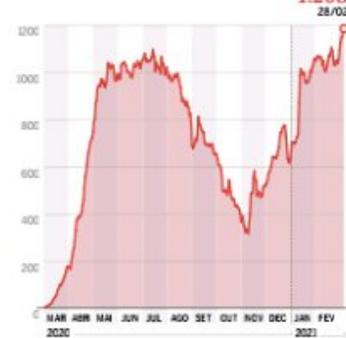
Diante do iminente colapso, diversos estados endureceram as medidas restritivas no fim de semana. Em Goiás, cidades como Goiânia e Aparecida decretaram lockdown por sete dias. No Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB) chegou a estabelecer um lockdown, mas recuou. Outros estados decretaram toque de recolher, fechando serviços não essenciais no período da noite. (Bruno Góes, Eliane Oliveira, Evelin Azevedo, Aline Ribeiro e Gustavo Schmitt, Henrique Gomes Batista)



Letagem máxima. Paciente é transferido para hospital de Florianópolis; Santa Catarina registra mais de 90% de ocupação das UTIs para pacientes de Covid

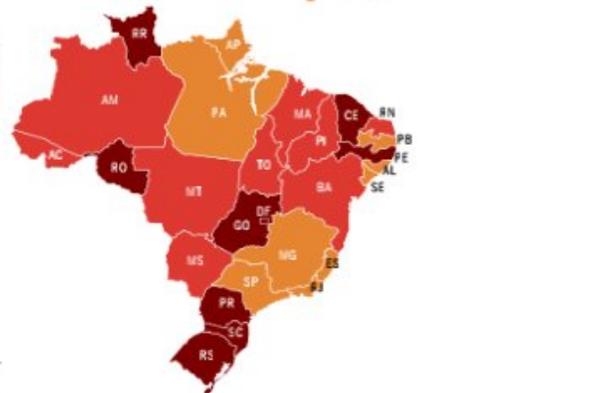
SITUAÇÃO DA COVID-19 NO BRASIL

Média móvel de mortes por covid-19
Média móvel de 7 dias



Porcentual de ocupação das UTIs

- 90% ou acima
- Entre 80% e 89%
- Menos de 80%



Contra vírus, São Paulo estuda ‘fase roxa’, mais restrita

Fiscalização do ‘toque de restrição’ autuou, no sábado, 46 bares e restaurantes, festas com 500 pessoas e até baile de idosos

GUSTAVO SCHMITT
gustavo@oglobo.com.br

SÃO PAULO — O coordenador do centro de contingência da Covid-19 em São Paulo, Paulo Menezes, afirma que o governo estuda criar uma fase mais restritiva de circulação do Plano São Paulo. A proposta, que está em debate por especialistas do governo estadual, pretende incentivar o distanciamento social. A ideia seria lançar mão de medidas mais rigorosas do que as já adotadas na fase vermelha — esta etapa só ocorre quando a ocupação dos leitos de UTI de alguma rede ultrapassa 75%. Atualmente, esse indi-

ce no estado é de 72%.

A preocupação do comitê científico é com regiões que já estão acima do patamar de 90% dos leitos ocupados, como em Araraquara e Bauru. A primeira decretou lockdown, mas a segunda briga na Justiça para flexibilizar. Para Menezes, índices de ocupação de leitos próximos do colapso exigem medidas mais duras.

— É possível que esta semana algumas regiões passem desse ponto e que entrem na fase vermelha. Agora, tem algumas regiões como Araraquara que estão com 90%. Pensando nessa situação é que tratamos da possibilidade de ter medidas mais rigo-

rosas — afirma Menezes. — Um exemplo seria não ter supermercados e postos de gasolina funcionando à noite, depois de um determinado horário.

MULTA DE R\$ 5 MIL

Reservadamente, os médicos do centro apresentam preocupação com a alta de casos e com a possibilidade de outras variantes aumentarem a propagação. Apesar disso, eles esperam que as medidas tomadas para reduzir a circulação tenham efeito e ajudem a reduzir os índices de contágio.

Atualmente, o estado está sob toque de restrição, cujo decreto restringe a circula-

ção entre 23h e 5h. Desde sexta-feira, o estado passou a fiscalizar e multar bares, restaurantes e casas noturnas para impedir aglomerações. A fiscalização de uma força-tarefa contra a Covid-19 em São Paulo, no sábado, fechou mais estabelecimentos e festas que no primeiro dia da medida. Segundo o governo paulista, na noite de sábado foram fechados restaurantes, uma casa noturna com 500 pessoas e até um baile para idosos, com cerca de 200 pessoas. Ao todo, a operação feita em parceria pela Polícia Militar, a Vigilância Sanitária e o Procon, já contabiliza autuação de 46 estabelecimentos.

Na casa noturna fechada na Zona Norte paulistana, os fiscais encontraram cerca de 500 frequentadores sem máscara e em ambiente fechado. O estabelecimento foi autuado por prática abusiva e será multado. Não foi o único caso. A Vigilância Sanitária autuou 13 estabelecimentos e um dos flagrantes foi bairro do Limão, onde foi encerrada uma outra festa clandestina. Na Penha, um baile para terceira idade, com que mais de 190 idosos, também foi fechado.

foram esvaziados e fechados.

Nas duas primeiras noites em que passou a vigorar a restrição de circulação, o Procon autuou 23 locais que estavam abertos ao público consumidor entre o período das 23h às 5h, desrespeitando o toque de restrição.

O descumprimento das regras sujeita os estabelecimentos a autuações com base no Código Sanitário. Pela falta do uso de máscara, que é obrigatória, a multa é de R\$ 5.278 por estabelecimento, por infrator. Transescentes em espaços coletivos também podem ser multados em R\$ 551,00 pelo não uso da proteção facial. As empresas que descumprirem o toque de restrição podem ser multadas pelo Procon-SP. Também estão sujeitos os estabelecimentos a autuações com base no Código Sanitário, que prevê multa de até R\$ 290 mil.

ARRUMANDO AS CONTAS

Prefeitura leva à Câmara pacote com corte de renúncias fiscais e extinção de estatais

LUIZ ERNESTO MAGALHÃES
luizmag@luzglobo.com.br

CONHEÇA ALGUMAS PROPOSTAS

A Prefeitura do Rio apresenta hoje à Câmara de Vereadores projetos de lei e um pacote fiscal para tentar tirar a cidade da crise financeira que se arrasta desde 2017. A estimativa dos técnicos do município é que as medidas teriam um potencial de economizar ou gerar receitas de até R\$ 8,3 bilhões em dez anos. O valor equivale a 26,6% do orçamento da cidade aprovado para 2021 (R\$ 31,2 bilhões). Só com a mudança nas regras de benefícios fiscais, seriam R\$ 220 milhões por ano.

Entre as propostas do prefeito Eduardo Paes, estão um corte linear de 20% nas renúncias fiscais de ISS concedidas a 25 setores da economia (entre eles, as de empresas de ônibus, clínicas e hospitais) e a extinção de estatais (RioCentro, Fundação Rio Zoo e Imprensa da Cidade). Haverá também uma busca por acordos extrajudiciais para tentar regularizar a situação fiscal de empresas com litígios sobre cobrança de tributos. Outro incentivo que seria cancelado é a lei que permite que escolas particulares descontem dos impostos, mensalidades pagas por alunos de baixa renda.

Entre as medidas que passaram pela análise do Legislativo, explica o secretário municipal de Fazenda e Planejamento, Pedro Paulo Carvalho, está um "gatilho" que regulamenta medidas adicionais de austeridade que o gestor da cidade terá que implantar, independentemente de quem for o prefeito.

A referência será um indicador do Tesouro Nacional que avalia a chamada Capacidade de Pagamento (Capag) que estados e municípios têm para honrar suas dívidas, seja com fornecedores ou instituições financeiras. Uma série de indicadores, incluindo o total de despesas com funcionalismo, endividamento e dados sobre arre-

Renúncia Fiscal

É previsto um corte linear de 20% nas renúncias fiscais de ISS concedidas a 25 setores da economia. Esse abatimento seria calculado entre a diferença da alíquota cheia (5%) e o percentual recolhido. Isso deve gerar uma economia de R\$ 220 milhões/ano. Por conta do princípio da anualidade, só seria aplicável a partir de 2022, se aprovado este ano.

PRÊMIO A BOM PAGADOR DO IPTU

26,2%

Inadimplência atual em relação a total da receita

A inadimplência média anual do IPTU é de R\$ 1,3 bilhão (26,2% da receita total), e que exige despesas extras para cobrar o tributo administrativamente do Juízo. A ideia é tentar reduzir a inadimplência em 7,4% mediante concessão de até 10% do valor devido no terceiro ano do programa (fora o abatimento a taxa única), para aqueles que pagam em dia. A perda da receita seria compensada com a queda da inadimplência.

cação, são usados para calcular o risco de insolvência.

Os conceitos da Capag vão de A (melhor) a D (pior). Desde 2017, o Rio tem nota C e, por isso, sequer tem aval da União para contrair novos empréstimos. A meta é voltar ao conceito B em dois anos.

ACORDO COM QUEM BURLA DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

R\$ 112 milhões

Receita extra no primeiro ano de um total de R\$ 149 milhões em quatro anos

Hoje, para pagar menos ISS, prestadores de serviços declaram que suas sedes ficam em municípios que a prefeitura do Rio chama de "paraísos fiscais" por terem alíquota reduzida. A prática gera disputas entre a prefeitura e empresas — na Justiça ou na esfera administrativa para recolherem o valor correto do tributo. A proposta é encerrar a disputa, mediante acordos em que o contribuinte reconhece que a sede é no Rio. Das áreas, a prefeitura cobraria apenas o equivalente à diferença das alíquotas do que o contribuinte pagou no "paraíso". Em troca, poderia quitar a dívida com descontos de juros e multas que podem variar de 20% a 80%.

As propostas do ajuste fiscal, explica o secretário, também têm por objetivo permitir que a prefeitura possa se enquadrar em dispositivos da Lei Complementar (LC) 178, que concede benefícios para estados e municípios que aderirem a um regime de recupera-

ALGUNS SETORES ATINGIDOS COM A REVISÃO DOS INCENTIVOS



Clínicas, hospitais e outras unidades com serviços de informação



Administradoras de fundos financeiros



Serviços de agenciamento e corretagem de títulos e valores imobiliários



Empresas de ônibus (Rio Ônibus)



Outras empresas de transporte que operam no Rio



Serviços de feiras, exposições e congressos



Construção e reforma de prédios destinados a hotéis



Projetos de habitação na região do Porto Maravilha



Construção Civil*



Cinemas



Profissionais autônomos



Cooperativas de táxi

SIMPLIFICAÇÃO NAS TRANSAÇÕES TRIBUTÁRIAS

R\$ 306 milhões

Receita extra no primeiro ano de um total de R\$ 405 milhões em quatro anos

Hoje, a prefeitura tem 62 mil processos (R\$ 38 bilhões) em cobranças administrativas ou judiciais de tributos municipais, por divergências com os contribuintes. A proposta é simplificar a legislação para facilitar acordos e a quitação da dívida.

DESBUROCRATIZAÇÃO NAS REGRAS PARA QUITAR TAXAS

R\$ 520 milhões

Receita extra em quatro anos

Objetivo é reduzir custos operacionais, com a fiscalização se concentrando em combater atividades sem licença. Entre as medidas está a simplificação das exigências para emissão da nota fiscal Cartão (eletrônica).

*muitos benefícios para projetos de habitação popular e empresas optantes do Simples

ção fiscal, em fase de regulamentação pelo Ministério da Economia e essencial para a reclassificação da nota do Rio. De autoria do próprio Pedro Paulo, a lei prevê que as entidades públicas que fizerem ajustes terão mais prazos para quitar suas dívidas e poderão

voltar a contrair empréstimos para gastar em infraestrutura.

— As âncoras do plano são a Capag e a adesão à LC 178. Adotar medidas para elevar a Capag ajuda a melhorar a saúde fiscal dos municípios e dá segurança a entidades para financiar aqueles que aderirem

ao programa. Ter um bom nível de poupança permite reservar gastos para novos investimentos. No projeto, há medidas de adoção obrigatória (como a revisão dos incentivos) e facultativas, que ficarão a critério do gestor — diz Pedro Paulo.

As medidas propostas pelo município também vão atingir servidores. Uma delas, o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%, já foi confirmada por Paes em reunião com os vereadores na sexta-feira passada e será uma das regras obrigatórias do projeto. O pacote prevê ainda, a exemplo da União, novos critérios para aposentadoria por idade (62 anos para mulheres e 65 para homens). No Rio, a prefeitura defende que as regras só sejam para os novos concursados.

MUDANÇAS NO IPTU

A concessão de triênios (reajustes automáticos por tempo de serviço), que deixaram de ser pagos em 2020, também permanecerá suspensa, já que os gastos com pessoal estão acima do teto de 54% estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A previsão é que o benefício só volte a ser aplicado em 2024. Um dos motivos é o gasto excessivo com pessoal.

— Além da suspensão dos triênios, já começamos a adotar itens do plano que não dependem de lei, como o corte de despesas com servidores comissionados e gratificações — explica o secretário.

Em outro ponto, o pacote estabelece uma medida para premiar o bom pagador de IPTU — uma forma de aumentar arrecadação e diminuir a inadimplência. Se a proposta for aprovada, quem quitar o tributo em dia ganhará um desconto extra a partir de 2023, que pode chegar a 10% do valor do imposto. Mas o desconto pelo pagamento em taxa única, que hoje é de 7%, seria reduzido para 5%.

Para o economista André Luiz Marques, coordenador-executivo do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper, a situação do Rio exige cortes. Mas destaca que as medidas saneadoras também precisam gerar efeitos a curto prazo.

— A necessidade de parcelar o pagamento do 13º de 2020 até junho do ano que vem e o fato de fornecedores terem faturas em atraso demonstram isso. O Rio precisa de credibilidade para que os investimentos voltem. Mas nessa proposta há desafios: cortar incentivos para rediscutir depois gera instabilidade entre investidores



Insegurança. Beneficiários do Bolsa Família viram a renda subir no período em que receberam o auxílio emergencial. Mas agora, com o desemprego ainda alto, enfrentam dificuldades para comprar alimentos

AJUDA DEFASADA

Inflação corrói poder de compra de beneficiários do Bolsa Família

FERNANDA TRISTO
E LETYCIA CARDOSO
em um artigo publicado no
meio de 2021

A prorrogação do auxílio emergencial resolverá apenas por pouco tempo os problemas da assistência aos vulneráveis no Brasil. Quando o benefício acabar novamente, o governo terá o desafio de encontrar uma solução para reformular o Bolsa Família, cujo valor e abrangência estão defasados. Considerando o repasse médio de R\$ 190 pago aos integrantes do programa no período pré-pandemia, a ajuda federal deveria estar entre R\$ 198,50 e R\$ 200 para acompanhar a alta de preços, de acordo com cálculos do analista em contas públicas da Tendências Fabio Klein. Ao mesmo tempo, a demora na discussão do Orçamento adia uma solução para incluir cerca de 1 milhão de domicílios à parcela do benefício.

Hoje, o valor do Bolsa Família não precisa seguir a alta dos

preços. O programa não é reajustado desde o governo Michel Temer, e a defasagem reduz o poder de compra do benefício. Só no ano passado, os alimentos, principal gasto das famílias mais pobres, tiveram alta de 15,53%, segundo dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação em domicílios com renda de até cinco salários mínimos.

— Não existe essa obrigatoriedade de corrigir por inflação, mas, dada a natureza do programa, seria correta, e aceitável, a reposição inflacionária — avalia Klein.

Os beneficiários que compõem o Bolsa Família são fixados por lei e decreto presidencial. Para aumentar esses valores, é preciso alterar a legislação. Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro disse que em julho proporia uma reformulação do programa, mas não deu detalhes.

Já o número de famílias atendidas depende da fatia do Orça-

mento destinada ao programa. A proposta orçamentária de 2021 separou R\$ 34,8 bilhões para a medida — alta de 18% em relação ao ano passado. A projeção estimava o pagamento do benefício a 15,2 milhões de famílias por mês. O texto, no entanto, ainda não foi aprovado pelo Congresso, e o aumento de beneficiários não se concretizou. O Ministério da Economia informou que os gastos com o programa não estão limitados à regra de 1/12 do previsto por mês, que vale para despesas não obrigatórias.

ALIMENTOS PROIBITIVOS

A indefinição sobre o futuro do Bolsa Família ocorre pouco depois de boa parte dos atendidos pelo programa terem recebido um valor maior. No ano passado, o pagamento do auxílio emergencial — cinco parcelas de R\$ 600, sendo que mulheres chefes de família recebiam o dobro, e mais quatro de R\$ 300 — impulsionou a renda dessas famílias. Já em

2019, houve um 13º para os beneficiários do Bolsa Família.

— Pela regra do auxílio, principalmente no caso das famílias chefiadas por mulheres, quem estava no Bolsa Família chegou a receber mais de seis vezes o valor do benefício em um único mês, mas depois voltou para um valor muito menor. Fora isso, tem a questão da fila. Não é só um problema de valor, mas também de quantidade de pessoas que precisam receber — ressalta Marcelo Neri, diretor do FGV Social. A perda do poder de compra do benefício é percebida pela dona de casa Raquel Assunção, de 24 anos, que mora sozinha com as filhas, de 1, 3 e 5 anos, em uma comunidade em Del Castilho, na Zona Norte do Rio. Ela trabalhava como diarista e conseguia renda pouco superior a R\$ 800 por mês. Mas, na pandemia, foi dispensada pela maioria das casas e hoje só faz faxina em uma delas, de 15 em 15 dias. O pagamento dessas duas diá-

rias, R\$ 360, e o crédito do Bolsa Família, R\$ 170, são as únicas fontes de renda da família.

— Carne vermelha não dá para comprar de jeito nenhum. Estou comendo coxa de frango, calabresa, etc... Até peito de frango está caro! A gente vai no mercado com R\$ 100 e traz só uma bolsinha — conta Raquel.

Lucilene da Silva, de 39 anos, moradora de Parnaíba, no interior do Piauí, também diz que há muito tempo não tem carne no cardápio. Mãe de um menino de 3 meses e de uma menina de 7 anos, não tem ido trabalhar como diarista por causa do aumento dos casos de Covid. Para manter a casa, ela conta com R\$ 130 do Bolsa Família, além de ajuda da mãe, que recebe um salário mínimo (R\$ 1.100).

— É praticamente uma esmola. Não dá para nada! Uma lata de leite aqui custando R\$ 10. O arroz de um quilo está R\$ 6. A única coisa que eu como com frequência é gali-

nha, porque o quilo sai a R\$ 8 — diz Lucilene.

Segundo estimativas do pesquisador Daniel Duque, da Fundação Getúlio Vargas, 22 milhões de brasileiros que, em 2019, antes da pandemia, não eram pobres entraram na pobreza neste início de ano, como reflexo do fim do auxílio e do aumento do desemprego. A ONG Ação da Cidadania estima que 10,3 milhões de brasileiros sofrem de insegurança alimentar, com um número crescente tendo a fome como rotina.

REVER REGRAS DE ACESSO

Além da revisão do valor, o Bolsa Família precisa rever regras de acesso e de saída, alertam especialistas. O professor de economia do Insper Sérgio Firpo ressalta que o programa é bem-sucedido na redução da extrema pobreza, mas pode ser aprimorado.

— Com programa de renda condicionada, você consegue romper a armadilha da pobreza transmitida de geração a geração, mas não cria condições para que os adultos beneficiários consigam gerar renda a partir da sua inserção no mercado de trabalho.

O especialista acrescenta que a experiência da pandemia também aponta caminhos que exigem revisão, como a agilidade para incorporar novos beneficiários.

— O ideal seria que o Bolsa Família fosse turbinado tanto na questão de valores quanto de cobertura, e ágil o suficiente para colocar para dentro os novos pobres: aquele que ficou pobre durante a pandemia ou quem tem uma variação cíclica de renda e não consegue poupar, porque a renda é pequena demais para isso — explica Firpo.

No fim de 2020, a fila de espera para ingresso no Bolsa Família se aproximava de 1 milhão de famílias, segundo dados obtidos pelo GLOBO via Lei de Acesso à Informação. Procurado, o Ministério da Cidadania não revelou o atual tamanho da fila. Mas informou que, de janeiro para fevereiro, foram incluídos 200 mil famílias, enquanto outras 249.002 tiveram o benefício bloqueado, suspenso ou cancelado. Os casos de bloqueio ou suspensão não implicam saída imediata do programa, de cancelamentos, foram 168 mil.

A pasta explicou, em nota, que “os casos de saída e novas entradas do programa estão relacionados principalmente aos processos de averiguação e revisão cadastral, que foram suspensos inicialmente de março a dezembro de 2020, em razão da pandemia.”

‘Preciso do auxílio emergencial para comprar alimentos’

E-mails enviados ao governo mostram drama de quem teve negado o pedido do benefício. Nova rodada traz esperança

GABRIEL SHINOHARA
em um artigo publicado no
meio de 2021

“Estou desamparado e não posso garantir segurança, preciso do auxílio emergencial para comprar alimentos.” O pedido da cozinheira Telma Maria dos Santos está em um e-mail enviado ao órgão como o Ministério da Cidadania. Ela não foi a única a tentar contato direto com o governo após ter o pedido pelo benefício negado, mostram mensagens ele-

trônicas públicas analisadas pelo GLOBO, mandadas também para o ministro da Economia, Paulo Guedes, e seus secretários. Com a expectativa de renovação do programa, brasileiros que decidiram apelar diretamente às autoridades voltaram a ter esperança de receber o auxílio.

— Eu sempre trabalhei, sempre paguei meus impostos, na carteira era descontada. Agora neste momento em que a gente tá mais precisando, parado em casa, sem poder

arrumar trabalho, as coisas só piorando, que a gente precisa de uma ajuda do governo, cadê? Não tem — diz Telma Moradira de Cruz das Almas, no interior da Bahia, ela fez chegar sua mensagem por meio de Valdeni Martins, detetive particular e espécie de faz-tudo da cidade, que fica a 150 quilômetros de Salvador. Ele presta serviço para as pessoas que necessitam do auxílio emergencial, mas tem dificuldade para lidar com a burocracia. Em troca

de um valor pago apenas após o recebimento do benefício, ele reúne a documentação e faz os pedidos. No e-mail enviado à Dataprev, órgão responsável pela análise dos requerimentos, Valdeni transmite o recado de Telma, que conta ser pobre, morando sozinha, e que o auxílio serviria para comprar alimentos. Nem assim conseguiu o benefício. O e-mail foi mandado em 23 de julho do ano passado. Hoje, ela diz não lembrar quando teve carne

em casa pela última vez: — Vivo de caridade, vou na casa da minha irmã, ela me dá um quilo de arroz, de feijão, e aí vou vivendo. Tomo remédio antiálgico que custa R\$ 56 e não posso ficar sem.

O próprio Valdeni, que aprendeu a lidar com os sistemas do governo para fazer os pedidos, teve o auxílio negado. O detetive mandou um e-mail ao gabinete de Guedes e a vários órgãos no fim de julho, relatando que estava desempregado e não tinha conseguido o benefício. Ape-

sar disso, conta que conseguiu virar em 2020.

— A gente sempre dá um jeito. É luta, na correria.

Os dois pedidos, além da Economia, foram enviados ainda à Caixa e ao Ministério da Cidadania. Em resposta ao GLOBO, a pasta disse que nem Valdeni nem Telma se encaminharam nos critérios para receber o auxílio: “É importante reforçar que a segurança da operação foi premissa desde o início da operacionalização do pagamento do benefício. Para tanto, o Ministério da Cidadania firmou acordos de cooperação técnica com diversos órgãos das três Poderes, incluindo as áreas de investigação e controle, para troca de informações, cruzamentos e bases de dados.”

Opinião do GLOBO

Privatizações de Bolsonaro não têm credibilidade

Depois de intervir na Petrobras, presidente encena retomar a venda de estatais. O difícil é acreditar nele

Para compensar as repercussões negativas da intervenção na Petrobras, o presidente Jair Bolsonaro lançou uma operação para tentar contrabalançar a má impressão que deixou. Na terça-feira, liderou uma comitiva para levar a pé ao Congresso proposta de Medida Provisória para privatizar o controle da Eletrobras. Fez elogio a Paulo Guedes e, na quinta-feira, enviou ao Legislativo projeto de conversão dos Correios (ECT) numa empresa de economia mista, um passo para permitir a entrada de sócios privados (não se sabe se majoritários).

Parecia notícia requeitada. Não que deixem de ser importantes quaisquer ações para reduzir a presença do Estado na economia. A questão é a total desconfiança da ressurreição da agenda de desestatização, levando em conta os últimos movimentos de Bolsonaro. A pressa, na tentativa de transmitir um recado ao mercado revoltado com a intervenção na Petrobras, fica evidente no descuido com o projeto sobre os Correios. Nem o modelo de abertura do capital foi definido, e falta ainda ouvir o Tribunal de Contas da União.

A primeira razão para o descrédito é

o intervencionismo de Bolsonaro, com seus ecos no nacionalismo dos militares. Atribuir papel "social" às estatais equivale a subordiná-las não ao interesse público, mas ao interesse de políticos ou grupos específicos, sempre à espreita para tirar proveito.

Ao indicar o general Joaquim Silva e Luna para presidir a Petrobras, Bolsonaro elogiou sua gestão à frente de Itaipu por obras viárias, que nada têm a ver com o papel de uma geradora de eletricidade, mas muito com a geração de votos. Exatamente como a tentativa artificial de manipular o preço dos combustíveis. O custo disso tudo é a ineficiência das empresas, queda de produtividade da economia e transformação do país num ambiente tóxico para qualquer investidor, onde a sobrevivência passa a depender da corrupção. Não é à toa que os mercados derretem.

A segunda razão para o descrédito está no Congresso. De acordo com a economista Elena Landau, que presidiu o Conselho da Eletrobras até 2017, para vender o controle da empresa, bastaria uma lei específica que voltasse a incluí-la nas regras de privatização já existentes. Também seria necessário um estudo mais detido do impacto da venda no

mercado de eletricidade. É um cenário improvável com o Centrão forte no Legislativo. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, tem apreço especial por Furnas, cujo comando conta com a bênção dos parlamentares mineiros. Como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e os políticos nordestinos. Os senadores Eduardo Braga, líder do MDB, e Davi Alcolumbre também desgostam da privatização. Não à toa também, a MP de Bolsonaro está repleta de compensações regionais e prevê conferir ao Estado uma *golden share*, ação com poder de veto sobre "decisões estratégicas".

Não é difícil entender o sentido disso. Bolsonaro já deixou claro que colocaria o dedo na Eletrobras para reduzir tarifas elétricas, como fez na Petrobras (outra repetição da Era Dilma). Enquanto ele estiver no Planalto, não deverá ser forte o interesse privado pela empresa. Será difícil convencer investidores a comprar ações de uma empresa que, de uma hora para outra, pode estar sujeita a intervenção. No mercado, o jargão para tais papéis é conhecido: mico. Voltar a falar de privatizações só serve para Bolsonaro simular um aceno ao liberalismo, nada mais.

APELO RECORRENTE

Bolsonaro dobra presença de militares em cargos estratégicos do governo

MAÍÁ MENI ZES, BERNARDO MELLO E MARLEN COUVO
@globoescreve

Em paralelo a crises vividas pelo presidente Jair Bolsonaro, a presença de militares em funções de comando nos ministérios praticamente dobrou nos últimos dois anos. Em setembro de 2020, 342 egressos das Forças Armadas ocupavam cargos comissionados nas maiores faixas de remuneração da máquina federal, em postos de coordenação, diretoria, secretaria ou de ministro. Em janeiro de 2019, início do governo, eram 188 militares nessas funções. Dois movimentos feitos pelo governo nos últimos dias vão aprofundar a participação: o general Joaquim Silva e Luna foi indicado para a presidência da Petrobras, enquanto o almirante Flávio Rocha deve ser o novo chefe da Secretaria Especial de Comunicação (Secom).

Os dados foram obtidos em levantamento das gabinetes do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e da deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP) e atualizados pelo GLOBO Além do Ministério da Defesa, que habitualmente abriga membros de Exército, Marinha e Aeronáutica, passas como Saúde e Meio Ambiente registram avanços significativos. Para especialistas, o salto ignora a necessidade de experiência prévia em áreas sensíveis, como o combate à pandemia da Covid-19 e o controle do desmatamento, e expõe a dificuldade de Bolsonaro em articular uma base.

Ao longo das gestões de Dilma Rousseff e Michel Temer, o percentual de ocupação desses cargos não passou de 2,5%. No governo Bolsonaro, em setembro, havia presença militar em 6,5% dos postos com remuneração bruta entre R\$ 6 mil e R\$ 16,5 mil. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), há, ao todo, 6,1 mil militares em funções civis no governo federal — em 2017, havia 3 mil.

ORDENS CUMPRIDAS

Para o cientista político Maurício Santoro, da Uerj, a ampliação do espaço de militares, inicialmente ligada à tentativa de criar uma imagem "técnica" do governo, passou a obedecer uma lógica de crises.

— Os militares passaram a assumir as tarefas ideologicamente controversas. Assumiram a Saúde porque o presidente não encontrava médicos dispostos a implementar uma visão negacionista. Entraram no Itama, onde Bolsonaro tinha problemas com sua política ambiental. Também é o que ocorre, em parte, na Petrobras — diz Santoro.

A mudança na petrorela, após insatisfação de Bolsonaro com o aumento do preço dos combustíveis, é citada pelo cientista político Christian Lynch como exemplo de uso de militares como "interventores". Atuar para conter a subida de preços é uma medida sim-



Retirada. Eduardo Pazuello discursando em cerimônia no Palácio do Planalto; ministro da Saúde assumiu em meio a uma crise e ampliou presença de militares

ATUAÇÃO EM POSTOS INFLUENTES DO GOVERNO

*Cargos de tipo DAS 4 ou superior; OGE 4 ou superior; FCPE L II ou III; CNE (cargo de natureza especial)

Por órgão	JANEIRO/2018	JANEIRO/2019	JANEIRO/2020	SETEMBRO/2020
Presidência	45	79	85	119
Saúde	1	7	6	30
Minas e Energia	2	1	23	25
Meio Ambiente	1	2	11	14

COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

386 cargos de nível alto | 11 da ativa | 30 militares | 19 da reserva



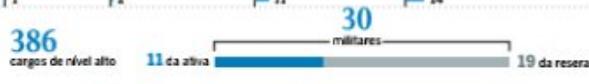
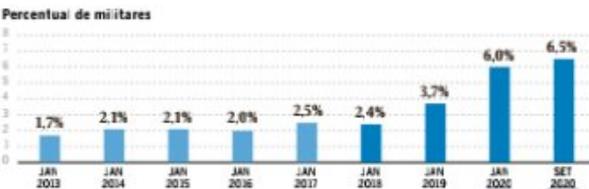
- ROBSON SANTOS DA SILVA**
SECRETÁRIO ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
Coronel da reserva, formado em Pedagogia e Ciências Militares, com atuação de consultor em educação a distância. Foi nomeado assessor especial no Ministério da Educação em janeiro de 2019. Meses depois, passou a integrar a equipe do Ministério da Saúde, na gestão Mandetta.
- LUÍZ OTÁVIO FRANCO DUARTE**
SECRETÁRIO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
Coronel da ativa. Foi analista de gestão do Departamento de Educação e Cultura do Exército e chefiou centro de logística dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no Rio. Coordenou a intervenção federal em Roraima em 2018. Foi nomeado na Saúde na gestão Pazuello.
- ANGELO MARTINS DENICOLI**
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SUS
Major da reserva. Formado em Educação Física, com MBA em Economia e Gestão. Atuou como gerente de esportes da Comissão de Desportos do Exército. Atualmente, é sócio de uma empresa de TI administrada por sua mãe. Foi nomeado na gestão Pazuello.
- GILDO HENRIQUE DE AZEREDO**
COORDENADOR DISTRIAL DE SAÚDE INDÍGENA DO DSEI XAVANTE
Capitão da reserva, formado em Design Gráfico e Língua Portuguesa, com capacitação em Segurança e Medicina do Trabalho, Sensoriamento Remoto e Processamento Digital de Imagem de Satélites. Foi auxiliar do Adido Militar na Embaixada do Brasil na Argentina.

FOI TE: Levantamento das gabinetes do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e da deputada Tabata Amaral (PDT-SP); Portal da Transparência; Ministério da Saúde

Editoria de Aris

Os militares assumiram a Saúde porque não havia médicos dispostos a implementar uma visão negacionista

Maurício Santoro, cientista político e professor da Uerj



pática aos caminhoneiros, base eleitoral do presidente. — Bolsonaro tenta dar uma impressão ordeira para seu eleitorado, mas o que importa mesmo a ele é que cumpram suas ordens em assuntos que podem afetar sua reeleição. Por isso, se cerca dos militares que compartilham deste projeto político — afirma. No conselho de administração da Petrobras, no qual Silva e Luna também deve ingressar, há dois militares indicados por Bolsonaro. A participação também ocorre em estatais como Eletrobras e Correios, nas quais há promessa de privatização — esta última é presidida por um militar. Após um primeiro ano de governo marcado por quedas de popularidade e pelo avanço de investigações contra a família de Bolsonaro, a Presidência da República teve o maior incremento entre todos os órgãos, com nomeações de 34 militares para postos estratégicos. O principal deles foi a chefia da Casa Civil, assumida pelo general Braga Netto em fevereiro de 2020. Flávio Rocha, nomeado secretário de Assuntos Estratégicos na mesma época, agora é cotado para a Secom. O Ministério do Meio Ambien-

ente, criticado em meio a recortes de quemadadas, teve nomeações de militares nas superintendências do Itama no Amazonas, Amapá, Pará, Mato Grosso do Sul e Rio. A presença cresceu até agosto de 2019 e voltou a subir no início de 2020, na sequência do período mais crítico na Amazônia.

— Em geral, essas pessoas ocupam cargos de altíssimo nível, sem entender sua especialidade. Conforme a crise cresceu, aumentou-se o número de militares na Saúde — exemplificou a deputada Tabata Amaral.

A pasta da Saúde é hoje a terceira área com mais militares no governo, atrás apenas da Defesa e da Presidência. O ministro Eduardo Pazuello, general da ativa, nomeou 21 dos 30 militares nesses postos. Para Gonzale Vecina, ex-presidente da Anvisa e professor de Saúde Pública da USP, eles carecem de "domínio total" da área de atuação.

— Há também uma lógica de comando em que falta espaço para o diálogo, sempre essencial na Saúde — afirma.

Entre os militares do time de Pazuello, há exemplos de descumprimento de medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) contra a Covid-19. O major da reserva Angelo Martins Denicoli, nomeado no fim de maio como Diretor de Monitoramento e Avaliação do SUS, fez publicações encorajando o uso da cloroquina, remédio sem comprovação científica contra o coronavírus. Denicoli tem formação em Educação Física, MBA em Economia e Gestão e atuou na Comissão de Desportos do Exército.

"CAMPO DESCONHECIDO"

Pazuello também nomeou três coordenadores distritais de Saúde Indígena que não informam, em seus currículos, experiência na área: o capitão da reserva Gildo Henrique de Azeredo, no Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI) Xavante; o capitão Eloy Angelo dos Santos Bernal, no DSEI Porto Velho; e o coronel da reserva, à frente do DSEI Mato Grosso do Sul. O trio está subordinado ao secretário especial de Saúde Indígena, o coronel da reserva Robson Santos da Silva, nomeado por Luiz Henrique Mandetta, e que se apresentava como consultor em educação a distância.

— Mais importante até do que a formação é a experiência em gestão na área de Saúde, o que não se vê nesses militares. No caso da Saúde Indígena, não estão conseguindo aplicar todas as doses de vacinas destinadas às aldeias. Falta compreensão das políticas públicas — afirmou o infectologista Julio Croda, ex-diretor de Vigilância em Saúde.

O ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão emergiu "incompatibilidade" na trajetória dos militares.

— O departamento de Monitoramento do SUS acompanha indicadores de saúde muito específicos. Já a Atenção Especializada atua em transplantes, com hospitais de excelência e tratamentos como hemodiálise. Os escolhidos foram nomeados para um campo desconhecido para eles.

O Ministério da Saúde disse adotar "critérios técnicos" para as nomeações e que conta com "um corpo técnico de servidores qualificados que mantêm a normalidade das atividades da pasta". (Colaboração Raphaela Ribas)

BRUNO ROSA
E GLAUCIE CAVALCANTI
emerson@oglobo.com.br

O EFEITO COLATERAL DO INTERVENCIONISMO RISCO BOLSONARO DIFICULTA INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

A crise em torno da troca de comando da Petrobras elevou o risco político do plano de concessões e privatizações do governo. Além das dificuldades de colocar as leilões de pé e aprovar os projetos necessários no Congresso, o presidente Jair Bolsonaro gerou mais um obstáculo à atração de investimentos privados na área de infraestrutura ao intervir na estatal para trocar a direção e ao se queixar da política de preços dos combustíveis, avaliando especialistas e consultores empresariais.

Levantamento inédito da Inter.B Consultoria mostra que, em 2020, os investimentos em infraestrutura no país somaram R\$ 124,6 bilhões, o menor patamar desde 2007, quando foi de R\$ 100,8 bilhões. Para Cláudio Frischtak, especialista em infraestrutura à frente da consultoria, o ambiente gerado pela crise na Petrobras — cujas ações caíram mais de 20% só na segunda-feira, com recuperação parcial nos dias seguintes — tende a levar empresas a pisarem no freio dos investimentos: — Toda essa interferência na Petrobras cria uma camada de incerteza entre os investidores, que desaceleraram o seu

processo de decisão de investir. Por isso, no melhor cenário, o ano de 2021 em termos de investimentos empata com 2020, que foi afetado pela pandemia do coronavírus.

Na sexta-feira, o presidente do Banco do Brasil, André Brandão, colocou seu cargo à disposição de Bolsonaro. É mais um resultado da pressão do presidente sobre estatais por motivos políticos. Em janeiro, Bolsonaro quase o demitiu após o anúncio de um plano de demissão voluntária e de fechamento de agências. Foi adiante no caso do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, defenestrado por não deixar de reajustar os preços dos combustíveis

diante da alta da cotação internacional do petróleo. O tema é sensível aos caminhoneiros, parte da base eleitoral do presidente. Deve ser substituído pelo general Joaquim Silva e Luna mesmo depois de a estatal apresentar lucro recorde de R\$ 59,8 bilhões nos três últimos meses de 2020.

INCERTEZA CRESCENTE

Para analistas, o episódio ampliou o clima de incerteza em relação ao governo. Isso pode ter três consequências práticas na infraestrutura: alistar investimentos em uma economia que precisa voltar a crescer e gerar empregos; atrasar a solução, pelo setor privado, de gargalos em áreas como saneamento e transporte, que impactam a vida da população; e reduzir a capacidade de arrecadação do governo com a venda de estatais e leilões de concessões, em meio ao desequilíbrio das contas públicas.

No fim de 2020, o governo anunciou que pretende realizar mais de 50 concessões e renovações de contratos e vender nove estatais em 2021, incluindo Eletrobras e Correios, objetos de uma medida provisória e um projeto de lei para encaminhar a privatização entregues por Bolsonaro na semana passada num gesto para tentar acalmar o mercado.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, estimou que o pacote, no âmbito do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), tem potencial de gerar R\$ 137,5 bilhões em investimentos. Estão incluídos duas dezenas de aeroportos, quase 20 terminais portuários, duas ferrovias, 11 rodovias e a Companhia Docas do Espírito Santo.

A esse volume se somam projetos nos estados, como o da privatização da Cedae, no Rio, que pode gerar R\$ 32,5 bilhões em obras de saneamento. O leilão do 5G, cujo edital foi aprovado na semana passada e deve ocorrer até julho, tem potencial de movimentar até R\$ 35 bilhões, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A maior parte será em obriga-

ção de investimentos pelas teles até 2025.

Os projetos, no entanto, podem ter o impacto econômico reduzido se houver menor interesse dos investidores diante do risco político em estatais ou em áreas reguladas pelo governo. Para Frischtak, a desvalorização de estatais e a piora na classificação de empresas brasileiras por agências de avaliação de risco na semana passada já refletem a maior incerteza entre os investidores. O valor de venda de uma estatal, por exemplo, é afetado. Nas concessões, a tendência é o risco ser especificado, o que joga para baixo o que as empresas estarão dispostas a pagar ao governo em autogaras ou a investir nos projetos de longo prazo, explica Paulo Vicente, professor da Fundação Dom Cabral.

— O governo é visto como risco, o investidor foge de projetos em companhias que tenham o dedo dele, como Petrobras, Banco do Brasil. As empresas de capital misto vão sofrer mais. Nas concessões, em que o governo abre mão do controle e se afasta da tentativa de interferir, o investidor aposta. Mas vai precificar o risco.

André Castellini, sócio da consultoria Bain & Company, vê uma "bandeira amarela" para o investidor: — Ela diz: fique longe de empresas em que o governo tem influência relevante na gestão

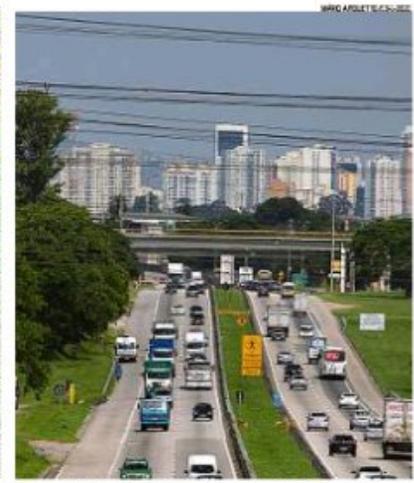
(Colaborou Manoel Ventura)



Energia. Privatização da Eletrobras enfrenta resistências no Congresso



Saneamento. Moradora diante de vala a céu aberto em Casais, área da Cetesb



Rodovias. Via Dutra, entre Rio e São Paulo, terá concessão relicitada este ano

TRÊS CONSEQUÊNCIAS DA DESCONFIANÇA DE INVESTIDORES

1 DESESTÍMULO A NEGÓCIOS EM PLENA CRISE

Em 2020, o Brasil teve a mais alta taxa de desemprego já registrada, de 13,5%, e disparada da dívida pública, que chegou a 89,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Com a crise e o caixa à mingua, o país precisa atrair investimentos privados para voltar a gerar emprego e renda. No ano passado, os investimentos estrangeiros diretos no país caíram 50%, segundo a Unctad, das Nações Unidas. Aquinta maior queda do mundo. O Brasil sempre vai captar investimentos, diz Paulo Vicente, da Fundação Dom Cabral, mas menos do que poderia devido ao ambiente de negócios. É alerta que, se as privatizações não andarem em 2021, terão ainda mais dificuldades de sair em 2022, ano eleitoral.

— Nas últimas pandemia, haverá retomada, não há tantos mercados para investir em infraestrutura no mundo. Temos boas condições aqui, mas o Brasil tropeça nos próprios pés, não faz o dever de casa há 30 anos. Isso reduz o valor captado — diz André Castellini, da Bain & Company, frisa que o que afugenta o investidor se mantém: o país não cresce e o governo é malvisto em práticas ambientais, sociais e de governança: — Após a saída do Salim Mattar (ex-secretário de Desestatização, que deixou o governo em 2020 alegando não conseguir fazer privatizações), muitos investidores desistiram de analisar estatais porque perceberam que não vai acontecer a privatização.

2 ATRASO EM SOLUÇÕES ESTRUTURAIS

Recursos da iniciativa privada são vistos por especialistas como a única saída para corrigir déficits históricos em áreas como saneamento básico. O Brasil tem 35 milhões de pessoas sem acesso à água tratada e metade da população sem coleta de esgoto. As empresas estatais não foram capazes de solucionar isso e, em sua maioria, estão com baixa capacidade financeira para investir, assim como os governos. Aprovado em meados de 2020, o marco legal do setor prevê a universalização dos serviços até 2033 com a abertura à iniciativa privada, mas o ambiente regulatório ainda não é suficiente para as empresas tirarem os projetos do papel. É preciso investir 4,12% do PIB por 20 anos.

— Começamos 2021 com o atraso na modernização de marcos regulatórios. Até nos mais adiantados, como no do saneamento, faltam normativas. No caso do gás, o projeto voltou para a Câmara — diz Cláudio Frischtak, da Inter B, referindo-se à nova regulação, parada no Congresso, que afete a distribuição de gás natural a fim de baixar seu preço para a indústria. Para Carlos Lobo, do escritório de advocacia americano Hughes Hubbard & Reed, é preciso cuidado para que investidores não vejam as mudanças como nebulosas no Brasil: — O governo tem um plano arrojado de privatizações. Não se pode mudar a regra. Isso gera perda de confiança.

3 MENOS FONTES DE RECURSOS PARA O TESOURO

A demora no processo de privatizações afeta o caixa do governo. O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a prometer R\$ 1 trilhão em privatizações no início do governo, que queria usar para abater a dívida pública. Mesmo sem privatizações, estatais mais eficientes geram dividendos para a União. Por outro lado, empresas que não conseguem se sustentar sozinhas e precisam de aportes do Tesouro acabam tirando recursos de áreas essenciais, como saúde e educação. Além disso, perdem valor e o potencial de arrecadação na hora de serem vendidas.

O secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cerd, afirma que as vendas de subsidiárias de estatais já renderam mais de R\$ 200 bilhões desde 2019, citando a privatização da BR Distribuidora e a venda de participações do BNDES em empresas. Ele reconhece, porém, que o processo é lento e lembra que o governo assumiu sem nenhuma empresa pública no Programa Nacional de Desestatizações (PND): — Hoje, estamos estudando cerca de 20 empresas para privatização. Entre a tomada de decisão, começar o estudo e assinar um contrato, são dois anos. E a gente teve que começar isso do zero; 2021 e 2022 serão anos de colheita.

Para ele, ruidos gerados por episódios como a troca na Petrobras não afastam investidores.

MÍRIAM
LEITÃO



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
miriamleitao@oglobo.com.br

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



Um ano depois, a dúvida é sobre nós

Não cabe mais perguntar que governo é este. A resposta está dada. O Brasil chega ao seu pior número diário de vidas perdidas, em um ano de pandemia, com o colapso se espalhando pelos estados, e o presidente Bolsonaro dizendo que a máscara é que é o risco. O que cabe agora é tentar saber que país é este. Quem somos nós? De que matéria somos feitos? O futuro perguntará aos contemporâneos dessa tragédia o que fizemos. Enquanto os brasileiros morriam, o inimigo avançava impiedosamente e o governo era sócio da morte.

No dia das 1.582 vidas perdidas, ou da queda de cinco Boeings, como comparou o

cientista Miguel Nicolelis, qual era a cena no Brasil? A Câmara dedicava horas seguidas à emenda que protege os parlamentares dos crimes que vierem a cometer. O Senado debatia a retirada do financiamento da Saúde e da Educação. Por serem pontos tão absurdos, as duas Casas ensaiaram recuos. E o presidente da República? Ele, como fez todos os dias desse último ano, na sua macabra mesmice, atirou contra a saúde dos brasileiros. Desta vez, dizendo que uma universidade alemã tem um estudo que prova um tal risco do uso de máscaras em crianças. Sempre assim, negando as provas da ciência, falando de algum suposto remédio. Sempre mentindo, o presidente do Brasil.

Bolsonaro nós sabemos quem é. Ele quer que haja armas e munições, quando precisamos de leitos e vacinas. Ele exhibe desprezo pela vida, quando precisamos de empatia e conforto diante desse luto vasto e irremediável. O luto dos enterros sem flores, sem abraços, sem consolo. Contamos nossos mortos numa rotina fúnebre e interminável. O presidente conta as armas com as quais os seus seguidores vão nos ameaçar se eventualmente reagirmos.

Quem somos nós? O futuro nos perguntará, e é preciso que o país saiba que terá de responder que, mais uma vez, fomos o povo que tolerou o intolerável. Como na escravidão, no

genocídio dos índios, na ditadura, na desigualdade, temos aceitado a afronta, a vilania, a infâmia. Castro Alves pode fazer de novo a pergunta: que bandeira é esta?

Esta é a nossa contemporaneidade. Lembra os nossos piores passados. É tão longo o suplício que perdemos as palavras. Não há palavras fortes o suficiente para definir o que vivemos. O presidente comete crimes diariamente. A

O futuro perguntará aos contemporâneos desta tragédia o que fizemos.

Diante da História, diremos que toleramos o intolerável

Eles sabem o que temos feito aqui e o que temos aceitado. E não entendem. Caminhamos para o risco de colapso nacional, de falência múltipla dos órgãos de saúde do país. Só agora, alguns estados falam em lockdown. Antes, havia no máximo uma restrição de circulação à noite, como se o vírus fosse noturno e dormisse de dia. Vários países começam a comemorar queda dos contágios, internações e mortes. Comprovam vantagens do distanciamento social, das vacinas e do uso de equipamentos de proteção. O

presidente diariamente passeia, diletante, pelo país, com seu séquito de homens brancos sem máscaras, com os quais exerce o poder, oferecendo-lhes migalhas do seu mandonismo. São os invertebrados de Bolsonaro.

O médico Ricardo Cruz escreveu para Denise, sua mulher, "prepare-se para o pior". O pior chegou para a sua família e para o país. Ricardo Cruz era amado por seus colegas e pacientes. Organizou um centro de reflexão sobre as angústias que vivemos neste século e o batizou de "humanidades". O último recado digitado por ele, mostrado por este jornal em brilhante reportagem, é um alerta vivo. Estamos no pior momento. Despreparados.

O presidente da República mente diariamente, e as mentiras estão nos matando. Bolsonaro não se interessa por pessoas, mas por perfis das redes, inúmeros deles falsos. Em colunas passadas, fiz a lista dos crimes cometidos por Bolsonaro e aponte artigos e incisos das leis que ele afrontou. Mas isso o país já sabe. Alguém sempre diz que não existem as condições políticas para um impeachment. E os milhares de mortos que enterramos? Quantos deles teriam sido poupados se fosse outro o governo do Brasil? Não cabe mais perguntar que presidente é este. O país não pode alegar desconhecimento. Cabe fazer uma pergunta mais dura. Quem somos nós?

Opinião do GLOBO

Bolsonaro repete erro atávico do Brasil na Petrobras

Satisfazer aos desejos do presidente significa retrocesso nos lucros e uma conta alta a pagar no futuro

No mesmo dia em que a Petrobras divulgava um balanço com números auspiciosos para os acionistas, o presidente Jair Bolsonaro, que dias antes demitira o presidente da estatal, afirmou que qualquer empresa pública precisa ter “visão social”. No início da semana, já tinha soltado, na porta do Palácio da Alvorada, um “o petróleo é nosso ou de um pequeno grupo?”, fazendo eco ao slogan varguista na criação da empresa.

Em ambas as manifestações, Bolsonaro repete o erro atávico do populismo, que amaldiçoa há décadas o petróleo no Brasil. Esqueçamos, por um momento, que o objetivo de Bolsonaro com a intervenção é subsidiar combustíveis para agradar caminhoneiros de sua base eleitoral. Numa leitura benigna, expressões como “visão social” ou “petróleo é nosso” traduzem a noção de que a empresa existe para oferecer preços baixos ao consumidor. Daí a intervenção para extirpá-los da variação externa e da cotação do dólar. Quando presidente, Dilma Rousseff, do PT tão odiado pelo bolsonarismo, fez o mesmo para tentar conter a inflação.

Sucedede que, embora nem todo brasi-

leiro seja consumidor direto dos produtos da Petrobras como os caminhoneiros, todos nós somos acionistas dela por intermédio da União. Qualquer intervenção que reduza a lucratividade da empresa resulta necessariamente em desvalorização desse patrimônio. Não é o petróleo que é nosso. É a empresa que o extrai, refina e distribui.

A intervenção de Dilma fez a Petrobras acumular prejuízos que resultaram numa dívida de US\$ 100 bilhões, recorde mundial. Só não quebrou porque a gestão de Roberto Castello Branco tapou o rombo vendendo ativos e resgatou a rentabilidade. A intervenção de Bolsonaro — a tal “visão social” que prefere usar o lucro para subsidiar combustíveis — custou mais de R\$ 90 bilhões em valor de mercado num só dia. Cedo ou tarde, a Petrobras terá de se recapitalizar com recursos dos acionistas. Quem é o principal deles? Somos nós, contribuintes brasileiros, que pagaremos a conta. Sem garantia de que, também como no passado, não sejamos surpreendidos por tarifas.

Castello Branco, que será trocado em março pelo general Joaquim Silva e Luna, apresentou o balanço da Petrobras com lucro recorde de quase R\$ 60 bi-

lhões no quarto trimestre. Usava uma camiseta com o slogan “mind the gap”, usado no metrô de Londres para chamar a atenção ao vão entre a plataforma e o trem. Foi um recado a Bolsonaro para evitar defasagens entre os preços internos de combustíveis e os externos.

Não se trata de mero capricho liberal. Preços são sinais fidedignos do valor real das mercadorias e serviços. Manipulá-los provoca efeitos negativos em toda a economia, a começar pela cadeia do setor de petróleo. Se o preço do transporte rodoviário tivesse seguido seu valor de mercado ao longo das décadas, dificilmente o Brasil seria tão dependente dos caminhões, cujo custo ainda se estende à poluição que contribui para deteriorar o clima terrestre.

Nada há de intrinsecamente “social” na visão de Bolsonaro. Está apenas errada. Como estavam errados Dilma e o caudilho venezuelano Hugo Chávez. Militar como Bolsonaro, Chávez assumiu o governo da Venezuela em 1999 e expropriou a estatal de petróleo PDVSA quanto pôde. Até a democracia se transformar na ditadura de Maduro. A Venezuela é hoje um dos países mais miseráveis do planeta. É nesse vão que o Brasil não pode escorregar.

MEC deveria ter atuado com estados e municípios na inclusão digital

A pandemia não explica por que o ministério fez, em 2020, o menor gasto da década com ensino básico

Com Milton Ribeiro como ministro, o MEC saiu do centro da ruidosa “guerra cultural” movida pelo antecessor, o historiônico Abraham Weintraub, contra tudo o que considerasse de esquerda. A nova administração guarda, ao lado do silêncio, a marca da inércia. Relatório da ONG Todos pela Educação sobre 2020 constata que a verba do ministério para a carente educação básica, de R\$ 42,8 bilhões, foi a menor em dez anos. Mesmo assim, o MEC gastou apenas R\$ 32,5 bilhões, logo no ano de pandemia, quando diversos investimentos eram necessários para tornar viável o ensino remoto.

Ribeiro, pastor da Igreja Presbiteriana, ligado à Universidade Mackenzie, falhou ao não ter colocado o MEC para coordenar de forma ampla ações com estados e municípios para ajudar os alunos de baixa renda que não tinham condições de assistir às aulas remotas. O gerente de Estratégia Política da ONG, Lucas Hoogerbrugge, lembra que o ministério tem como repassar re-

ursos com fins definidos. Poderia ter feito isso de maneira decisiva no ano passado. Noutras palavras, poderia ter feito política pública.

O ministro rejeita as críticas. Mas é difícil explicar por que, de acordo com Hoogerbrugge, o MEC só tenha repassado recursos às escolas nos últimos meses do ano, para que se preparassem para a volta às aulas durante a pandemia. Foram R\$ 670 milhões, cerca de R\$ 17 por aluno. O dinheiro chegou tarde, diz ele, e não era suficiente para os gastos necessários, como formação e contratação de professores, aquisição de equipamentos de proteção individual e adaptação da infraestrutura.

Não é desconhecido o efeito social nocivo da dificuldade de inclusão digital durante a pandemia. O apagão pedagógico atingiu principalmente as crianças e jovens mais pobres, matriculados na rede pública de ensino. De acordo com o IBGE, mais de 6 milhões chegaram ao fim do ano sem aulas. A pesquisa “Perda de aprendizado no Brasil durante a pandemia de

Covid-19 e o avanço da desigualdade social”, do economista André Portela de Souza, da Fundação Getúlio Vargas, calcula ter havido em 2020 uma perda de aprendizagem de até 72% em relação ao que os estudantes teriam aprendido em condições normais, nos anos finais do ensino fundamental e do médio. Nesse limite perto dos 70%, encontram-se sobretudo os alunos mais pobres.

A redução dos gastos com o ensino básico, um dos resultados da omissão do MEC como coordenador de ações junto a estados e municípios, fez com que o ministério remanejasse entre outras pastas mais de R\$ 1,1 bilhão, reservado para esse ciclo de aprendizagem. Receberam dinheiro os ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Regional e de Minas e Energia. Pode-se considerar que o fechamento das escolas durante 40 semanas tenha reduzido bastante a demanda por recursos do MEC. Mas o que faltou mesmo foi iniciativa do ministro, como demonstra o relatório do Todos pela Educação.

Imposto zerado é ‘risco para estabilidade’, diz Barroso

Ministro do STF critica isenção de taxa para importação de revólveres e pistolas. Medida está suspensa por liminar de Fachin

CAROLINA BRÍGIDO
carolina@stf.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), vê “risco para a estabilidade democrática” e também para a segurança pública na medida adotada pelo presidente Jair Bolsonaro de zerar a alíquota para a

importação de armas de fogo. Uma resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) isentou a taxa para importação de revólveres e pistolas. A mudança valeria a partir deste ano, mas uma liminar do ministro Edson Fachin derrubou a medida, devolvendo a alíquota de 20% às operações.

A posição de Barroso foi

manifestada no julgamento dessa liminar, no plenário virtual. Na sequência, o ministro Alexandre de Moraes pediu vista para examinar melhor o assunto. Não há previsão de quando o tema voltará a julgamento.

No voto, Barroso disse que há “falta de razoabilidade proporcionalidade na renúncia tributária em mo-

mento de grave crise sanitária, econômica, social e, muito notadamente, fiscal”.

POTENCIAL LESIVO

Barroso também afirmou que há risco para a segurança pública. “A facilitação à aquisição de armamento importado sofisticado, em conjuntura de crise social, desemprego e privações, é

potencialmente lesiva à segurança pública. De fato, ainda que importadas legalmente, não é inteiramente controlável o perigo de irem parar em mãos erradas, vindo a ser utilizadas para a prática de crimes com violência ou grave ameaça”.

Por fim, o ministro ponderou que a medida traz risco para a estabilidade democrá-

tica. “A formação de grupos paramilitares armados faz parte, tragicamente, da experiência da América Latina, do que são exemplos vicissitudes vividas por países como Colômbia, Venezuela e México. Essas forças paramilitares, altamente equipadas, violam, grave e violentamente, os direitos de toda a população, privando-a de condições essenciais à vida, de liberdades fundamentais e da participação efetiva no processo democrático, além de inviabilizarem o controle de legitimidade da atuação estatal”, escreveu.



‘Governador que fechar seu estado deve pagar auxílio’, diz Bolsonaro

DANIEL GULLINO E GUSTAVO MAIA
sociedade@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Um dia depois do recorde de óbitos em 24 horas por Covid no país, o presidente Jair Bolsonaro, sem usar máscara, provocou aglomerações em dois eventos no Ceará. Ao visitar obras na BR-222, em Fortaleza, atacou governadores que adotam medidas para dimi-

nuir a circulação do vírus, como a de fechar o comércio não essencial, e afirmou que eles deveriam pagar o auxílio emergencial.

Depois, disse que os governadores fazem política.

— O auxílio emergencial vem por mais alguns meses. E, daqui para a frente, o governador que fechar seu estado, o governador que des-

trói emprego, ele é que deve bancar o auxílio emergencial. Não pode continuar fazendo política e jogar no colo do presidente da República essa responsabilidade.

Em Tianguá, onde assinou ordens de serviço de obras federais, Bolsonaro declarou que “o povo não consegue mais ficar dentro de casa”, e sugeriu a seus opositores que

vão “para o meio do povo”.

— Aos políticos que me criticam, sugiro que façam o que eu faço. O que eu mais ouvi por aqui é: “presidente, eu quero trabalhar”. O povo não consegue mais ficar dentro de casa. O povo quer trabalhar. Esses que fecham tudo e destroem empregos estão na contramão daquilo que seu povo quer.

O governador do Ceará, Ca-

milo Santana (PT), não foi aos eventos com Bolsonaro “diante da real possibilidade de muitas aglomerações”, e afirmou que não poderia “compactuar com um grave equívoco”.

ENQUETE EM VEZ DE ESTUDO

Anteontem, Bolsonaro citou estudo de universidade alemã sobre supostos efeitos colaterais do uso de má-

scara por crianças. Sem mostrar fontes ou apresentar dados, disse que a alegada pesquisa concluiu que as máscaras causam reações como irritabilidade, dor de cabeça e dificuldade de concentração, mesma ordem que consta em enquête on-line feita pela Universidade de Witten/Herdecke, em outubro do ano passado. O resultado foi classificado como enganoso, limitado e parcialmente falso por órgãos de checagem e cientistas.



DE SAÍDA

Presidente do BB avisa ao governo que quer deixar o cargo



À direita, o presidente do Banco do Brasil, André Brandão, entrou em rota de colisão com o governo ao propor fechar agências. Segundo fontes, executivo temia passar pelo desgaste visto na Petrobras

GERALDA DOCA, RUSARA SOARES
E JÓLIO SOBRINA NETO
em um almoço com o
ministro da Saúde

Após entrar em atrito com o Palácio do Planalto, o presidente do Banco do Brasil, André Brandão, colocou ontem o cargo à disposição do presidente Jair Bolsonaro. O executivo se desgastou com a ala política do governo após anunciar, em janeiro, um plano para fechar agências bancárias em todo o país para enxugar gastos.

A decisão de Brandão de deixar o posto foi tomada uma semana depois de Bolsonaro anunciar, pelas redes sociais, que trocaria o comando da Petrobras, em um movimento considerado por analistas uma

intervenção na estatal. Segundo fontes, ele temia passar por situação semelhante ao entrar em rota de colisão com os planos do presidente.

Em fato relevante — comunicado oficial destinado aos agentes do mercado financeiro —, o BB informou que não houve pedido de renúncia por parte do presidente da instituição. A nota diz ainda que “fatos adicionais, julgados relevantes, serão prontamente divulgados ao mercado”.

Fontes a par das negociações, no entanto, confirmam que Brandão avisou o governo de seu desejo de deixar o posto.

No mercado financeiro, as ações ordinárias (com voto) do Banco do Brasil reagiram

e encerraram o pregão com queda de 4,92%.

— As ações do BB já vinham estressadas desde janeiro, quando o presidente Jair Bolsonaro ameaçou demitir Brandão. Depois veio a substituição do presidente da Petrobras. A credibilidade do governo fica em cheque, e a percepção de risco do país aumenta — resume Gustavo Bertotti, economista-chefe da Messer Investimentos.

Diferentemente da Petrobras, onde cabe ao Conselho de Administração eleger ou destituir o chefe da empresa, a troca de comando no BB depende apenas de um ato de Bolsonaro. O estatuto da instituição financeira prevê que o presidente da estatal é “no-

meado e demissível” pelo presidente da República. O nove indicado, no entanto, ainda precisa passar por uma análise de currículo, como na petroleira.

COTADOS PARA O CARGO

Segundo fontes do Palácio do Planalto, integrantes do governo pediram que o executivo fique à frente do BB por mais algum tempo, até que se encontre um substituto.

Entre os nomes cogitados para substituir Brandão estão o presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, e o secretário-executivo do Ministério da Cidadania, Antônio Barre-

to. Uma solução interna também não é descartada.

Número dois da pasta desde a gestão do ex-ministro Ciro Lorenzoni, Barreto já sinalizou a interlocutores que tem interesse no cargo. A ele é atribuído parte do sucesso da operação do auxílio emergencial, o que o ajudou a ganhar prestígio no Planalto e se aproximar do presidente da Caixa, Pedro Guimarães, embora não seja próximo de Bolsonaro. Apesar de cotado para chefiar o banco, é possível que ele fique com a vice-presidência de Agromercado e Comércio.

No início da semana, Brandão se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, quando manifestou descontentamento em permanecer no car-

go, depois dos rumores de que Bolsonaro queria substituí-lo. Ele também se encontrou com Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central (BC), um dos responsáveis por sua indicação para comandar o BB. No sábado, Bolsonaro disse que, depois de anunciar que Roberto Castello Branco seria substituído pelo general Joaquim Silva e Luna no comando da Petrobras, o governo faria mais mudanças no alto escalão.

AUSÊNCIA EM EVENTOS

De acordo com interlocutores, Brandão cumpria agenda na instituição normalmente, tentando demonstrar tranquilidade à equipe. No entanto, o clima no banco era de apreensão e incerteza. A pessoas próximas, ele teria se queixado de que perdera as condições de executar o seu trabalho. Na quinta-feira, o presidente do BB faltou ao jantar que a Febraban promoveu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e não compareceu à cerimônia de sanção da autonomia do BC, realizada no Palácio do Planalto.

A situação de Brandão está delicada desde janeiro, quando ele anunciou um plano de reestruturação do banco, com o fechamento de 361 agências em vários municípios e programa de demissão voluntária.

A medida desagradou a Bolsonaro, que pediu a cabeça do executivo. Mas a demissão não se concretizou. O presidente fora alertado que a União poderia ser responsabilizada pelos acionistas minoritários se houvesse prejuízo ao banco.

Brandão costuma passar o início da semana na capital federal e viajar para São Paulo, onde mora a família, às quintas-feiras. Executivo de mercado, tendo feito carreira no exterior no HSBC, é chamado de “gringo” nas rodas de conversas no Palácio e não se enturmou em Brasília.

No mercado financeiro, a Bolsa leucou em baixa de 1,98%, aos 110.035 pontos. O dólar encerrou os negócios a R\$ 5,60, maior patamar desde 4 de novembro, em um dia de alta da moeda americana no exterior. O BC interveio com dois bilhões de venda de dólar à vista, um deles com US\$ 740 milhões, eo segundo com US\$ 805 milhões.

Sem PEC, ala política avalia liberar auxílio sem ajuste

Plano B seria repetir flexibilização de regras fiscais do ano passado, o que representaria derrota para o ministro Paulo Guedes

GERALDA DOCA
para análise após o
voto

Diante do agravamento da pandemia, a ala política do governo prepara um plano B caso a proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre caminho para a prorrogação de auxílio emergencial não avance no Congresso.

A estratégia é repetir o que foi feito no ano passado, quando o Executivo inicialmente contou com o aval do Supremo Tribunal Federal (STF) e, em seguida, editou um decreto de calamidade pública combinado à criação do chamado Orçamento de Guerra para liberar gastos para o enfrentamento da doença sem amarras fiscais.

Caso a proposta alternativa avance, vai se configurar uma derrota para a equipe econômica, que defende que a nova rodada de benefício social só seja aprovada junto com medidas que sinalizem controle das contas públicas.

PRAZO ATÉ SEMANA QUE VEM

O ministro da Economia, Paulo Guedes, cedeu ao não atrelar os repasses a cortes imediatos de despesas, mas batalha para que o Legislativo aprove mudanças constitucionais que sinalizem responsabilidade fiscal à frente, como a previsão de que, caso o governo precise voltar a tomar ações emergenciais no futuro ou estoure limites, possa acionar medidas como o congelamento

de salários de servidores. Guedes já havia indicado a interlocutores que até avaliaria deixar o cargo caso percebesse que a agenda de controle de gastos havia sido abandonada.

Segundo uma fonte envolvida diretamente nas discussões, o prazo está ficando cada vez mais apertado, e caso a PEC não seja aprovada na semana que vem, pelo menos no Senado, e na seguinte na Câmara, o plano B deve ser acionado.

A ala política do governo pressiona pela edição de uma medida provisória a fim de iniciar o pagamento do auxílio em 15 de março. Contudo, a principal aposta ainda é no plano A, que seria a aprovação da proposta,

que permitiria o acionamento da calamidade com contrapartidas fiscais caso haja uma terceira onda da pandemia. O projeto também trata de um novo arcabouço jurídico para as centas públicas no Brasil, incluindo as diretrizes para criar uma meta de endividamento de longo prazo, que ainda precisaria ser regulamentada por meio de lei.

VALOR AINDA EM ESTUDO

O Ministério da Cidadania aguarda uma definição para começar a redigir e beneficiar o sistema. Existem três cenários, que incluem valores de R\$ 200, R\$ 250 e R\$ 300, em três e quatro parcelas. Embora o presidente Jair Bolsonaro tenha falado em

quatro parcelas de R\$ 250, isso ainda não está definido. Uma alternativa a essa proposta poderia ser a liberação de três pagamentos de R\$ 300, por exemplo.

Apesar da recente alta no número de casos, o governo avalia que, até julho, a pandemia terá perdido força com a vacinação e a expectativa de que pessoas que se contaminaram desenvolveram imunidade ao vírus. A perspectiva, e então, é que as pessoas possam sair para trabalhar, o que vai contribuir para a retomada da economia.

Para a nova rodada do auxílio, o governo pretende ser mais rigoroso ao localizar a ajuda na população mais vulnerável. Para isso, o primeiro requisito a ser seguido será a

renda per capita, que poderia ter como critério rendimento por pessoa da família de até R\$ 600 ou de meio salário mínimo (R\$ 550), ainda a definir. Ao mesmo tempo, a renda familiar total teria limite de R\$ 3,3 mil. Uma família de três pessoas com essa renda não passaria no cadastro. Já outra com dez pessoas morando na mesma casa, por exemplo, seria aprovada.

Na média, o governo trabalha com um critério para atender domicílios com renda per capita entre R\$ 230 e R\$ 300. O benefício também deverá ser pago a apenas um membro da família e não mais para até dois, como foi no ano passado. A cota dupla para mulheres com filhos está em avaliação. Pessoas que tenham patrimônio ou dependentes de declarantes de Imposto de Renda não serão autorizadas a receber o auxílio, além de outros critérios, como receber outro benefício do governo ou ter emprego com carteira

CARLOS
GÓES



oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br



A nova economia do salário mínimo

Em janeiro de 1987, o New York Times publicou um editorial afirmando que o salário mínimo correto seria "US\$ 0,00". Por mais estranho que possa parecer, o editorial refletia aquilo que era uma visão padrão entre economistas nos anos 1980.

A visão então prevalente se baseia numa lógica razoável: com maiores custos, empregadores estão dispostos a contratar menos trabalhadores. Ao mesmo tempo, com salários maiores, mais pessoas estão dispostas a trabalhar. Haveria, portanto, um salário de equilíbrio em que a quantidade de trabalhadores e de empregos disponíveis seriam próximas: onde oferta e demanda por trabalho se encontram.

Nesse modelo, um salário mínimo acima do ponto de equilíbrio aumentaria o desemprego, pois passaria a haver mais pessoas querendo trabalhar do que vagas demandadas.

Nem tudo que é logicamente razoável, contudo, é verdadeiro. E a compreensão do salário mínimo entre economistas mudou por causa de estudos empíricos que demonstraram que esse modelo não é uma boa descrição da realidade.

Em 1994, os economistas David Card e Alan Krueger publicaram um estudo em que comparavam os salários de trabalhadores em cidades ao longo da divisa de dois estados. Um estado aumentou o salário mínimo, enquanto o outro o manteve constante. Ou seja, o novo salário mínimo só valia em uma parte da cidade. Ao contrário do previsto pela teoria descrita acima, não se observou redução relativa de emprego no lado da divisa onde ocorreu o aumento. Posteriormente, três economistas ampliaram essa comparação para todos os aumentos de salário mínimo estadual entre 1990 e 2006. A conclusão: aumentos levaram a um ganho de poder de compra para os trabalhadores sem causar um aumento significativo do desemprego.

O que estava errado no consenso anterior? Faltava levar em consideração fricções no mercado de trabalho. Por exemplo, há custos tanto para um trabalhador conseguir um emprego

quanto para uma empresa recrutar um trabalhador qualificado. Os empregos, portanto, geram valor para ambas as partes —valor este que é dividido conforme o poder de barganha de empresas e trabalhadores. Em mercados em que os trabalhadores têm menos opções, as empresas têm mais poder de mercado.

Nesse cenário, um salário mínimo equilibra a relação de forças entre empresas e trabalhadores e aumenta sal-

O novo consenso é que um salário mínimo moderado pode elevar renda sem destruir empregos

lários sem reduzir empregos. Os beneficiados são os grupos com menor poder de barganha institucional. Por exemplo, as economistas El-lora Derenoncourt e Claire Montialoux demonstraram que o salário mínimo contribuiu para a redução da desigualdade salarial entre negros e brancos nos EUA.

Obviamente, nem tudo são flores. O fato de não haver perda líquida de empregos não significa que ninguém perca o emprego. Há sempre perdedores e ganhadores. A evidência indica que trabalhadores com pouca experiência tendem a ser substituídos por aqueles com mais experiência. Uma forma de tentar minimizar esse problema é fazer como o Reino Unido e adotar salários mínimos menores para jovens e aprendizes.

Além disso, apesar de o salário mínimo ideal não ser zero, ele tampouco é infinito. Se o salário mínimo for alto demais, os esperados efeitos de desemprego passam a vigorar. E o que é "alto demais"? Normalmente, compara-se o salário mínimo com o salário mediano ou médio de um país ou região. A evidência disponível indica que salários mínimos entre 1/2 e 2/3 do salário médio têm poucos efeitos sobre o emprego.

Como está essa relação no Brasil? Depende de qual Brasil. O novo salário mínimo, de R\$ 1.100, é 41% do salário médio no Sudeste, mas 67% no Nordeste. É possível que um salário mínimo seja alto demais para algumas partes do país e muito baixo para outras. A depender do valor, ele pode contribuir para reduzir a desigualdade, mas também para aumentar a informalidade. Por isso, seria importante incorporar uma perspectiva local, com um papel mais ativo de cidades e estados, nas discussões futuras sobre o salário mínimo.

Hoje, o novo consenso é que salários mínimos moderados podem aumentar renda sem destruir empregos. Mas, para que isso aconteça, é importante sempre pensar contextualmente. A nova economia do salário mínimo conta duas histórias paralelas: como o consenso científico pode evoluir à luz de evidência de melhor qualidade; e como isso pode influenciar positivamente a construção de políticas públicas mais bem informadas.

Desemprego sobe a 13,5%, maior taxa já registrada

Pandemia provocou crise sem igual no mercado de trabalho em 2020, e faltou emprego para 31,2 milhões de brasileiros. Analistas projetam que indicador supere 15% já nos próximos meses, devido ao aumento de casos de Covid-19

CAROLINA NALIN
carolinanalin@oglobo.com.br

A crise no mercado de trabalho provocada pela pandemia fez o país terminar 2020 com uma taxa média de desemprego de 13,5% — o pior resultado da atual série histórica, iniciada em 2012 e acima de 13% pela primeira vez. No ano anterior, ficara em 11,9%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), divulgada ontem pelo IBGE.

O país fechou o ano com recorde de 13,4 milhões de pessoas na fila por um emprego. Se considerados os subocupados, que são os que trabalharam menos horas do que poderiam, e os que estavam disponíveis para trabalhar, mas não procuravam uma vaga, a conta sobe para 31,2 milhões, o maior patamar já registrado.

As medidas de distanciamento social paralisaram temporariamente algumas atividades, o que também influenciou na decisão das pessoas de procurar trabalho. Com o relaxamento dessas medidas ao longo do ano, um maior contingente de pessoas voltou a buscar uma ocupação, pressionando o mercado de trabalho — explica Adriana Berinçuy, gerente da pesquisa.

E a situação deve piorar neste início de ano, com o agravamento da pandemia, e especialistas projetam uma taxa acima de 15% em breve. Lisandra Barben, economista da XP Investimentos, prevê que a taxa de desemprego suba no primeiro trimestre e atinja o pico de 15,8% em maio.

A partir de junho, a taxa deve começar a arrefecer por conta da gradual recuperação do setor de serviços.

MENOS 7,3 MILHÕES DE VAGAS

Em relatório, a Genial Investimentos projeta que a taxa de desemprego chegue a 15,3% já em março. De acordo com a corretora, o agravamento da pandemia dificulta a retomada da economia. A Genial estima que a população ocupada só retorne ao nível pré-pandemia no primeiro semestre de 2022.

O número de desalentados, os que desistiram de procurar trabalho por terem ficado muito tempo sem conseguir uma vaga, alcançou 5,5 milhões em 2020, alta de 16,1% em relação ao ano anterior. É o maior contingente da série anual da pesquisa.

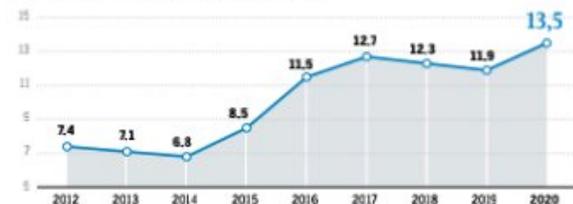
Lisandra explica que o desalento foi o maior pelo medo da população de contrair o vírus, somado às restrições de mobilidade, além do pagamento do auxílio emergencial, que deu suporte às famílias para que elas pudessem ficar em quarentena.

Segundo ela, a tendência é que o número de desalentados continue alto este ano, mas desacelere com o avanço da vacinação e a conclusão do pagamento da nova rodada do auxílio emergencial.

O ritmo de recuperação será uma resultante de quando veremos a pandemia melhorar e de até quando será pago o auxílio. A tendência é que o auxílio chegue a um contingente menor e acabe no meio do ano, e as pessoas terão de voltar à força de trabalho.

O impacto da crise pode ser medido pelo fecha-

TAXA DE DESOCUPAÇÃO ANO A ANO (%)



Fonte: IBGE

Editoria de Arte

mento de vagas. Em apenas um ano, 7,3 milhões de postos de trabalho sumiram. No mercado formal, foram eliminadas 2,6 milhões de vagas em 2020, um recorde.

Já o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registro do emprego com carteira, ficou positivo em 2020, com criação de 142 mil vagas. Mas são levantamentos diferentes: o Caged é um registro administrativo informado pelas empresas, enquanto o IBGE entrevista os trabalhadores

diretamente. É um dos motivos para a diferença.

O trabalho doméstico foi o que mais escolheu na crise: 5,1 milhões de trabalhadoras a menos, queda histórica de 19,2%. Entre os custos próprios, a redução foi de 1,5 milhão. Até o total de empregadores recuou: 8,5%.

Com isso, a população ocupada saiu do maior patamar da série, de 93,4 milhões em 2019, para menor nível, 86,1 milhões no ano passado. Pela primeira vez na série anual, menos da metade da população em idade para trabalhar es-

tava ocupada no país. O nível de ocupação ficou em 49,4%.

— Foi uma queda bastante acentuada e em um período muito curto — diz Adriana

Ludmilla Tosoni, de 38 anos, perdeu sua fonte de renda quando a pandemia chegou. Analista de ouvidoria em uma seguradora há mais de dez anos, entrou para as estatísticas do desem-

prego do país em março do ano passado.

Ela chegou a investir em um delivery de culinária afro-brasileira, mas conta que, com a pandemia, também ficou mais difícil abrir seu próprio negócio. Ludmilla se segurou com o dinheiro do FGTS e outras reservas, mas já pensa em se mudar para equilibrar o orçamento.

— Mesmo no Centro de Rio, o custo de vida é altíssimo. Já estou pensando em me mudar por causa disso e de aluguel.

No trimestre encerrado em dezembro, a taxa de desemprego ficou em 13,9%. O número é melhor que o dos três meses anteriores, de 14,6%, a maior para um trimestre. Mas, frente ao mesmo período de 2019, quando a taxa ficou em 11%, houve alta significativa.

Adriana, do IBGE, afirma que é preciso aguardar o resultado dos próximos meses para saber

Nagardemia. Ludmilla foi cercada

como será a reação do mercado de trabalho diante da piora da pandemia:

— Recuperamos 3,4 milhões de população ocupada (no trimestre encerrado em dezembro), mas não o suficiente para repor tudo que se perdeu. Vivemos de perdas muito profundas.

RENDA DA POPULAÇÃO CAIU

Para Luka Barbosa, economista do Itaú Unibanco, a reação virá da informalidade.

— Aumentará no primeiro trimestre o número de pessoas procurando emprego, mas, de imediato, esses trabalhadores passarão a vender algo ou atuar como motorista de aplicativo, por exemplo. Isso significa que essas pessoas voltam a procurar emprego, mas também voltam a ter trabalho.

Com a crise, o rendimento médio per capita da população encolheu 4,1%, para R\$ 1.380. Em 13 estados, foi menor que salário mínimo, que em 2020 era de R\$ 1.045. No Maranhão, chegou a R\$ 676.

Colaborou Bernardo Yoneshigue, sob a supervisão de Danielle Nogueira



Domingo todas as lojas do Guanabara abertas até as 14h. (Exc. Barra, São Gonçalo e Campo Grande - Estr. Rio do A, até as 18h.)

SUPERMERCADOS GUANABARA

Tudo por você!

Promoção válida para os produtos neste sábado, 27/02/2021, enquanto durarem os nossos estoques.



Dívida pública chega ao maior patamar da história

Em janeiro, proporção atinge 89,7% do PIB. Um dos fatores que vão influenciar trajetória no ano é definição do auxílio emergencial

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A dívida pública subiu para 89,7% do PIB em janeiro, crescimento de 0,5 ponto percentual em relação ao mês anterior, de acordo com o Banco Central (BC). É o maior patamar da série histórica iniciada em dezembro de 2006.

Segundo o BC, os principais fatores para o aumento

da dívida foram a incorporação dos juros nominais e a desvalorização do real.

Durante 2020, o endividamento subiu por causa das despesas para enfrentar a Covid-19, como investimento em saúde e pagamento do auxílio emergencial.

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, projeta que a relação dívida/PIB continu-

ará a crescer durante o ano e terminará 2021 em 92,7%. A projeção indica que ela deve atingir 100% do PIB entre 2027 e 2028.

Álvaro Frasson, economista do BTG Pactual digital, diz que o mais importante é avaliar o perfil da dívida, incluindo prazos de pagamentos e taxas.

—O que aconteceu no Brasil ao longo de 2020, e a gente ainda herdamos, é que o encur-

tamento do prazo de pagamento ocorreu de uma forma muito significativa. Na média, tínhamos 3,3 anos para pagar dívida, e agora 2,4 anos. A Selic (taxa utilizada como base para remuneração de títulos públicos) caiu muito, mas agora vai voltar subir, isso vai piorar o resultado — explicou.

Ao contrário da IFI, o BTG Pactual digital estima redução na relação dívida/PIB

para 87,5% durante o ano, em razão do crescimento da atividade econômica mais adiante, com impacto positivo na arrecadação.

Ainda existem muitas incertezas quanto às despesas do governo este ano que podem contribuir para o aumento do endividamento. Um deles é o futuro do auxílio emergencial. Na quinta-feira, o presidente Jair Bol-

sonaro prometeu quatro parcelas na nova fase do benefício, de R\$ 250, o que deve ser um fator de crescimento da dívida brasileira.

A economista-chefe da Veedha Investimentos, Camilla Abdelmalack, afirmou que o pagamento de novas parcelas pode contribuir para o aumento da dívida, mas ressalta que o problema é estrutural, pois as contas públicas já vinham em situação ruim antes da Covid:

—O auxílio emergencial se tornou um problema para as contas públicas justamente por não conseguirmos aprovar reformas que melhorem a condução do Orçamento.

Leilão do 5G vai movimentar R\$ 35 bilhões, estima Anatel

Capitais vão receber primeiro a nova tecnologia da telefonia móvel. Ministro das Comunicações avalia que leilão será feito até o fim de julho deste ano

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estima em até R\$ 35 bilhões o custo das faixas de frequência do leilão da quinta geração de telefonia celular, o 5G. O presidente do órgão, Leonardo Euler de Moraes, afirmou ontem que a maior parte desse valor será destinada a obrigações de investimentos. Ou seja, grande parte do recurso não irá para o caixa da União.

A agência aprovou o edital na noite de quinta-feira. O documento agora segue para análise do Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com o ministro das Comunicações, Fábio Faria, a previsão é fazer o leilão até o fim de julho deste ano.

— Em relação aos cálculos preliminares, que passarão pelo crivo do TCU, considerando esses ativos sem qualquer tipo de obrigações, o custo de oportunidade deles, caso não tivesse contrapartidas, estimamos em R\$ 33 bilhões a R\$ 35 bilhões. O que demandaria, nos próximos 20 anos, mais de 80 bilhões de investimento — disse o presidente da Anatel.

CONCLUSÃO EM 2026

Apesar de não ter marcado uma data para o leilão, a Anatel definiu que a operação comercial do 5G no país deverá começar pelas principais capitais 300 dias após a assinatura dos contratos. Se tudo correr como o governo prevê, isso ocorrerá em julho de 2022.



Exigências. Empresas terão de investir em áreas de infraestrutura deficitária, além de oferecer cobertura nas rodovias

Depois, virão cidades com mais de 500 mil habitantes. Esse processo será escalonado e deve estar concluído no início de 2026, quando o serviço chegar às localidades com menos de 30 mil habitantes.

Mais que uma internet de altíssima velocidade, a quinta geração de redes móveis de telefonia representará um novo marco para a indústria, a agricultura de precisão, a criação de tecnologias para cidades inteligentes, segurança pública e internet das coisas (IoT, pela sigla em inglês).

O leilão é apenas o primeiro passo para a implementação do 5G no Brasil, que ainda dependerá da expansão da infraestrutura das operadoras de telefonia. No leilão, as teles vão disputar o direito de operar as bandas de frequência nas cidades e

começar a oferecer a tecnologia no Brasil.

As faixas de frequência são como “rodovias” por onde circulam os dados do 5G. Como esse espaço é limitado, o governo precisa fazer um leilão para decidir quem irá operar cada faixa.

FIBRA ÓPTICA NO NORTE E NE

Como as faixas de frequência são um bem público, o governo escolhe se as empresas deverão pagar pelo seu uso ou se elas precisam fazer investimentos obrigatórios. Geralmente esses investimentos são em áreas pouco rentáveis economicamente.

Entre as obrigações de investimento, estão a destinação de recursos para levar fibra óptica para localidades do Norte e Nordeste e a cobertura de rodovias federais com internet móvel. A inten-

ção é levar a rede móvel para 48 mil quilômetros de estradas e pelo menos o 4G para todas as localidades com mais de 600 habitantes.

— Fibras ópticas para Norte e Nordeste, com conexão de 10 milhões de pessoas. Cobertura para rodovias federais, que também colocamos no leilão — afirmou Faria.

As empresas vencedoras do leilão também deverão construir uma rede de comunicações exclusiva para o governo federal. Haverá uma rede móvel no Distrito Federal e uma rede de fibra óptica para outras regiões do Brasil.

O edital não proíbe a presença da chinesa Huawei na construção da infraestrutura das redes no Brasil. A participação da empresa era alvo de pressão dos Estados Unidos, que veem risco à segurança das informações.